

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

RACHEL FRANZAN FUKUDA

**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: INDUSTRIALIZAÇÃO,
FRAGMENTAÇÃO SOCIAL – O CASO DE ANCHIETA E
GUARAPARI (1960- 2004)**

VITÓRIA

2012

RACHEL FRAZAN FUKUDA

**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: INDUSTRIALIZAÇÃO,
FRAGMENTAÇÃO SOCIAL – O CASO DE ANCHIETA E
GUARAPARI (1960- 2004)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientador: Prof^a Dr^a Márcia Barros Ferreira Rodrigues

VITÓRIA

2012

Catálogo na fonte
Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo

F949e Fukuda, Rachel Franzan.
Estado e políticas públicas: Industrialização, fragmentação social – o caso
de
Anchieta e Guarapari (1960 – 2004) / Rachel Franzan Fukuda. Vitória: Do
Autor,
2012.

132f. : Il.

Orientador: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências humanas e Naturais.

1. Espírito Santo (Estado) – História 2. Guarapari (Município-ES) – História
3. Anchieta (Município-ES) – História 4. Guarapari (Município-ES) – Industrialização.
5. Anchieta (Município-ES) – Industrialização. 6. Guarapari (Município-ES) –
Urbanização. 7. Anchieta (Município-ES) – Urbanização. 8. Guarapari (Município-ES)
– Violência Urbana. 9. Anchieta (Município-ES) – Violência Urbana
I. Rodrigues, Márcia Barros Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
De Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDD. 981.522

RACHEL FRANZAN FUKUDA

**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: INDUSTRIALIZAÇÃO,
FRAGMENTAÇÃO SOCIAL – O CASO DE ANCHIETA E
GUARAPARI (1960- 2004)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientador: Prof^a Dr^a Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Aprovada em ____ de _____ de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Márcia Barros Ferreira Rodrigues
Orientador

Prof^a. Dr^a. Maria da Penha Smarzaró Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Rossana Ferreira da Silva Mattos
Centro Universitário de Vila Velha

Ao meu filho Dante, luz da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é tarefa fácil. Assim como escrever essa dissertação representou um grande desafio. Uma dissertação não pode ser reduzida à condição de trabalho final de curso, semelhante a um documento qualquer destinado a cumprir formalidades. Por essa razão, o objeto de estudo deve ser apaixonante ao pesquisador. Deve desafiá-lo. E, sem sombra de dúvida, realizar esse estudo, foi ao mesmo tempo, uma tarefa gratificante e angustiante.

Agradeço primeiramente a minha orientadora professora e amiga Márcia Barros Ferreira Rodrigues pela paciência, pela autonomia concedida para o desenvolvimento deste trabalho e acima de tudo, pela imensa confiança depositada – quando desconfiava que fosse capaz, seu apoio e sua certeza me levantavam os ânimos. Minha admiração e gratidão, ampliados.

Agradeço também a equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, sobretudo na pessoa de Claudio Marcio Coelho, amigo inestimável, suas sugestões e recomendações perpassam esse trabalho.

Minha gratidão a equipe de campo, primeiramente as pesquisadoras de campo, Fernanda Figueira e Priscila Assis, que me realizaram as entrevistas e os pesquisadores Cainã Mousinho da Silva e Gabriel Tebaldi que fizeram o levantamento dos documentos históricos. Não tenho palavras para descrever a importância de suas contribuições. Não teria análise sem que esse material tivesse sido colhido, com todo o apressado e cuidados que vocês tiveram.

Não poderia deixar de mencionar os amigos do curso, a Ludmila Gonçalves Martins que acompanhou todas as minhas angústias e não me deixou fraquejar. E, em especial, a Anne Francine, amiga valorosa que muito enriqueceu este trabalho, nos debates sobre formação do Espírito Santo, cedendo seu tempo e seu ouvido, em casa, no NEI... e até no shopping. Enfim, meu muito obrigado.

Agradecimento muito especial aos Professores de minha banca, que além de terem contribuído com suas obras para realização deste trabalho, gentilmente aceitaram participar da defesa de minha dissertação.

RESUMO

As metrópoles brasileiras estão concentrando hoje a problemática social, cujo lado mais evidente e dramático é a exacerbação da violência. Neste cenário, os homicídios, em especial o juvenil, têm merecido crescente interesse tanto pela mídia, quanto pelo poder público e academia. A presente dissertação tem como pano de fundo a industrialização e suas consequências na formação do tecido urbano do Espírito Santo, particularmente, dos municípios de Anchieta e Guarapari, entre 1960 e 1980, mas pauta-se na reflexão sobre a formação de periferias, especificamente dos bairros Recanto do Sol e Mãe-bá em Anchieta e Adalberto Simão Nader e Kubistchek em Guarapari e sua relação com o processo de industrialização na região. Tais bairros são rotulados como sendo foco de criminalidade e que este perfil estaria relacionado uma característica cultural de sua população: regiões representadas como “*novas bahias*”, “*bairro dos baianos*”. Nesse sentido a dissertação descreve as etapas de industrialização brasileira, com recorte para a industrialização do Espírito Santo, com ênfase na no momento de superação de um modelo agrário-exportador para um modelo capitalista industrial e nos impactos na constituição do tecido urbano nas cidades. A pesquisa analisa o contexto de formação destes bairros, sob o foco do processo de urbanização, que pode ser representado pela superação da população rural pela urbana a partir da década de 1970. Tal fenômeno marca a expansão urbana da região, resultado do aumento do contingente populacional em função da oferta de mão de obra nos centros econômicos, em particular com o surgimento de indústrias. E apresenta um cenário de fragmentação do espaço urbano e de estigmatização da população migrante. A pesquisa justifica-se pela atual posição central da região sul no novo ciclo de desenvolvimento econômico do Estado.

Palavras-chaves: industrialização, urbanização, fragmentação social, segregação sócio-espacial, estigmatização, criminalidade urbana.

ABSTRACT

The Brazilian cities are now concentrating on the social problem, whose side is more evident and dramatic exacerbation of violence. In this scenario, murders, especially the youth, have received growing interest by both the media and by government and academia. This dissertation has as background the industrialization and its consequences in shaping the urban fabric of the Holy Spirit, particularly the municipalities of Anchieta and Guarapari between 1960 and 1980, but is guided in considering the formation of suburbs, specifically the Corner neighborhood of the Sun and Mother-bah in Anchieta and Adalberto Simon Nader and Kubistchek Guarapari and its relation to the process of industrialization in the region. Such neighborhoods are labeled as the focus of crime and that this profile is related cultural characteristics of a population: regions represented as "new bays", "neighborhood of Bahia." In this sense the thesis describes the stages of industrialization, with a cutout for the industrialization of the Holy Spirit, with emphasis on the moment of overcoming the agrarian exporting to an industrial capitalist system impacts in the constitution of the urban cities. The research analyzes the context of formation of these districts, from the standpoint of the urbanization process, which can be represented by overcoming the urban rural population from the 1970s. This phenomenon marks the expansion of the urban region, a result of increased population group depending on the supply of labor in the economic centers, particularly with the emergence of industries. It presents a scenario of fragmentation of urban space and the stigmatization of migrants. The research is justified by the current central position in the south in the new cycle of economic development of the state.

Keywords: industrialization, urbanization, social fragmentation, segregation, stigmatization, urban crime.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Canteiro de obras Samarco – 1978	78
Figura 2: Praia de Ubú década de 1970	81
Figura 3: Praia de Ubú-2009	82
Figura 4: Uma das seis primeiras casas do bairro, preservada até a atualidade	85
Figura 5: Mapa do loteamento de Mãe-Bá, década de 1970	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Censo demográfico -1970. População por sexo e setor de atividade.....	73
Tabela 2: Censo demográfico- 1970. Distribuição da população por setor de atividade nos municípios.....	74
Tabela 3: Evolução população rural e urbana do ES – 1970-1980.....	77
Tabela 4: Distribuição dos migrantes nas unidades da Grande Vitória 1970-1980.....	77
Tabela 5: Censo demográfico- domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo e condição de ocupação por municípios.....	81
Tabela 6: Crescimento populacional do município de Anchieta de 1940-2010.....	93
Tabela 7: Populacional residente segundo situação do domicílio do município de Anchieta de 1940-2010.....	93
Tabela 8: Crescimento populacional do município de Guarapari de 1940-2010.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
CAPÍTULO 1 - INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: BASES PARA A COMPREENSÃO DA FRAGMENTAÇÃO SOCIAL.....	37
CAPÍTULO 2 - INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO E URBANIZAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA.....	63
2.1. O ES DE 1800-1960-ANTECEDENTES: AGRICULTURA FAMILIAR PEQUENA, CRESCIMENTO ESPARSO E SEM ADENSAMENTO POPULACIONAL.....	64
2.2 URBANIZAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA: FRAGMENTAÇÃO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL.....	75
CAPÍTULO 3 - INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO: A LÓGICA DA OCUPAÇÃO DESORDENADA.....	85
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: HISTÓRIA DE ANCHIETA.....	88
3.2 IMPACTOS SOCIAIS: FORMAÇÃO DOS BAIROS MÃE-BÁ E RECANTO DO SOL.....	91
3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO: HISTÓRIA DE GUARAPARI.....	100
3.4 IMPACTOS SOCIAIS: FORMAÇÃO DOS BAIROS ADALBERTO SIMÃO NADER E KUBISTCHEK.....	108
3.5 FRAGMENTAÇÃO SOCIAL E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL.....	112
CAPÍTULO 4 - ENTRE CONFIANÇA E MEDO: OS JOVENS NO	

CONTEXTO DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E GERACIONAL.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	139
ANEXOS.....	145

INTRODUÇÃO

Como todo estudo indiciário, este foi concebido a partir de fragmentos de realidades estudadas ao longo de dez anos trabalhando com pesquisa, dos quais seis foram dedicados exclusivamente para a área de Segurança Pública.

Fragmentos que acabaram por oferecer um novo cenário de análise, onde é possível, sobretudo a partir da perspectiva histórica, perceber as reedições de um processo histórico. Mas para compreender esse cenário é necessário reunir os fragmentos.

O primeiro fragmento é resultado do estudo realizado em 2003 para conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais sobre o Caso Araceli. Nesse estudo, cujo objetivo foi identificar nas notícias do jornal A Gazeta de 1973, as representações sociais sobre o caso, a compreensão acerca dos impactos decorrentes da implantação dos Grandes Projetos no cenário capixaba de 1970, em seus aspectos econômicos, sociais, mas também demográficos e espaciais. O inchaço dos centros urbanos e o fenômeno da favelização foram decisivos para identificar, nas transformações nas relações sociais, o sentimento de instabilidade e medo, e uma atmosfera de insegurança presentes nas entrelinhas das notícias do jornal.

O segundo fragmento decorreu de pesquisa realizada para a Secretaria de Defesa Social do Município de Serra, em 2007, cujo objetivo era diagnosticar as causas da violência no município, sobretudo, o homicídio juvenil, bem como suas consequências sociais para orientar a Secretaria e demais gestores no planejamento, gerenciamento e execução de programas com ações voltadas à prevenção da criminalidade.

Tal preocupação fundamentava-se no cenário apresentado por Julio Jacobo Waiselfisz em seu Mapa da Violência (2006), no qual identificava o Espírito Santo como um dos estados da federação onde mais da metade das mortes de jovens foram provocadas por agressão intencional. Fato este que colocava o Estado na segunda posição do ranking nacional de taxa de homicídio juvenil referente ao ano de 2004, - mesma posição ocupada no início da década em

1994. Somado a isso, dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado identificavam os bairros de Vila Nova de Colares e Feu Rosa¹ do município de Serra dentre os mais violentos em 2006².

Neste sentido, a proposta do projeto foi à realização de um diagnóstico qualitativo de cunho histórico e sociológico. O caráter histórico visava capturar as particularidades e dinâmica própria do município da Serra nos aspectos econômicos, social e cultural. No âmbito sociológico pretendeu-se compreender e explicar o fenômeno da violência, no que diz respeito à criminalidade, centrando a análise na identificação e explicação das causas exógenas e endógenas do crime de homicídio no município, principalmente as causas e necessidades específicas dos bairros selecionados.

Disto resultou que uma das causas apontadas para a violência no município foi à presença de grande número de “estrangeiros”, migrantes em geral, que ocuparam o município da Serra no período que compreende os grandes investimentos, 1970-80. Na percepção dos entrevistados, tanto do poder público quanto da população em geral, a migração de mão de obra promovida pelas grandes empresas, gerou demandas de serviços públicos que o município não foi capaz de atender, causando desordens de vários tipos, incluindo a formação de novos bairros, sem infraestrutura e sem serviços.

O terceiro fragmento foi decisivo para a elaboração da problemática e serviu como fio condutor para o estudo ora apresentado, pois diz respeito à notícia veiculada no Jornal A Gazeta de 27 abril de 2011³. Na notícia, em entrevista, a Diretora-presidente do Instituto Jones Santos Neves – IJSN informa que *a carteira de investimentos públicos e privados no Espírito Santo deve bater a casa dos R\$ 98,8 bilhões até o ano de 2015*. Ainda de acordo com a matéria, um estudo realizado pelo Instituto apontava a existência de mais de mil

¹ É válido ressaltar que de acordo com dados da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Serra, a população dos dois bairros soma um total de 31.527 pessoas.

² No volume seguinte, Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, 2008, a comprovação do cenário juvenil no município serrano, o colocava na quarta posição entre os municípios brasileiros com maiores taxas de homicídio (100 mil habitantes) na população total e mesma posição entre os 100 municípios com maiores taxas (médias) de homicídio juvenil em 2006.

³ Para ver a matéria na íntegra, notícia disponível em: http://gazetaonline.globo.com/ conteudo/ 2011/04/ a_gazeta/minuto_a_minuto/835119-espírito-santo-recebera-quase-r-100-bilhoes-em-projetos-e-obras-ate-2015.html

projetos, todos com valores acima de um milhão de reais, a serem implementados em solo capixaba. Grande parte desses projetos estaria localizada no interior do estado, deslocando assim o eixo econômico. Neste cenário, o destaque estaria no litoral sul do Estado, particularmente no município de Anchieta, que entre outros projetos deverá sediar a Companhia Siderúrgica de Ubú⁴ até 2015. A matéria citava ainda a previsão da implantação da quarta usina de pelotização da Samarco Mineração S.A.⁵

Em entrevistas com gestores públicos e moradores locais foi possível identificar um cenário bastante similar ao encontrado em 2006 no município de Serra. No âmbito dos três municípios pesquisados apresenta-se uma sociedade em fragmentos, sociais, econômicos, culturais e que pautava uma distribuição territorial.

A base comum desta fragmentação está na relação estabelecida entre população migrante e aumento da criminalidade. E essa relação ganha contornos territoriais. O que leva a algumas indagações: Em que contexto essas regiões foram construídas? Podemos dizer que um mesmo evento ocasionou a ocupação desordenada nestas diferentes regiões? Qual perfil destas populações migrantes? É possível falar em gerações de migrantes, cada qual relacionada a ciclos de desenvolvimento específicos?

Neste sentido, compreender o processo de desenvolvimento econômico, tendo como ponto de partida a industrialização e a urbanização do Espírito Santo a partir de 1960, e verificar os impactos e transformações sociais nos municípios de Anchieta, Guarapari – em particular na formação de bolsões de pobreza e bairros estigmatizados –, que caracterizam um modelo de urbanização segregacionista constitui o objetivo central da pesquisa.

⁴ A Companhia Siderúrgica de Ubú é uma parceira da Companhia Vale do Rio Doce. Faz parte de um projeto de siderurgia. De acordo com site oficial da Vale, A usina será instalada em Anchieta, Região Sul do Espírito Santo. Em março de 2011, o Conselho Estadual de Meio Ambiente aprovou a liberação da Licença Prévia (LP) para a construção da Companhia Siderúrgica Ubú (CSU). Para maiores informações ver site oficial: <http://www.vale.com.br/pt-br/o-que-fazemos/siderurgia/projetos/paginas/default.aspx>

⁵ Empresa brasileira controlada em partes iguais por dois acionistas: Vale S.A. e BHP Billiton, produzindo atualmente 22,250 milhões de toneladas de minério de ferro, trazido do Estado de Mariana/MG em minerodutos, sendo a segunda maior exportadora do mundo deste produto que é fornecido para mais de 15 países, em todos os continentes (SAMARCO, 2011).

Para identificar as possíveis conexões foi preciso: entender o processo de desenvolvimento econômico, industrialização no Brasil a partir de 1960; compreender como ocorreu essa industrialização e urbanização no Estado; compreender a conjuntura histórica que propiciou os Grandes Projetos, estudar o processo de industrialização e urbanização dos municípios; e investigar a natureza das transformações sociais, econômicas e culturais e os processos de urbanização e ocupação desordenada das cidades, ocasionando a formação de novos bairros no período compreendido de 1950 a 1980.

O recorte tempo-espaço considerado é de 1960 a 2004 por dois motivos. Primeiramente porque o processo de industrialização capixaba se inicia em 1960 e conduziu a um acelerado processo de ocupação urbana da Grande Vitória sem planejamento, principalmente do ponto de vista dos impactos sociais (Nader, 2003). E porque a partir de 2004 um novo ciclo de desenvolvimento atinge a região sul capixaba, em particular Anchieta, com a construção da terceira usina da Samarco Mineração SA em 2004.

É necessário destacar que a relevância deste estudo, reside no fato de que atualmente a região sul capixaba é palco de um novo ciclo de desenvolvimento e industrialização do Estado. E concentra grande parte dos investimentos no município de Anchieta, que além da siderúrgica e da mineradora supracitadas, sedia a Unidade de Tratamento de Gás Sul Capixaba da Petrobrás⁶, construída em 2010. O contexto atual é singular e nos permite a possibilidade de ver a história em movimento. Dessa forma nos permite identificar as transformações sociais decorrentes dos projetos de industrialização, tão próximos e tão caros ao nosso desenvolvimento, e apontar a natureza das dinâmicas sociais, decorrentes de uma realidade social desigual, complexa e contraditória, na qual a pobreza e a criminalidade se relacionam, e assim, possibilitar a proposição de políticas públicas eficientes e de ações preventivas no que diz respeito aos impactos decorrentes destes novos projetos.

⁶ Petróleo Brasileiro S/A ou simplesmente Petrobras é uma empresa de capital aberto (sociedade anônima), cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil (União). É, portanto, uma empresa estatal de economia mista. Instituída em 3 de outubro de 1953 e sediada no Rio de Janeiro, opera hoje em 28 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados. O seu lema atual é "Uma empresa integrada de energia que atua com responsabilidade social e ambiental".

As referências, além de auxiliarem na definição do recorte temporal, sustentaram a hipótese de que a fragmentação social decorrente do crescimento urbano desordenado – fruto do aumento significativo da migração interna para áreas de concentração em atividades industriais – ocorrido à margem de um planejamento prévio sobre os impactos sociais, opera de forma sistêmica. Esse processo promove a fragmentação de identidades, a estigmatização de regiões e populações, o surgimento de discursos xenofóbicos, adiando o debate acerca das responsabilidades do Estado no aumento da oferta de serviços e na elaboração de políticas públicas que promovam a qualidade de vida da população como um todo.

Mesmo que o foco central do estudo não seja remontar o cenário a partir de relatos, devemos considerá-los como “fontes” importantes na investigação e na compreensão dos fatos, ao proporcionar pesos devidos para os eventos e ao suprimir lacunas, sobretudo, àquelas de caráter subjetivo e afetivo. Neste sentido, foram realizadas entrevistas individuais em profundidade com gestores públicos dos municípios de Anchieta e Guarapari, que forneceram as percepções acerca do processo de industrialização e o aumento da criminalidade. É preciso destacar que a maioria destes gestores vivenciou esse processo, exceto em Guarapari, onde parte do corpo de gestores públicos é de maioria não residente ou recém-chegada no município.

Além dos gestores, lideranças formais e informais dos bairros concebidos como de grande vulnerabilidade social, em especial, nas localidades conhecidas por agruparem a “geração usina”, “geração construção civil”, “bairros”, populações migrantes que vieram para a construção da segunda e da terceira usinas, especificamente, Recanto do Sol e Mãe-Bá em Anchieta, Adalberto Simão Nader e Kubistchek em Guarapari, que foram apresentadas como regiões com maior foco de criminalidade e onde concentram os principais problemas sociais.

Os gestores entrevistados foram escolhidos, considerando o perfil de suas secretarias. E assim, privilegiamos as secretarias com foco em atendimento ao público, e com maior oferta de serviços à população, sobretudo, com maior

possibilidade de projetos e programas de inclusão e prevenção. Conforme o quadro abaixo:

Município	Secretarias
Anchieta	Secretaria de Governo
	Secretaria de Educação e vice-prefeita
	Secretaria de Saúde
	Secretaria de Assistência Social
	Gerência Municipal de Segurança Pública e Social
Guarapari	Secretaria de Educação
	Secretaria de Saúde
	Secretaria de Trabalho, Assistência e Cidadania

Quadro 1: Relação de entrevistados do poder público

Fonte: Elaborado pela autora

Com relação ao perfil dos entrevistados, reforçamos que nossa orientação seguiu ao pressuposto de Alberti (2004, p. 31):

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos.

As entrevistas foram agendadas por telefone, e realizadas em local escolhido pelo entrevistado, sendo que as entrevistas com gestores públicos em sua maioria foram realizadas nas secretarias.

Adotamos uma postura não diretiva, aberta e receptiva na condução da entrevista o que permitiu espontaneidade e garantiu isenção na coleta de dados. Além disso, a elaboração de um roteiro prévio possibilitou uma abordagem flexível e fluída, que permitiu um diálogo livre das amarras e possibilitou compreender os significados e valores que regem/sustentam a

visão e a percepção dos entrevistados do contexto histórico de seu município, os impactos da industrialização e a organização urbana decorrente.

Ressaltamos que a qualidade interacional da entrevista individual em profundidade, está na capacidade que este instrumento tem de possibilitar ao entrevistador e ao entrevistado, uma situação de diálogo através do qual o entrevistado desvenda e revela a realidade social a partir de fragmentos, que em sua leitura inicial apresentam-se desconexas, mas que são carregadas de significados.

Para a coleta e tratamento das informações utilizamos gravador digital e caderno de notas, onde foram registradas observações, contradições com outros relatos, reações e posturas durante a entrevista. A duração média de cada entrevista foi de duas horas. Por solicitação dos entrevistados, seus nomes foram mantidos em sigilo.

O trabalho de campo e a análise das entrevistas foram submetidos ao *método indiciário*, que permitiu resgatar sinais, indícios, e fragmentos de informações dadas pelo próprio entrevistado que narra à história de vida, ou analisadas nos documentos que serão levantados em conjunto ao depoimento.

A pesquisa esta inserida no campo da história social, visto que a margem das leituras sobre as transformações sociais e econômicas iniciadas no Espírito Santo a partir da década de 1960, quando a sociedade capixaba passou a estruturar-se em um novo contexto socioeconômico, a expansão urbana marcada pelo aumento do contingente populacional em função da oferta de mão de obra e pela ocupação das periferias por meio de invasão, além de apontar o empobrecimento da população, apresenta um cenário de fragmentação do espaço urbano e de estigmatização da população migrante. Aos estigmatizados reserva-se o direito e a tarefa de apresentar o contexto a partir de seus relatos e impressões.

Referenciais e diálogo com a Historiografia

Pode-se dizer que se trata, antes, de uma reflexão sobre as cidades e o impacto que o processo de industrialização teve sobre elas, no momento de superação de um modelo agrário-exportador para um modelo capitalista industrial. Mais ainda, trata-se da relação entre homens e a cidade e da forma de ocupação do espaço urbano nesse processo de construção não apenas de novos horizontes políticos e econômicos, ressaltados pelo contexto, mas, sobretudo, a construção de novas identidades banhadas num espírito de renovação e de oportunidades.

Assim sendo, é inevitável que para a compreensão desse fenômeno recorrêssemos à extensa bibliografia sobre formação política e econômica brasileira, em particular àquelas que retomam os debates sobre o processo de industrialização e constituição do capitalismo e do Estado brasileiro. De forma complementar buscamos acesso as obras que trabalhavam a revolução de 1930, em particular, as que focavam seu caráter ao mesmo tempo transformador e conservador.

Também recorreremos aos referenciais teóricos na formação das categorias de análise que tratam de conceitos comuns a interpretação da política desenvolvimentista do governo autoritário que originou os projetos industriais de impacto tem fundamentos na idéia de progresso que conduziria o País à modernidade, pelo desenvolvimento econômico, eminentemente industrial.

E no plano regional, tais referenciais são articulados aos estudos sobre a formação econômica do Espírito Santo, que apresenta as idiosincrasias locais: a dependência econômica, a industrialização tardia, o perfil da população.

Por fim, a tematização sobre as cidades de Anchieta e Guarapari, dentro desse processo de industrialização e urbanização iniciado por volta de 1970, e que persiste até o contexto atual, tem como objetivo promover o debate sobre a questão urbana – modernização, concentração, desequilíbrios populacionais, espaciais e fragmentação social.

É certo que essas transformações, que desembocam nesse processo de constituição do espaço urbano, possuem antecedentes bem definidos – o

próprio contexto de constituição do capitalismo no Brasil e ao modelo de desenvolvimento econômico adotado.

E nesse sentido, a Primeira Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e a Revolução de 1930 criaram condições para o início do processo de ruptura com o passado colonial e promovendo um cenário favorável ao processo de industrialização.

Além disso, é importante considerar também alguns pressupostos sobre a modernidade, a modernização do Brasil tem reflexos no processo de industrialização, sobretudo no que tange a priorização da indústria como base da economia nacional a partir do governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960), em detrimento da base agrário-exportadora, dentro de uma divisão internacional do trabalho que se fez imponderável aos governos de Estados capitalistas após 2ª Guerra Mundial.

Essas são questões centrais que serão trabalhadas de forma mais profunda no Capítulo 1 – Industrialização brasileira: bases para compreensão da fragmentação social.

Mas é no final dos anos de 1960 que a economia brasileira inicia uma acelerada expansão, marcando um novo ciclo conjuntural em que a nova estratégia de crescimento passa a se voltar para o mercado externo.

A revisão bibliográfica acerca da política econômica brasileira no período analisado, em particular sobre o modelo brasileiro de desenvolvimento, o chamado Plano Nacional de Desenvolvimento – PND's, seus impactos no empobrecimento da população, o incentivo a concentração de capital, propiciando os chamados *Grandes Projetos*, além de fornecer elementos fundamentais para a construção do pano de fundo da realidade nacional apresenta recursos de análise para a compreensão das transformações no Espírito Santo. A análise aprofundada deste período permite identificar os contrastes da política econômica nacional e as peculiaridades do crescimento capixaba.

Neste ponto, os referenciais teóricos do projeto desenvolvimentista são articulados com fontes de reflexão sobre a configuração econômica regional, a industrialização tardia tema central do Capítulo 2 – Industrialização do Espírito Santo, impactos na urbanização da Grande Vitória.

Apresentando o foco analítico referenciado nos estudos de autores locais que se debruçaram sobre as peculiaridades do crescimento capixaba, cuja pretensão é apresentar um panorama geral da industrialização do Espírito Santo, e mais especificamente sobre os impactos, na Capital Vitória. É o ponto de partida fundamental para nossa discussão.

Neste sentido, é importante ressaltar que o Espírito Santo meados da década de 60, parecia ser parte de outro mundo e era retratado como um nordeste de outro tipo, segundo Bittencourt (1987, p.205),

As características econômicas e sociais do Espírito Santo como no nordeste brasileiro, representavam muito bem o outro lado de um crescimento econômico historicamente desigual e desequilibrado. O nordeste é mais 'subdesenvolvido' em relação ao Brasil em geral do que o próprio Brasil em relação aos Estados Unidos e à Europa [...]. O Espírito Santo começou a ser visto como 'nordeste sem SUDENE.

Na tentativa de superar este quadro de atraso em relação aos demais Estados, vizinhos e competidores - São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais -, o governo de Cristiano Dias Lopes Filho (1967 – 1971) iniciou um projeto com base na política de intervenção econômica, que tinha como objetivo principal romper com a relação de dependência para com o café, seu principal produto de exportação (e responsável por 57,3% das exportações em 1961), diversificar a economia e promover a industrialização.

A política de exportação e a primazia deste produto como alavanca comercial deixava vulnerável a economia capixaba, pois ao primeiro sinal de crise nos mercados consumidores internacionais do café, baixava a demanda, diminuía o volume de exportações, o que era suficiente para desequilibrar a balança comercial do Estado (Rocha, 1986).

O café também era principal obstáculo, segundo historiadores, economistas para o desenvolvimento da *industrialização* capixaba, era o que caracterizava o Estado como economicamente agrícola (Rocha, 1986). Quadro que começou a se alterar com a execução do programa de *erradicação dos cafezais*⁷, que teve sua primeira fase 07/1962 à 07/1966 – era necessário um programa para diversificar a produção e ampliar o comércio de outros produtos em solo capixaba.

Desta forma, o governo ao longo das décadas de 50, 60 e 70 promoveu uma verdadeira perseguição aos cafezais improdutivos, liberando enorme quantidade de terras e de capital, mas também liberando enorme contingente de trabalhadores, que migraram para as cidades, buscando empregos nas indústrias (Rocha, 1986).

O governo simultaneamente subsidiou projetos visando à diversificação da economia, que tinham como objetivo a atração dos capitais conseguidos com as indenizações do café, para outras atividades⁸. Buscava o governo do Estado, com suas intervenções na economia, alterar a posição de subalterna e desconhecida do Espírito Santo, nacionalmente, e também quebrar os laços comerciais de dependência com o Rio de Janeiro, o que para Bittencourt (1987, p.206), trouxe alterações importantes para o Estado, conforme:

Isto trouxe alterações importantes ao Estado como um todo. A retração das atividades tradicionais ocasionou a estagnação e mesmo a decadência de grande parte dos municípios capixabas. A liberação de mão de obra que se encontrava empregada nas lavouras erradicadas de café influenciou fortemente o movimento migratório verificado durante o período (êxodo rural). Por outro lado, a atividade industrial embora modesta, atraía boa parte do êxodo rural que refluía os lavradores para as cidades, onde haviam perspectivas de empregos fixos ou de ocupação temporária.

⁷ “Em 1962 foi elaborado o Plano Diretor do GERCA (Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura, criado nos anos 60), com três diretrizes básicas: promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos, diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e renovação de parcela dos cafezais” (ROCHA, 1991, p.52).

⁸ As duas atividades que mais cresceram foram a pecuária bovina e leiteira e a extração de madeira. Que empregava menos mão de obra tinha menos custos, o que significou que enorme massa de pessoas que foram dispensadas das lavouras de café, não foram totalmente absorvidas pelas novas atividades. O que levou a novos incentivos por parte do governo, buscando ampliar a aplicação na industrialização (ROCHA, 1991).

Ao final da década de 1960 a indústria madeireira e de carnes, ganham evidência na economia local, contudo não foram capazes de absorver a mão de obra excedente. A situação se agravou em 67, com uma nova crise econômica ocasionada pela queda do preço do café. Assim em meados da década de 1970 o governo do Estado dava início aos “*Grandes Projetos*”⁹, que objetivava a industrialização via incentivos fiscais, e tinham como público alvo os grandes capitais – parceria estatal e capital estrangeiro.

Essa ação ampliou a oferta de emprego, mas também atraiu para as cidades um contingente populacional muito além da capacidade de absorção. Mesmo porque, tratando-se em sua maioria de mão de obra de pouca ou nenhuma qualificação, proveniente das pequenas propriedades extintas de café, ou de outras localidades da federação, mas que careciam de conhecimento e qualificação técnica.

Esse aumento significativo do fluxo de trabalhadores impactou no desenho e na distribuição dos espaços nas cidades, promovendo um crescimento desordenado das áreas periféricas. Tal crescimento ocasionou um aumento da demanda por serviços e atendimentos públicos: saúde, educação, habitação, saneamento entre outros, que as administrações sem planejamento prévio não puderam atender. Esse cenário de ineficiência vai refletir na construção estigmatizada destas regiões periferias, destes novos bairros, e atuar diretamente enquanto fator preponderante de exclusão social.

Para avaliar esses efeitos, no Capítulo 3 – Industrialização e urbanização: a lógica da ocupação desordenada – vamos relatar a história de formação dos bairros de Mãe-Bá e Recanto do Sol em Anchieta e Adalberto Simão Nader e Kubistchek em Guarapari.

Finalizo o trabalho, expondo no Capítulo 4 – Entre confiança e medo: os jovens no contexto da segregação sócio-espacial e geracional – algumas considerações sobre a realidade da população jovem, trazendo a discussão

⁹ Decreto-Lei 880 de 1969, outorgado pela Junta Militar no governo de Dias Lopes. Dividido em duas etapas: o primeiro a partir de 1969, visava a recuperação econômica e incentivo a novas atividades, que foi prorrogado, não levantando o volume de recursos esperados. A segunda mais decisiva tinha um objetivo além, de dar condições a fixação da população (força de trabalho), sanando a tendência a emigração, iniciada em 1980 (BITTENCOURT, 1987:210).

sobre o cenário de isolamento, pobreza e exclusão e a formação de identidades fragmentadas. Os conceitos de classes perigosas, inicialmente elaborado por Castels, mas aqui reformulado por Bauman, é apresentado em conformação à realidade estudada. Apresento ainda uma correlação entre a realidade destas populações, em particular os jovens, com a sóciodinâmica dos estabelecidos e outsiders, apresentada no estudo de Nòbert Elias.

É necessário ressaltar que neste trabalho compartilhamos da noção de que a História, em seus diversos recortes deve ser estudada tendo como premissa a longa duração. A noção de tempo do historiador, que se adéqua ao seu próprio tempo-espço, influencia fortemente essa conceituação do quanto repercutem os eventos historicamente constituídos, mas procuramos enfatizar nessa proposta a fuga da efemeridade representada por marcos históricos. Ademais, também procuramos não desconectar o recorte proposto com acontecimentos anteriores, justamente pelo fato de que o estudo justifica-se pela proeminência de um novo ciclo de desenvolvimento na região sul do Estado do Espírito Santo.

CAPÍTULO 1

INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: BASES PARA A COMPREENSÃO DA FRAGMENTAÇÃO SOCIAL

Brasil, terra adorada
Jardim de todos estrangeiros
És a estrela que mais brilha
No espaço brasileiro
Braço é braço
Ó Brasil, és tão amado
Teu povo é honrado
Invejado no universo
Nesta bandeira afamada
Não falta mais nada
Pede o escudo
Ordem e progresso
Houve já um curioso
Que perguntou nervoso
Brasil, onde vais parar?
E respondo sempre a todos
Com o mesmo orgulho
Irei para um lindo futuro
Brasil

*Cartola*¹⁰

Partindo do princípio de que a fragmentação social, foco principal deste estudo, pode ser compreendida como resultado do processo de reorganização dos espaços globais (e locais) - entendemos que a compreensão do processo de industrialização no Brasil, e no Espírito Santo, torna-se fundamental ao estudo, na medida em que tal processo está intimamente relacionado à consolidação e expansão do capitalismo no século XIX.

Em outras palavras, entendemos que a contextualização e discussão sobre industrialização, são primordiais para compreensão do processo de urbanização que desencadeia. Esta urbanização dá-se por meio de um deslocamento, em termos de populações, sejam elas por meio de migrações internas ou externas, e, que incorporaram-se as comunidades estabelecidas, provocando rearticulações entre particular e universal – levando a constituição

¹⁰ Agenor de Oliveira, nascido em 1908 no Catete, Rio de Janeiro. Cartola marca e se confunde com a própria história do Samba. Antes de gravar seu primeiro disco, nos anos 60, foi operário da construção civil.

de identidades múltiplas, fragmentárias e dispare, convivendo e disputando entre si.

Assim sendo, o processo de industrialização, e as transformações políticas que o favoreceram desencadeou um processo de ocupação e qualificação do território, envolvendo os atores sociais numa situação constante de redefinição de identidades constituída nas posições, uma hierarquia social dentro da divisão social do trabalho.

Nesse sentido, dentro do propósito deste estudo - problematizar a questão da fragmentação social imbricada na lógica do sistema capitalista – descrevendo e demonstrando do processo de industrialização iniciado, a partir de 1930, e, em particular da urbanização decorrente, salientando o modelo de acumulação adotada, que teve como fundamento a diminuição do valor real do salário e o incremento de um exército de reserva para atender as cidades.

O processo de industrialização brasileira, dentro de uma perspectiva histórica, representa um divisor de águas tanto no aspecto econômico, quanto político que o favoreceram e está intimamente relacionado à constituição do capitalismo no Brasil; e a constituição do Estado brasileiro.

Muito embora, a bibliografia revisada aponte a existência de inúmeros registros e estudos sobre a presença, a origem e relevância da atividade industrial no Brasil desde o período colonial, todos são unânimes em identificar que foi somente na primeira administração de Getúlio Vargas (1930-1945) em especial a partir do Estado Novo (1937), quando já se configuravam grupos sociais ligados à indústria e que planejavam um Brasil como potência industrial de proeminência internacional que a atividade industrial se estabeleceu como uma das atividades fins da economia nacional, planejada e matriz econômica digna das mais cuidadosas atenções do governo federal.

É, portanto, a partir da Revolução de 1930 que têm início transformações nas estruturas sociais, políticas e econômicas. É certo que essas transformações, possuem antecedentes bem definidos – a Primeira Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 – criaram as condições para o início do processo de

ruptura com o passado colonial e a decolagem do processo de industrialização do país (Siqueira, 2010).

A guerra vai atuar como fator de impulso, porque desestrutura o mercado, ou seja: rompe com as relações tradicionais de troca. E a crise, marcada pela Grande Depressão de 1929, além de comprovar a vulnerabilidade e a inviabilidade da monocultura exportadora como sustentáculo da economia contribui, juntamente com a Revolução de 1930 para fortalecer as classes urbanas, levando assim ao declínio gradual do poder a classe agrária, principalmente os produtores de café. A Revolução de 30, ao traduzir o declínio do latifúndio, marca a ascensão da burguesia ao poder (Siqueira, 2010).

Esses fatos são fundamentais no contexto da história econômica, política e social brasileira. Sem esse referencial histórico, não há como explicar os resultados, sobretudo as contradições do projeto de desenvolvimento adotado, incluído neste a industrialização, e suas conseqüências nas dinâmicas sociais das cidades em processo de urbanização.

Contudo, sem desconsiderar sua importância nossa análise terá como base os acontecimentos internos, ou seja, as transformações no plano econômico e político – a constituição do Estado e o capitalismo no Brasil. Para tanto, nossa análise se apoiará principalmente no trabalho de dois autores: Draibe (1985) e Francisco de Oliveira (2008).

Em ambas as referências um fato fica evidente: - a industrialização que se realizou no Brasil no período compreendido entre 1930 e 1961¹¹ foi um fenômeno tão inevitável quanto planejado. Inevitável, frente aos eventos no contexto internacional, das profundas mutações ocorridas no sistema

¹¹ De acordo com Draibe (1985), esse período ainda pode ser desmembrado em duas fases específicas, cada qual com uma dinâmica e características próprias: a primeira entre 1933 e 1955, entendida como uma industrialização *restringida*, em função da limitação da capacidade produtiva, frente às insuficientes bases técnicas e financeiras, que não permitia um padrão de acumulação suficiente para imprimir crescimento; cenário bem diferente é percebido no período entre 1956 e 1961, onde o surgimento de um bloco de investimentos altamente complementares e concentrados no tempo promoveu uma alteração radical na estrutura do sistema produtivo, período denominado de industrialização pesada, em função do crescimento acelerado da capacidade produtiva de bens de produção. Essa divisão a períodos políticos distintos: Getúlio Vargas, primeira e segunda gestão, e Kubistchek.

capitalista, e planejado, pois pode ser assinalado enquanto resultado de inúmeras intervenções do Estado no sentido de regular a economia.

Até meados de 1920, o Brasil poderia ser considerado como basicamente agrário, tendo crescimento da economia nacional dependente basicamente da expansão da produção agrícola. Existiam diversas formas de capital: o comércio, o bancário, o produtivo, ligados às atividades de exportação, o capital estrangeiro com suas inversões em sistema de transporte, serviços públicos, etc., e, também, um capital industrial. Mas apesar dessa diversificação de formas de capital, a economia exportadora era dominada pelo capital mercantil. E esse domínio, de acordo com Draibe (1985), limitou os investimentos industriais ao setor de meios de consumo popular, obstaculizando a instalação de um setor produtor de meios de produção.

É somente a partir da crise econômica de 1929 - que demonstrou a vulnerabilidade e a inviabilidade do modelo agrário-exportador - que o contexto político tornou-se propício para nos dizeres de Oliveira (2008) - *destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora*, e ascensão da burguesia ao poder, efetivada com a Revolução de 1930, - marco referencial da transformação no modo de produção, passando de agrário-exportador para urbano-industrial.

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modelo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma *realização parcial interna crescente*. A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção

com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo). (OLIVEIRA, 2008, p.35-36)

A crise que atingiu o setor cafeeiro nesse período, possibilitou aglutinação de interesses de grupos hegemônicos (civis e militares) da sociedade frente a partir da necessidade de mudança dos quadros políticos (marcados por um mecanismo de privilégios), de nova orientação na economia do país, e de adequação a nova ordem econômica, incentivando o governo a implementar um projeto desenvolvimentista que não privilegiasse apenas um segmento da política econômica, conforme trecho do discurso de Vargas em 10 de novembro de 1937, na instauração do Estado Novo: ‘

O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Na distribuição das atribuições legais, não se colocara, como se devera fazer, em primeiro plano, o interesse geral; aluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais.

(...) A manutenção desse aparelho inadequado e dispendioso era de todo desaconselhável. Conservá-lo seria, evidentemente, obra de espírito acomodaticio e displicente, mais interessado pelas acomodações da clientela política do que pelo sentimento das responsabilidades assumidas. Outros, por certo, prefeririam transferir aos ombros do Legislativo os ônus e dificuldades que o Executivo terá de enfrentar para resolver diversos problemas de grande relevância e de graves repercussões, visto afetarem poderosos interesses organizados, interna e externamente. Compreende-se, desde logo, que me refiro, entre outros, aos da produção cafeeira e regularização da nossa dívida externa.

(...) O Governo atual herdou os erros acumulados em cerca de vinte anos de artificialismo econômico, que produziram o efeito catastrófico de reter stocks e valorizar o café, dando em resultado o surto da produção noutros países, apesar dos esforços empreendidos para equilibrar, por meio de quotas, a produção e o consumo mundial da nossa mercadoria básica. Procurando neutralizar a situação calamitosa encontrada em 1930, iniciamos uma política de descongestionamento,

salvando da ruína a lavoura cafeeira e encaminhando os negócios de modo que fosse possível restituir, sem abalos, o mercado do café às suas condições normais.

(...) Para fazer face às responsabilidades decorrentes dos nossos compromissos externos, lançamos sobre a produção nacional o pesado tributo que consiste no confisco cambial, expresso na cobrança de uma taxa oficial de 35%, redundando, em última análise, em reduzir de igual percentagem os preços, já tão aviltados, das mercadorias de exportação. É imperioso pôr um termo a esse confisco, restituindo o comércio de câmbio às suas condições normais. As nossas disponibilidades no estrangeiro, absorvidas, na sua totalidade, pelo serviço da dívida e não bastando, ainda assim, às suas exigências, dão em resultado nada nos sobrar para a renovação do aparelhamento econômico, do qual depende todo o progresso nacional¹²(BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA).

É, portanto, a partir da conjuntura instalada pós-Revolução de 1930 que o Estado passa a assumir a tarefa de *restaurar a nação* e instaurar uma sociedade moderna.

A gravidade da situação que acabo de escrever em rápidos traços está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização.

Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: — na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino¹³. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA).

Ao colocar a situação em termos de uma *desordem*, e daí a necessidade de uma restauração, Vargas indicava o sentido fundamental do projeto político do Estado Novo – retorno a tradição, a vocação histórica e a continuação da

¹² Discurso de posse de Getúlio Vargas. Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1937/view>. Acesso em 06 de maio de 2012.

¹³ *Idem*.

construção da nossa realidade – daí o caráter integracionista do regime. Essa concepção será a responsável por aglutinar todos os grupos num mesmo propósito, garantindo ao Estado autonomia.

Por conseguinte, 'restaurar' a sociedade brasileira era retirá-la do estado de natureza, isto é, organizá-la pela via do poder político. Tal ação implicava um retorno à própria natureza – às riquezas potenciais e inativas do país – e um retorno a própria cultura nacional – ao caráter do homem brasileiro. A tradição a ser encontrada e revivida seria a junção da natureza e da cultura por intervenção da política, que acionaria o elemento integrador e produtivo do trabalho nacional. A terra era rica e o homem era bom, mas nada disso tinha significado quando abandonado e inexplorado. A 'restauração' seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e formação do segundo. (GOMES, 1988, p.212).

Neste cenário é necessário pontuar, que de forma conjunta a proposta de restauração da nação, o projeto político ideológico que se formulava com a instauração do Estado Novo, era voltado a busca de legitimidade, de reconstrução do país, por meio de uma concepção de realidade *diferente* daquela de um passado recente. Ou conforme nos diz Gomes (1988):

Projetar um novo Estado significava buscar sua legitimidade, isto é, incursionar por sua origem. E, isto, por sua vez, significava reescrever a história do país, debruçar-se sobre o passado naquele sentido mais profundo em que ele significa tradição. Projetar o futuro é escrever o que deve acontecer através daquilo que já aconteceu. (*Op. cit.*, p.206).

No entanto, é necessário pontuar que tanto para Oliveira (2008), Draibe (1985) quanto Fausto (1990), embora não faltassem razões de divergências, no plano econômico, e muito embora houvesse outros grupos de oposição a hegemonia do café, estes ainda não se encontravam organizados e com força suficiente para imprimir sozinho as transformações necessárias. Coube, portanto, ao Estado, pós-Revolução, regular e articular interesses das forças políticas incipientes, controlar e administrar as pressões decorrentes das demandas sociais das novas massas urbanas, de forma a promover e organizar as bases para a industrialização.

A economia nacional, que pretendia participar das responsabilidades do Governo, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumpre restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. Ao invés de pertencer a uma assembléia política, em que, é óbvio, não se encontram os elementos essenciais às suas atividades, a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do poder público, em condições de influir na propulsão das forças econômicas e de resolver o problema do equilíbrio entre o capital e o trabalho¹⁴.
(BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA)

O caráter de intervenção, portanto, não corresponde tanto a uma função de mecanismos de correção do mercado, mas mais precisamente a um esforço deliberado de promover o desenvolvimento econômico e social – frente a incapacidade hegemônica, estruturalmente condicionada, dos múltiplos setores oligárquicos e urbanos industriais dominantes.

Disto reside o caráter planejado do processo de industrialização. Para Draibe (1985), foi no período compreendido entre 1930 e 1940, que se dá um rápido movimento de constituição do aparelho econômico do Estado. É neste período que ocorre uma verdadeira transformação da máquina estatal no sentido de conformação das estruturas materiais: órgãos, códigos e peças legislativas – todas voltadas a dar suporte a elaboração de políticas econômicas de caráter nacional, abrindo espaço para formas particulares de intervencionismo econômico – ligado intimamente ao projeto de industrialização que orientou a ação governamental. (Draibe, 1985).

No início dos anos 30, em função da crise dos setores de exportação, o governo criou o Departamento Nacional do Café (1933), Instituto Nacional do Açúcar e Alcool (1933), ambos, órgãos responsáveis por ordenamento e controle destes setores. Além disso, com expressão estadual e regional foram criados: Instituto do Cacau da Bahia (1931), Instituto Nacional do Mate (1938), Instituto Nacional do Pinho (1941), Instituto Nacional do Sal (1941). Na área de recursos naturais, foi criado o Departamento Nacional da Produção Mineral (1934) e vários Conselhos: Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho de

¹⁴ *Idem* nota 12.

Águas e Energia Elétrica (1939), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1940) todos eles encarregados em conceber, originar e articular políticas setoriais para os seus respectivos campos.

Na área industrial a partir de 1940 temos a criação de várias Comissões com objetivo de responder a problemas correntes e oferecer alternativas de políticas para avanço nos setores: a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Comissão Nacional de Ferrovias (1941), Comissão Vale do Rio Doce (1942), Comissão Executiva Têxtil (1942), Comissão da Indústria de Material Elétrico (1944). (Draibe, 1985).

E com a função de pensar e organizar o desenvolvimento industrial foram criados, entre 1930 e 1937, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), o Departamento Nacional do Trabalho (1931), o Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), o Plano Geral de Viação Nacional e Comissão de Similares (1934) e o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937).

Segundo a autora, o significativo deste período foi empenho do Estado em regular a acumulação capitalista, nos diferentes setores da economia, por meio destas entidades. Para ela,

(...) interessa ressaltar que estes organismos, ao estabelecer políticas setoriais, no âmbito nacional, objetivavam e abstraíam interesses concretos, de forma que as relações intercapitalistas respectivas tinham expressão apenas dentro e através daquele aparato estatal (DRAIBE, 1985, p.90).

Aqui cabe reforçar o caráter regulador das relações de trabalho, visto que é por meio da compreensão do universo do trabalho, e de como este era concebido que reside o fundamento da temática social da época. E, desta forma, para fins desta dissertação, cujo principal objetivo é descrever o processo de fragmentação social decorrente da ocupação de áreas periféricas por populações migrantes em busca de trabalho, em sua maioria de baixa qualificação e em processo de empobrecimento, o entendimento da atuação do Estado neste sentido, torna-se primordial.

Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1931, e a organização de seus departamentos técnicos, como o Departamento Nacional do Trabalho, em 1932, o governo estabelece as bases institucionais para a regulação das relações de trabalho. Nesse sentido, conforme Draibe (1985) ocorre a estatização da luta econômica de classes.

Vale ressaltar que, para Gomes (1988) dentro do projeto político ideológico que se inicia em 1937, estabelecer a democracia no Brasil era avançar em direção ao trabalhador, que materializava por suas potencialidades e necessidades a finalidade orientadora do Estado, sua função de existir. Neste sentido, e em conformidade com o contexto político ideológico mundial – falência das práticas liberais, a autora identifica:

O Estado moderno precisava humanizar-se, pois só assim cumpriria seus fins últimos, definidos por seu espírito e não pelas suas formas políticas que pudesse assumir. Para tanto, o Estado Novo devia integrar-se à vida popular, dando melhor assistência social às populações, maior amparo e dignidade à personalidade humana. (...) a grande evolução das democracias seria abraçar o ideal de respeito ao trabalho, como meio de valorização do homem. (GOMES, 1988, p.218).

O trabalho, assim concebido, deveria ser encarado como atividade central na vida do homem, dever maior enquanto cidadão e, consistia numa utilidade social capaz de ser transformado em bem comum, e não como castigo, ou meio de ganhar a vida. Isso, no entanto, implicava que o homem comum deveria assumir plenamente sua personalidade de trabalhador, em contraposição, cabia ao Estado, proteger o homem contra a fome e a miséria, garantindo-lhe trabalho como meio de realização pessoal e promoção do desenvolvimento social (Gomes, 1988).

O caráter tutelar da ação do Estado sobre o mercado de trabalho e as próprias relações trabalhistas pode ser percebido nos diversos instrumentos legais elaborados a partir de 1930 (Draibe, 1985, Oliveira, 2008).

As principais medidas formuladas entre 1931 e 1934 foram: lei dos dois terços, regulamentação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino,

reforma do código de menores, nova lei de férias, criação das Convenções Coletivas do Trabalho. Em 1932 temos a criação das Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Consolidação das Leis do Trabalho e da Carteira Profissional e em 1935 a criação do IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários¹⁵. Em 1935, regulamentação da lei sobre riscos por acidente de trabalho (prestação de assistência médica e indenização). Além disso, o governo regulamentou a sindicalização das classes por meio do modelo de organização associativa, fundado no sindicato único, tutelado pelo Estado (Draibe, 1985).

Nesse sentido, a partir de 1930, o Estado cria uma base jurídica institucional visando regular o funcionamento e a integração do mercado de trabalho, além de organizar sob sua tutela o próprio sistema de representação classista, levando a extremos econômicos e sociais a sua ação regulatória e intervencionista.

Os sindicatos foram transformados em órgãos públicos, deixando de ser instituições de direito privado para se constituírem em órgãos de cooperação sob a tutela estatal. Restringindo-se às questões técnicas relativas aos interesses e ao bem estar da vida dos trabalhadores, os sindicatos estavam alijados das questões propriamente políticas. E, de outra forma, os trabalhadores estavam corporativamente organizados, o que permitia uma inserção do povo no cenário político, mas sob controle do Estado (Gomes, 1988)

Em conclusão, a nova concepção de trabalho e de trabalhadores, e a dinâmica do modelo de mediação das relações de trabalho, apontam para um formato de adequação e ajustamento das relações de trabalho ao novo modelo de acumulação do capital, indispensável para a industrialização e para o desenvolvimento do país, ou conforme Oliveira (2008):

(...) as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em um 'exército de reserva'.

¹⁵ Criado pelo Decreto-lei 24.615, de 9 de julho de 1934.

Essa conversão de enormes contingentes populacionais em 'exército de reserva', adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado propiciava um horizonte médio para um cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. (...) a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a. (OLIVEIRA, 2008, p.38-39).

A legislação trabalhista, neste sentido, foi a maneira pela qual o Estado fundamentou uma nova forma de relacionamento entre capital e trabalho, possibilitando a criação de fontes internas de acumulação – custo rebaixado da força de trabalho. E nesta adequação por meio de regulamentação que reside o caráter desigual e combinado do capitalismo no Brasil. Pois,

(...) a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como 'salário de subsistência', isto é, de reprodução; de critérios de fixação do primeiro salário mínimo levavam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso da força mecânica, comprometimento psíquico etc. Está-se pensando rigorosamente, em termos de salário mínimo, como a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender. Não há nenhum outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador; não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho. (OLIVEIRA, 2008, p.38).

A forma de Estado, no Brasil, cujas características de regulação e controle sobre a economia estavam praticamente definidas ao término do Estado Novo, foi atenuada e neutralizada, nos traços mais dramáticos, no período Dutra (1946-1951).

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o país se redemocratizou e Eurico Gaspar Dutra foi eleito iniciando seu governo dentro dos princípios liberais. O governo Dutra se mostrou pouco preocupado com o desenvolvimento industrial, porém apesar da pouca pré pela ocupação algumas ações desse governo beneficiaram a indústria. Até 1949, o governo focou suas ações no controle da inflação. Dutra tentou intervir na sociedade através do plano Salte, porém como não foram asseguradas as fontes de financiamento para esse plano o mesmo quase não saiu do papel.

Elaborado pelo DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público¹⁶, em 1948, estabelecia em detalhe os projetos de investimento estatal nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia; continha metas de expansão e buscava superar entraves. No entanto, em seu aspecto mais fundamental o plano se detinha a coordenação dos gastos públicos sem imprimir diretrizes para o conjunto da economia. Sua maior fraqueza, além de ter sido concebido com estreita margem orçamentária, era o projeto de desenvolvimento que expressava a tônica do governo Dutra – lento e conservador. Ou conforme Draibe (1985)

O Salte retrata de maneira exemplar as forças sociais e a articulação política dominantes no período. Tal como elas, o Plano não era antiindustrializante; não elegia a agricultura como o caminho privilegiado para o futuro. Mas, também como elas, não tinham a industrialização como meta central e requerimento urgente da nação. Resumiu e expressou as diretrizes econômicas do governo Dutra: continha as prioridades e a forma de conceber o desenvolvimento econômico do país, que projetava extrema lentidão. (DRAIBE, 1985, p.157).

É importante assinalar que o Plano Salte é considerado por muitos autores como o primeiro grande esforço de racionalização e planejamento do desenvolvimento econômico no Brasil, não em função da ausência de

¹⁶ O decreto-lei 579/38, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cumprindo as exigências da Constituição de 1937 que previa a criação de um departamento incumbido de organizar os órgãos do Estado, para o aperfeiçoamento da máquina pública, além de elaborar a proposta orçamentária do governo e prestar assessoria ao presidente da República.

tentativas anteriores de coordenação e sistematização no período de Vargas¹⁷, mas em função de sua qualidade técnica, e utilização da informação e dos instrumentos estatísticos.

Com relação à industrialização, esse período foi marcado pelo controle nas importações - regime de licenças de importação, e pelo crescimento das indústrias de bens de consumo durável. A rigor o regime de licenças de importação não estabelecia explicitamente o princípio da proteção à indústria, contudo, estabelecia restrições de licenciamento a produtos importados semelhantes ou equivalentes aos produtos de fabricação nacional.

A partir de 1951, com a volta de Vargas ao poder, a industrialização retoma seu ritmo acelerado, respaldada por um discurso que relacionava a industrialização ao progresso social e autonomia nacional. Contudo, diferentemente do contexto pós-30, o período de 51 a 54, estabelece as bases para transformação estrutural do Estado.

Segundo Draibe (1985) até 1951, todas as ações e projetos das gestões anteriores foram pensados de forma a responder questões gerais e pontuais. Em outras palavras, as questões agrária, industrial, urbana, proletária e institucional eram pensadas não como constitutivas de um todo orgânico, mas parcialmente e assim, de tratadas de forma fragmentada.

Já a partir do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), o que se percebe é a concepção de um plano de desenvolvimento econômico e social de grande envergadura. Em primeiro lugar por compreender a industrialização enquanto processo rápido e concentrado no tempo; em segundo lugar, a modernização da agricultura, por meio da introdução de técnicas e mecanização e incentivo por meio do crédito; em terceiro lugar, uma política de redistribuição de renda e melhoria das condições básica de vida das populações urbanas, privilegiando as questões de transporte e alimentação, e em quarto lugar, a organização de um sistema de financiamento apoiado na criação de um banco estatal. E por fim, o delineamento das formas e condições

¹⁷ Na gestão anterior de Vargas houve tentativas de implementação de programas parciais de empreendimentos e obras públicas, o caso do Plano Especial de Obras Públicas e Reparcelamento da Defesa Nacional (1939) e do Plano de Obras e Equipamentos (1943).

preferenciais para a entrada de capital externo, indicando as áreas prioritárias de investimento. Isso, nas palavras de Draibe (1985), significou um novo avanço, industrialização pesada:

Na mensagem de 1951 eram indicados os principais setores a serem desenvolvidos e os ramos novos a serem instalados com a decidida intervenção do Estado: ferro e aço; indústria química pesada; indústria de equipamentos e material ferroviário; indústria elétrica pesada; equipamentos e material para serviços de comunicações; indústria automobilística e indústria de construção naval. (DRAIBE, 1985, p.191).

Contudo, além dos projetos de infraestrutura e indústria de base, deveria o setor industrial ser contemplado por uma efetiva política industrial, cujas diretrizes foram apresentadas no Plano Geral de Industrialização do País, em 1952. O documento indicava as condições básicas de expansão: *maior produtividade na área energética, melhoramento e expansão dos meios de transportes e comunicações, intensificação dos fluxos de capitais, melhoramento do sistema de crédito, formação de técnicos e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho.* (Draibe, 1985, p.195).

Além de indicar os gargalos da expansão industrial, o Plano distribuía as atividades industriais em três grandes setores: indústria de infraestrutura, as indústrias de base e as indústrias de transformação – sendo pesada a de bens de produção e a leve de bens de consumo. E os incentivos do governo foram divididos em quatro grupos: as políticas de isenção de tarifas, impostos e proteção aduaneira; política cambial; reservas de mercado; e as medidas de assistência financeira.

Além disso, para dar suporte institucional à estrutura interna de financiamento, foram criados: o Programa de Reaparelhamento Econômico, pela Lei no. 1.474 de novembro de 1951, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado pela Lei no. 1.628 de junho de 1952.

Com relação aos investimentos sociais urbanos a bibliografia consultada, apresenta a criação da Comissão Nacional de Alimentação¹⁸ e da Comissão Federal de Abastecimento e Preços¹⁹, ambas voltadas à coordenação de uma política de preços e regularização do abastecimento urbano. Além destas, foi criada também a CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado de Nível Superior²⁰, visando a ampliação e melhoria dos grupos profissionais de alta categoria – necessários para aumento da produtividade.

Em resumo, conforme expõe Draibe (1985), o segundo governo de Vargas foi marcado por importantes avanços setoriais na infraestrutura de energia e transporte. No período intensificaram-se os investimentos em siderurgia e com a criação da Petrobrás²¹; intensificou-se também a modernização e crescimento da estrutura industrial, principalmente por meio das políticas de crédito e câmbio.

Além disso, a política salarial mais aberta, nesse período, favoreceu o crescimento da massa de salários que promoveu um crescimento no setor de bens de consumo não duráveis. E o mais importante fator, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento representou um passo fundamental para a realização do projeto global de investimentos. Sobretudo, em função do fracasso das negociações para financiamentos externos. Quanto a isso, é preciso destacar que o projeto varguista de desenvolvimento, ao alocar a empresa pública a liderança, minimizando a participação da empresa estrangeira, causou certa resistência por parte do capital estrangeiro das agências internacionais de financiamento.

Além disso, as condições de negociação encontravam-se desfavoráveis em função da predileção de investimento direto das empresas americanas ao mercado europeu. E, também, em função das empresas européias centrarem esforços na recuperação (Draibe, 1985).

¹⁸ Decreto Lei de fevereiro de 1945, contava com Subcomissão de Serviços Públicos, Planejamento e Produção Alimentar e a de Educação Alimentar. Em 1951, passou a atuar como Comitê Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

¹⁹ Criada pela Lei no. 1.522 de 26 de fevereiro de 1951, contava com representantes da indústria, comércio, lavoura e pecuária, imprensa e Forças Armadas, cooperativas de produção e consumo e técnicos dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas etc.

²⁰ Criada pelo Decreto no. 29.741 de 11 de julho de 1951.

²¹ Instituída pela Lei no. 2004 de 3 de outubro de 1953.

Esse quadro se alterou, ao final dos anos 50, já com o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) sob a égide do Plano de Metas²². O Plano de Metas assinala o momento final da industrialização brasileira, através dele o país ingressou numa fase de economia industrial avançada, de forma conjunta ou conseqüentemente, é ao final dos anos 50, que prenuncia-se a crise e esgotamento do Estado.

Nesse sentido, conforme nos expõe Draibe (1985) após 25 anos de transformações na estrutura do Estado, após 25 anos de desenvolvimento da indústria e de construção dos pré-requisitos de infraestrutura, sob a direção do Estado, apresentou-se um modo de articular a entrada da empresa estrangeira – num momento favorável da competição capitalista internacional. Esse modelo foi marcado pelo incentivo do governo a tudo que fosse novo, ou nas palavras da autora:

A regra fundamental era o incentivo a tudo que fosse novo, que representasse a abertura de novos blocos produtivos e, portanto, novos mercados e um novo perfil tecnológico. O Estado cimentava, assim as bases de uma estrutura fundamentalmente solidária de relações empresariais, combinando-as e regulando-as numa forma particular de divisão setorial e infra-setorial de produção. (DRAIBE, 1985, p.243).

Desta forma, o Estado oferecia ao capital nacional uma nova fronteira de acumulação, de ingressar em mercados novos e linhas de produção, recebendo suporte creditício do Estado; e ao capital estrangeiro, oferecia uma generosa gama de incentivos, isenções e facilidades para importações de equipamentos negociando a entrada e associação com capital nacional – com estabelecimento rigoroso de prazos limites para nacionalização do produto²³.

²² O plano representava o lema cinqüenta anos em cinco e consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria. O Plano previa 31 metas distribuídas em seis grupos: transporte, energia, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília.

²³ Foi no governo de Juscelino Kubitschek que entraram no país grandes montadoras de automóveis como, por exemplo, Ford, Volkswagen, Willys e GM (General Motors). Estas indústrias instalaram suas filiais na região sudeste do Brasil, principalmente, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e ABC (Santo André, São Caetano e São Bernardo). As oportunidades de empregos aumentaram muito nesta região, atraindo trabalhadores de todo

Assim, em 1956, portanto, a ação do governo Kubitschek foi de participação direta e indireta nos investimentos, e a entrada do capital estrangeiro privado e oficial vai aprofundar consideravelmente o processo de substituição de importações, que atinge o ritmo de desenvolvimento mais acelerado, superando os períodos anteriores.

Do lado da definitiva conversão do setor industrial e das suas empresas em unidades chaves do sistema, a implantação dos ramos automobilísticos, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da capacidade da siderurgia, orientam a estratégia; por seu lado, o Estado, cumprindo o papel e atuando na forma já descrita, lançar-se-á num vasto programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola 'externa', com obras como Brasília²⁴ e a rodovia Belém-Brasília. E a principal estratégia adotada foi associar capital local ao capital estrangeiro para atender e expandir o mercado interno construindo por meio da substituição de importações um sistema industrial nacionalmente integrado.

Para Oliveira (2008, p.73),

A associação com o capital estrangeiro permitiu aumento da acumulação e o crescimento acelerado, não tanto por sua contribuição quantitativa – a poupança externa nunca passou de uns 5% da poupança total -, mas, sobretudo pelo fornecimento de tecnologia, isto é, pela acumulação prévia que podia rapidamente ser incorporada. O Estado não entrou no mercado da tecnologia, comprando *know how* do exterior para repassá-lo às empresas nacionais; concretamente, no caso brasileiro, os 'cinquenta anos em cinco' não poderiam ser logrados sem recurso ao capital estrangeiro.

Brasil. Este fato fez aumentar o êxodo rural e a migração de nordestinos e nortistas de suas regiões para as grandes cidades do Sudeste.

²⁴ Brasília é considerada a grande obra de Juscelino Kubitschek, a nova capital do Brasil. O deslocamento da capital para região central do país promoveria uma descentralização do poder e o desenvolvimento de outras regiões do país. O projeto da cidade, chamado Plano Piloto, foi realizado pelo arquiteto urbanista Lucio Costa e as construções projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

Para Draibe (1985), contudo, a expansão que marca o período pode ser também associada à capacidade de controle e político por meio de coordenação e planejamento, característica diferencial para com o governo anterior. De acordo com a autora, ainda que Kubitschek contasse com instrumentos e aparelhos de política e regulação econômica herdados da administração de Vargas, a forma de articulação política, foi o elemento essencial para coordenação do Plano, garantindo agilidade e controle das resistências.

Em resumo, Kubitschek armou-se de uma estrutura informal, paralela e eficiente, vinculada diretamente à Presidência. Esse caráter não institucionalizado e provisório permitiu contornar resistências ideológicas a partir da criação de uma instância superior de planejamento e coordenação de investimentos e gastos públicos. Houve também uma opção por soluções convenientes, evitando assim maiores atritos e resistências. Tudo resultando em maior agilidade às ações.

É importante ressaltar que a administração Kubitschek soube fazer uso intenso de todos os organismos, planos e instrumentos elaborados durante o segundo governo de Vargas, sobretudo, com relação aos mapeamentos, planejamentos e projeções de necessidades de investimentos públicos – energia, petróleo, carvão, siderurgia, transporte e comunicações. De forma, que é possível afirmar que, considerando os traços de continuidade, o período compreendido entre 1930 e 1955 estabeleceu-se os pré-requisitos fundamentais para o salto definitivo na direção de uma economia industrial plenamente constituída, na fase 1956-60 (Daribe, 1985).

No entanto, com relação ao social, temos no período de Kubitschek uma regulação mais rígida e conservadora do piso salarial urbano, compensada com uma extraordinária expansão do emprego e pela intensificação da mobilidade social. Além disso, como nos outros governos, não houve preocupações quanto ao trabalhador rural, e nem formas ou programas de investimentos para fixação do homem à terra. Pelo contrário, conforme relata Oliveira (2008, p.45):

No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse os problemas de distribuição da propriedade – que pareciam críticos no fim dos anos 1950 – ao mesmo tempo permitiu que o proletariado rural que se formou não ganhou o estatuto de proletariado: tanto na legislação do trabalho praticamente não existe no campo como a previdência social não passa de uma utopia; isto é, do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural. Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do 'novo mercado urbano-industrial' exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado, é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão 'primitivo', baseado numa taxa de exploração da força de trabalho.

Nesse sentido, compreendemos que a entrada de multinacionais no país no período Kubitschek ampliou a oferta de empregos, e por outro lado, fez aumentar o fluxo de trabalhadores para as cidades, promovendo o crescimento das áreas periféricas, a pobreza e a criminalidade nos centros urbanos.

Os governos seguintes foram marcados de problemas políticos, a renúncia de Jânio Quadros em 1961, a posse de João Goulart que afetaram diretamente o ritmo de crescimento econômico. Crescimento que vai ser retomado, após o golpe de 1964. Os governos militares retomaram e aceleraram o crescimento econômico e industrial brasileiro. O Estado assumiu a função de órgão supervisor das relações econômicas. O desenvolvimento industrial pós 64 foi significativo.

Sobretudo no período compreendido entre 1969 e 1973, no qual o Brasil irá vivenciar o chamado período áureo do desenvolvimento brasileiro, o chamado Milagre Econômico.

A década de 70, sob o governo do general Garrastazu Médici (1969-1974), foi considerada um dos períodos mais duros do ciclo militar²⁵. Tamanho

²⁵ “Chegamos ao auge da ditadura. Desde o estado Novo não vivíamos sob um regime tão violento e discricionário. Censura de colegas de trabalho, prisões autoritárias,

endurecimento político foi respaldado, e de certa maneira mascarado, pela falsa sensação de prosperidade econômica que rodeava a atmosfera política. Esta falsa sensação foi resultado de uma política econômica fundamentada no chamado PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) plano de estratégias para o desenvolvimento com base no controle da inflação, no aumento das exportações e abertura ao capital estrangeiro, com estas medidas o Brasil pode alcançar uma taxa de crescimento (PIB) de 14,0 %, em 1973, o maior do período.²⁶

Contraditoriamente a prosperidade econômica indicada pelo crescimento do PIB – “Milagre econômico”²⁷ – a população vivia uma profunda crise econômica, marcada pelo arrocho salarial, pela perda gradativa do poder aquisitivo²⁸ e da estabilidade econômica, graças a *implantação do FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço) “que facilitou aos empresários demitirem, aumentando assim a rotatividade e a insegurança dos trabalhadores e contribuindo para o maior rebaixamento salarial”* (Habert, 1992, p.14).

O salto da economia brasileira foi na verdade financiado “*à custa da pauperização e do silêncio forçado de imensos contingentes de trabalhadores assalariados*” (Habert, 1992, p.15). A crescente exploração do trabalhador foi em larga medida incentivada e facilitada pela política de Segurança Nacional - que colocava qualquer tipo de manifestação como subversão – estes dois dados - desenvolvimento e exploração desenham o quadro contraditório da época e desmancha a falsa sensação de prosperidade.

assassinatos de opositores políticos corrupção e medo marcaram o Brasil de 1970. A prepotência ditatorial chegou a produzir leis que o povo desconhecia, eram os tristemente famosos ‘decretos secretos’”. (VILLA, 2001, p.28).

²⁶ Não trataremos de forma profunda as questões relativas ao “Milagre Econômico”, para maiores aprofundamentos ver: Villa, Marco Antonio. Sociedade e História. Brasília, Inst. Teotônio Vilela: 2001, vol. XIV ou Habert, Nadine. A Década de 70. Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

²⁷ O chamado “Milagre Econômico” ou “Milagre Brasileiro” pode ser comparado a um surto de desenvolvimento, ocasionado em função de dois fatores confluentes: um contexto político-econômico internacional favorável. (VILLA, 2001, p.31).

²⁸ “Os salários deterioraram-se de tal forma que, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), o salário mínimo em 1975 teria que ser três vezes maior do que era para equiparar-se ao de 1958, [...] o último aumento deveria ter sido de 275% e não de pouco mais de 40%” (CAMARGO, 1976:45 *apud* HABERT, 1992, p.14)

Em 1973 a crise do petróleo desencadeou um processo de desestabilização da economia mundial, e a economia brasileira se descontrola: a indústria automobilística atingida pela elevação do barril do petróleo sofreu queda nas vendas, e levou ao desemprego milhares de metalúrgicos, com impacto da crise elevaram-se a inflação²⁹ e a dívida externa³⁰.

Durante todo o período militar podemos perceber uma maior diversificação da produção industrial. Nesse período, os empreendimentos voltados à produção de energia elétrica, do aço, indústria petroquímica, abertura de rodovias e outros, ganham fôlego, assegurando para a iniciativa privada as condições de expansão ou crescimento de seus negócios. Além disso, o período também é marcado pela expansão da indústria de bens de consumo não duráveis e duráveis com a produção inclusive de artigos sofisticados.

O setor de transformação como aço, ferro-gusa, laminados, cimento, petróleo, aumentam a produção, atingindo níveis significativos, crescimento este que vai perdurar até a década de 1980.

Com finalidade de sustentar o crescimento industrial, o governo lança mão de política de financiamento ao consumo, aumentando assim a capacidade aquisitiva da classe média alta. Da mesma forma, o governo estimulou também, a exportação de produtos manufaturados através de incentivos. E como resultado, em 1979, as exportações de produtos industrializados e semi-industrializados superaram as exportações de bens primários (produtos da agricultura, minérios, matérias-primas).

O governo de Sarney é marcado pela tentativa de promover o crescimento econômico e controlar a inflação. Para tanto, criou o Plano de Estabilização da Economia, o chamado Plano Cruzado.

A meta do plano era basicamente reverter o processo inflacionário, estabelecendo, entre outras medidas, uma reforma monetária, com o corte de

²⁹ A inflação chegou a taxa de 34,5% em 1974 e já no fim do mandato de Médici em 1979 a 77,4%. (VILLA, 2001, p.42).

³⁰ “Entre 1964 e 1973, a dívida externa pulou de 4 a 12 bilhões de dólares e continuou crescendo cada vez mais nos anos seguintes. No final da década estava em torno de 60 bilhões de dólares, saltando para 100 bilhões em 1984, uma das maiores dívidas externas do mundo.” (HABERT, 1992, p.17)

três zeros do cruzeiro e a sua substituição por uma nova moeda, o cruzado. Além disso, o plano previa o congelamento dos preços por um ano e também dos salários, pelo valor médio dos últimos seis meses; criação de um mecanismo de ajuste de salário, através do qual quando a inflação atingisse ou ultrapassasse o patamar de 20%, os salários receberiam um reajuste automático no mesmo valor; previa também a extinção da correção monetária; instituição do seguro-desemprego e criação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para correção das poupanças e aplicações financeiras superiores há um ano. Conforme abaixo,

Este, portanto, é um programa de defesa do poder de compra dos assalariados. A inflação, a continuar em os índices atuais, em poucos meses, e até mesmo em poucos dias, tornaria letra morta os reajustes e os aumentos reais de salários que o trabalhador obteve com suor e com tanto risco.

A estabilização dos preços, que o Governo vigiará com energia, vai acabar com este pesadelo. Para demonstrar que o propósito é, antes de tudo, a proteção dos salários, decidi conceder um abono geral, para devolver ao assalariado o que foi corroído pela alta de preços. Cuidei de estabelecer também o reajuste automático dos salários na nova moeda.

Criamos, pois, o salário móvel, na certeza de que haverá estabilidade monetária; mas que, à menor distorção do sistema, o primeiro a ser de fendido será o trabalhador brasileiro. Sua poupança continua protegida contra a inflação. Os aluguéis e prestações do BNH, convertidos na nova moeda, permanecerão congelados pelo prazo de um ano. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA).³¹

A proteção alfandegária que existia na época e que restringia as importações, e o desabastecimento de produtos de primeira necessidade promovido por setores oligopolizados da economia condenaram o plano econômico ao fracasso.

A inflação que acompanhou todo o período foi superada apenas em 1994 através do Plano Real. Já no Governo de Itamar Franco (1992-1995), o Plano Real foi um programa brasileiro com o objetivo de estabilização econômica e

³¹ Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1986/22.pdf/at_download/file

tinha como objetivo principal o controle da hiperinflação que assolava o país - que chegou a 46,58% ao mês em junho de 1994 -, época do lançamento da nova moeda, o Real.

O projeto do Real contava com a elaboração das medidas do governo e a execução das reformas econômica e monetária e foi idealizado com a participação de vários economistas, reunidos pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, e representa um marco na história política e econômica brasileira.

Com o controle da inflação, o consumidor de baixa renda foi o principal beneficiado. Isso porque, os governos anteriores sempre utilizaram o recurso da correção monetária que permitia aos brasileiros que tinham maior poder aquisitivo defender-se parcialmente da corrosão do valor real da moeda, com aplicações bancárias de rendimento diário.

No entanto, a grande maioria da população, não tinha acesso a esses mecanismos e sofria com a desvalorização diária dos recursos recebidos como salário, aposentadoria ou pensão, sendo os maiores prejudicados com a alta inflação.

Nesse sentido, não é de se estranhar que após a implantação do Plano Real, não apenas a população volta a consumir num padrão de normalidade, como a economia volta a crescer, marcando um novo período de desenvolvimento industrial. Entre os principais efeitos, pode-se destacar: aumento do poder aquisitivo das famílias brasileiras, modernização do parque industrial brasileiro, crescimento econômico com geração de empregos.

Concluindo, podemos perceber pela bibliografia analisada que a forma particular de Estado que preside esse momento de constituição do capitalismo, nas condições de uma industrialização retardatária, expressa traços de atraso e avanço. E nas condições estruturais, pós-1930, o desenvolvimento econômico requereu um Estado regulador e articulador, que logra êxitos no aspecto econômico. Mas que do ponto de vista social, esse Estado, em seu traço de atraso, conforma-se sob o peso de interesses mais conservadores.

Em outras palavras, desde sua constituição o Estado brasileiro atuou como articulador de interesses agrário-exportadores heterogêneos – velhas oligarquias e setores mais modernos da economia cafeeira sob as pressões de grupos de interesses: uma burguesia industrial em rápido processo de diferenciação (frágil e heterogênea); de setores médios extremamente diferenciados e sob injunções e demandas de uma massa assalariada urbana em rápido processo de constituição. E nesta disputa de interesses, a massa assalariada constituía a de menor poder de pressão e de maior manobra ideológica.

De forma a sempre privilegiar os interesses do desenvolvimento econômico e da acumulação de capital, colocando em segundo plano as questões sociais: das demandas por previdência social, saúde, habitação, educação, melhores condições de vida, liberdade e participação nas decisões. A plena constituição do Estado, a consolidação do processo de industrialização culminará com uma crise política profunda abrangendo os aspectos da vida econômica e social, revelando a natureza de classe da sociedade e seus conflitos.

A industrialização brasileira foi concebida como alternativa social e política de avanço do capitalismo e, deu-se por meio de uma ação intervencionista do Estado que articulou sob formas burocráticas-administrativas de regulação seu crescimento. Ao Estado nesse processo, coube a tarefa de hierarquizar interesses econômicos e sociais em torno de questões que o avanço almejado suscitava. E nisso, impulsionou o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que acirrava as questões sociais, revelando a desigualdade do processo.

Ou conforme nos aponta Oliveira (2008, p.85):

A aceleração mencionada afetará profundamente a relação salário real-custo de produção da força de trabalho urbana. No período de liquidação da economia pré-1930 esse conflito ou a equivalência dessa relação foi assegurada, de um lado, pela contribuição que a agricultura 'primitiva' dava ao abastecimento das cidades e, de outro, pela reprodução nos contextos urbanos de certas formas de 'economias de subsistência', das quais a construção da casa própria constituía importante parcela daquele custo. Sem embargo, a relação começa a desequilibrar-se no sentido de um salário

real que não chegava a cobrir o custo de reprodução, da força de trabalho, simplesmente pelo fato de que, não somente à medida que o tempo passa, mas à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa. Em termos concretos, o transporte, por exemplo, não pode ser resolvido pelo trabalhador senão pelos meios institucionalizados e mercantilizados que a sociedade oferece, a energia elétrica que ele e sua família utilizam também não comporta soluções 'primitivas', a educação, a saúde, enfim, todos os componentes do custo de reprodução se institucionalizam, se industrializam, se transformam em mercadorias: o consumo de certos produtos também passa, necessariamente, pelo mercado, e ainda quando certa visão romântica do trabalho ou do operário queira exigir destes a resistência ao consumismo, esta é uma ideologia *blasée*, que terminaria por produzir o monstro de uma cultura ou subcultura operária: nas condições concretas do sistema capitalista, para não falar em direitos, tanto as classes médias como as classes trabalhadoras têm 'necessidades' de consumir e de utilizar os novos meios técnicos, culturais, para sua reprodução; a esse respeito, as diferenças existentes são diferenças de renda; se o consumismo é o novo fetiche e a nova forma de alienação, pedir à classe operária que desmitifique o fetiche sem ela estar no poder é como pedir 'peras ao olmo'. Essa digressão serve para enfatizar a mudança que ocorria e não se refletia nos salários reais ou no preço da força de trabalho, a qual se sustentava nas duas vertentes já assinaladas. Na medida em que o custo de reprodução da força de trabalho urbana se desruralizava e, por oposição, se industrializava, o desequilíbrio começou a agravar-se.

Unida à proposta desenvolvimentista, a idéia de progresso ficou descolada do cotidiano vivido dos trabalhadores urbanos, sendo apreciada apenas enquanto uma palavra escrita na bandeira.

CAPÍTULO 2

INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO E URBANIZAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA

Vapor barato, um mero serviçal do narcotráfico
Foi encontrado na ruína de uma escola em construção
Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína
Tudo é menino e menina no olho da rua
O asfalto, a ponte o viaduto ganindo pra lua
Nada continua
E o cano da pistola que as crianças mordem
Reflete todas as cores da paisagem da cidade que é muito
Mais bonita e
Muito mais intensa do que no cartão postal
Alguma coisa está fora da ordem
Fora da nova ordem mundial...

Meu canto esconde-se como um bando de lanomâmis na floresta
Na minha testa caem, vêm colocar-se plumas de um velho cocar
Estou de pé em cima do monte de imundo lixo baiano
Cuspo chicletes do ódio no esgoto exposto do Leblon
Mas retribuo a piscadela do garoto de frete do Trianon
Eu sei o que é bom
Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem
Apenas sei de diversas harmonias bonitas possíveis sem juízo final
Alguma coisa está fora da ordem
Fora da nova ordem mundial...

Caetano Veloso

Vimos que no processo de industrialização brasileira, sobretudo a partir do segundo governo Vargas (1951-1954) onde efetivamente a industrialização se insere dentro de um plano de desenvolvimento econômico, que, em linhas gerais, apresenta-se mais sistematizado. E, onde as condições para a entrada de capital externo são dadas, e assim, intensifica-se a modernização e crescimento da estrutura industrial brasileira, levada a cabo ao final dos anos 50 já sob o governo de Juscelino Kubistchek.

Esse contexto de modernização e crescimento afetará sobremaneira a dinâmica urbana do Espírito Santo, em particular, da Grande Vitória, no período compreendido entre 1960 e 1980.

Nesse período, as mudanças estruturais na economia do Estado, iniciada com a erradicação dos cafezais, conseqüentemente a desestruturação da economia

agrária e a reorientação industrial, representada pelos Grandes Projetos Industriais de Impacto vai imprimir uma nova dinâmica urbana, na região da Grande Vitória, conforme estudos de Siqueira (2010).

Os impactos sociais decorrentes do processo de desenvolvimento econômico acelerado são conhecidos em muitas regiões do país, incluindo as questões do fluxo migratório nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e do fenômeno dos candangos em Brasília. Contudo, há algumas características peculiares, no caso do Espírito Santo, e que remetem a sua formação econômica e cultural que merecem ser aqui resgatadas.

2.1. O ES DE 1800-1960: ANTECEDENTES: AGRICULTURA FAMILIAR, PEQUENA PRODUTIVIDADE – CRESCIMENTO ESPARSO E SEM ADENSAMENTO POPULACIONAL

O Espírito Santo durante o período colonial exerceu o papel de barreira verde, sendo uma medida da coroa portuguesa do século XVIII para inibir o povoamento, com o intuito de conter o contrabando de ouro e pedras preciosas de Minas Gerais. Outra estratégia adotada pela coroa portuguesa para o esvaziamento da região foi à expulsão dos jesuítas nos domínios portugueses.

Assim sendo, o período até a primeira metade do século XIX se apresenta em larga medida como uma afirmação da força das estruturas que dominavam a relação entre os territórios coloniais e Portugal, mas que, no caso do território do Espírito Santo, aparece sob o signo de um crescimento esparso, sem adensamento populacional ou comercial de maior vulto. Não se pretende afirmar que não havia alternativas de desenvolvimento histórico no período, mas que esses germes de outras configurações possíveis não lograram êxito nas condições estruturais apresentadas ao longo da época referida. (MACEDO; MAGALHÃES; 2011; p.63).

No início do século XIX, a população do Espírito Santo se restringia na faixa litorânea que não excedia quatro léguas. O mecanismo encontrado para colonizar o território, foi à adoção da imigração (que possibilitou a interiorização do povoamento). O fluxo de imigração no Espírito Santo teve início em 1812

com a formação da colônia de Santo Agostinho, com a vinda de 250 açorianos entre 1812 a 1814. Nova etapa do fluxo imigratório ocorreu em 1947, com a vinda de europeus³².

Uma característica marcante foi à formação da pequena propriedade rural familiar, permitindo o rompimento de seu isolamento territorial, demográfico e econômico – a partir da comercialização do excedente produzido na propriedade.

O café foi o principal produto da economia capixaba a partir do século XIX, no qual teve sua estrutura enraizada em pequenas propriedades agrícolas, impulsionado pela imigração italiana e alemã; se contrapunha com padrão brasileiro vigente até então, de grandes fazendas de café, tendo como principal pólo a região do Vale do Paraíba (Rio de Janeiro e São Paulo), que apresentava os primeiros sinais de estagnação devido ao uso de mão de obra escrava.

Neste aspecto, o café capixaba não gerou condições adequadas para a formação de um complexo de desenvolvimento de produção mais dinâmico. A estrutura da propriedade, fundamentada em pequenas propriedades rurais, após a transição para o trabalho livre (parceria e trabalho familiar), explicam a dinâmica da agricultura estadual diferente de outras regiões, como por exemplo, São Paulo, na qual houve a formação do mercado assalariado livre. Esse tipo de estrutura constituiu como um dos principais entraves a diversificação da estrutura produtiva capixaba.

Dado o caráter eminentemente familiar das atividades e a predominância da força de trabalho não assalariada, não se formaram condições para redirecionamento dos fatores de produção para outras culturas, como em lavouras constituídas sob a lógica capitalista de produção, a exemplo do que se verificava nas regiões cafeeiras mais dinâmicas. Dessa maneira, sob as condições apontadas, não se constituiu agricultura mercantil alternativa ao café. Tampouco foi possível àquela estrutura, inclusive por sua baixa monetização, desenvolver plenamente relações de produção que impulsionassem a formação de um mercado regional com maior segmentação e divisão do trabalho. Estabeleceu-se um círculo vicioso no qual o baixo dinamismo da cultura do café

³² Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2012.

impediu a formação de excedentes que servissem de base à diversificação daquela estrutura e um salto para o desenvolvimento estadual – o que reforçava a baixa monetização e, por conseqüência, a estrutura vigente, não se constituindo elementos que intensificassem a divisão do trabalho de forma a gerar novas oportunidades de investimentos. À dispersão da propriedade rural juntavam-se os limites do capital mercantil comercial, que, a despeito de ficar com a maior parte do rendimento monetário, subordinava apenas parcialmente os pequenos produtores, sem revolucionar, no entanto, sua base produtiva, visto que ele não tinha condições de impor plena sujeição à esfera produtiva. No limite, as decisões de produção cabiam ao produtor e não ao capital comercial, muito embora fosse este o elo mais forte da cadeia e o que ficava com a maior parte do excedente produzido (MACEDO; MAGALHÃES; 2011, p.77).

Nesse cenário, o processo de acumulação ficava prejudicado, primeiro em função da própria estrutura produtiva que impossibilitou uma diversificação, e além do mais, a apropriação de riqueza se dava principalmente a partir do capital comercial, não permitindo a concentração do capital por parte dos pequenos produtores.

Em linhas gerais, o proprietário era o responsável por decidir sobre a produção mesmo não tendo nenhum tipo de influência na sua realização, já que se encontrava numa situação fragilizada frente ao comerciante. Como o preço internacional determinava o ritmo da acumulação, nos momentos de crise a propriedade familiar não proporcionava mecanismos de redirecionamento da produção para outras culturas de exportação, com o intuito de ter um produto alternativo que garantisse a rentabilidade frente a períodos de incerteza.

Neste sentido, a estrutura de pequena propriedade familiar não propiciou alternativas para diversificação da produção e também não teve nenhuma política pública que fomentasse esta mudança. Esta estrutura “não fomentou a urbanização geradora de externalidades que pudessem estimular atividades secundárias e terciárias de maior vulto” (Macedo; Magalhães, 2011).

Segundo Mota (2000, p.23):

Embora a atividade cafeeira não tenha constituído uma economia primária exportadora dinâmica, o café contribuiu para

formação de núcleos urbanos no interior e a consolidação de Vitória como a principal cidade da economia capixaba, provedora de serviços de apoio a atividade cafeeira, sobretudo aqueles situados na comercialização, em especial o desenvolvimento da atividade portuária, que fomentou uma série de vantagens que transformaram a capital e seu entorno como principal foco do crescimento industrial quando este se processa de forma mais intensiva no final dos anos 60.

De acordo com Macedo e Magalhães (2011, p.82):

Se não gerou estímulos para “uma diversificação agrícola e industrial”, e apesar de a economia cafeeira não ter fomentado as condições para o aprofundamento da divisão social do trabalho, foi ela o principal vetor de crescimento da economia do Espírito Santo e seu mais importante elemento de organização territorial até meados do século XX, contribuindo para a construção da base material e o desenho espacial sobre o qual se daria a diversificação promovida pelo crescimento da indústria e dos serviços a partir da década de 1960, quando se criaram alternativas para superar a dependência secular do café.

A base agrária, a dependência econômica da cafeicultura e o grau de industrialização insignificante e a precariedade de ligações viárias com outras regiões do país, colocavam o Espírito Santo numa posição desfavorável, sendo excluído dos programas desenvolvimentistas do governo federal, em especial, por estes serem concentrados nos centros mais adiantados e com elevados níveis de emprego e renda.

A crise do café iniciada durante a década de 1950, a partir de sucessivas super-safras, a baixa dos preços no plano internacional, foi responsável por uma série de mudanças de âmbito político e econômico, que tiveram seus impactos na esfera social.

Tais mudanças iniciadas por um período de crise econômica que atravessou o Estado do Espírito Santo tiveram seu caráter decisivo na construção de um novo arranjo econômico, social, espacial. Por esses e outros motivos que a década de 50 pode ser considerada um divisor de águas, entre o arcaico e rural para urbano industrial. Nesse período se desenvolvem os germes para o grande

“boom” industrial do Estado, sendo também responsável pela sua inserção definitiva na esfera nacional.

Até meados de 60 o Estado era predominantemente dependente da economia cafeeira, com base na pequena produção familiar – esta responsável por 93,9% da lavoura capixaba. E o Estado tinha 80,8% de sua renda interna e agrícola baseado na produção do café. Também no aspecto social 80% da força de trabalho era empregada na lavoura cafeeira. Pode-se imaginar o que a crise causou para o Estado (Rocha, 1986).

O governo estadual buscou alternativas para melhorar o incremento do seu giro comercial, esquecendo a idéia de incluir o Estado na área da SUDENE (já que a região nordeste era considerada como prioridade na questão regional). Esta situação gerou uma série de medidas, tais como a criação da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) em 1958 e a criação do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES) para coordenar articulado ao Banco de Desenvolvimento de Estado do Espírito Santo (BANDES) em 1969.

A partir de então eclode uma corrida pela recuperação da economia e desvalorização do café. Os esforços do governo federal – Juscelino Kubistchek - podem ser observados a partir da política de erradicação dos cafezais, promovida pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), que a partir do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), promove pagamentos, de caráter indenizador aos produtores por cova de café destruída.

O plano diretor do GERCA possui enquanto diretrizes básicas: promoção de erradicação dos cafezais antieconômicos, diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e renovação de parcela dos cafezais (Siqueira, 2010).

Esta política perduraria por quase toda a década de 60 e realizar-se-ia em duas etapas. Com isso visava reduzir o número de sacas de café e assim aumentar sua procura no plano internacional e recuperar seu preço no mercado. Após a segunda fase do programa houve um processo de extermínio dos cafezais no Estado, isto por que no primeiro momento, a quantia indenizatória era de

apenas Cr\$ 15,00, por cova, passando na segunda fase (66 a 67) para Cr\$ 400,00. Para Siqueira (2010, p.48):

Sem dúvida, a economia capixaba foi a que mais se desestruturou com o programa de erradicação, o qual associado ao contingenciamento de preços e ao impedimento de comercialização de tipos inferiores atingiu profundamente a estrutura econômica do Estado, principalmente pelo fato de a cafeicultura estadual apresentar baixo nível de produtividade e ser, em sua maior parte, antieconômica. Isso se verificava porque as condições gerais em que se realizava a cafeicultura eram precárias.

Os que sofreram mais com estas políticas foram os pequenos e médios agricultores, que não tiveram recursos financeiros para pagar dívidas e para enfrentar a inflação que se abateu no país.

Além disso, podemos ressaltar outros efeitos do programa, como a promoção da demissão em massa de pessoas que trabalhavam nestes cafezais, levando ao êxodo rural – responsável pelo início do processo de urbanização da região da Grande Vitória e a promoção da liberação destas terras que podiam ser utilizadas para a produção de outros gêneros alimentícios, ou seja, a constituição das primeiras agroindústrias e pecuária. Além disso, o programa inseriu de forma heterogênea fazendeiros com capacidade de investimento em outras áreas da economia – devido às riquezas conseguidas pela indenização.

No entanto, apesar dos esforços dos programas de substituição de produção do governo federal e de incentivos diversos para a diversificação da economia, vimos que somente duas categorias novas surgem em primeiro momento: a indústria madeireira, atividade para que se beneficiava pela quantidade de mata virgem ainda existente no norte do estado, e também pela ocupação de faixas enormes de terras que eram destinadas à plantação de café – um aspecto positivo foi que a extração de madeira representou grande subsídio para a implantação de indústrias de beneficiamento para o produto; a outra que também foi muito utilizada para substituição e aproveitamento da terra foi a pecuária, ainda mais por esta não necessitar de grande quantidade de mão de obra, foi considerada mais lucrativa.

Neste período a industrialização sofre certo dinamismo, porém é somente a partir das décadas de 60 e 70 com a ampliação da COFAVI – Companhia Ferro e Aço de Vitória e a construção dos primeiros fornos da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, que gêneros da metalurgia obtiveram considerável crescimento e assim incrementando a economia. Tal dinamismo nesta segunda fase é devido ao financiamento estatal, (Realcafé Solúvel e Frigorífico Rio Doce S/A – FRISA).

Também não podemos desconsiderar a importância dos setores de infraestrutura viária (rodovias BR 262, BR 101 e BR 259) e setor energético (décadas 50, 60 e 70 – 3 hidroelétricas construídas) para a implantação do parque industrial capixaba – projetos determinados pelo Plano de Metas do governo de Kubistchek e idealizados no Plano de Valorização Econômica do Estado³³, do governo de Jones dos Santos Neves (Rocha, 1986 e Zorzal, 1995).

No que diz respeito ao setor terciário, podemos verificar que a efeito do Programa de Erradicação dos Cafezais houve grande liberação de trabalhadores rurais (queima dos cafés e avanços tecnológicos) que deixaram o campo à procura de empregos na cidade – processo de urbanização.

Com a redução do nível de emprego no campo, a população das cidades cresceu em torno de 8,4 vezes (1950/1985). O problema foi “amenizado” pela infraestrutura portuária, transportes, serviços e abastecimento energético – como citado anteriormente, também resgatado pelo Plano de Metas (Rocha *et al*, 1986). Tais empreendimentos tornaram a cidade mais atrativa.

No início da década de sessenta aflorava outras atividades econômicas como a extração e transformação de madeira no Norte, a pecuária leiteira e a extração de minerais não metálicos no Sul e a implantação de importantes complexos industriais em Vitória, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) cujas

³³ O plano tinha como objetivo abrir novos horizontes econômicos para o Estado. Foi o primeiro governador a elaborar um planejamento para a administração pública, tendo como motivação principal aproximar o Espírito Santo do contexto nacional. Nesse sentido, o Plano de Valorização da Economia tem status de uma política desenvolvimentista, e por meio de recursos articulados com o governo federal da época, investiu nos setores de eletrificação, rodovias e obras portuárias. (SIQUEIRA, 2010).

atividades iniciaram em 1942 com a exportação de minério de ferro pelo Porto de Vitória (Buffon, 1992).

Na década seguinte o estado atrairia grandes plantas industriais, principalmente uma usina siderúrgica, devido ao aproveitamento das vantagens locais derivadas da presença do Porto de Vitória e da CVRD. Em 1966 houve a construção do Porto de Tubarão e a implantação de cinco usinas de pelotização de minério de ferro entre 1969-79, consorciadas aos capitais espanhol, italiano e japonês; em 1978 teve início as atividades da usina de pelotização da Samarco Mineração SA no município de Anchieta, que contava com o Porto de Ubú e de um mineroduto. Estes investimentos e a implantação da Aracruz Celulose (1979) e a CST (1983), aliados as melhorias do sistema de transporte representaram o período de Grandes Projetos conhecidos na economia capixaba e representou um direcionamento da economia capixaba frente aos mercados nacional e internacional.

A crise na agricultura e os estímulos de investimentos industriais de âmbito federal e estadual, que consistia na montagem de um sistema de incentivos fiscais e a atração de grandes indústrias voltadas ao mercado externo, promoveram a diversificação produtiva no Espírito Santo, porém este desenvolvimento ficou restrito a Região da Grande Vitória. A crise cafeeira proporcionou a integração da economia capixaba à economia brasileira, além de fortalecer os laços com a economia internacional.

Além dos grandes projetos já citados, a criação do FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias) em 22 de maio de 1970, exerceu papel estratégico na economia capixaba. Por intermédio do BANDES, são outorgados financiamentos aos exportadores e importadores com base no valor de suas transações, incidindo o valor do ICMS e os devidos contratos feitos com o Governo³⁴.

³⁴ É dado prazo de carência e amortização para pagamentos dos financiamentos com a incidência de juro de 1% ao ano, no qual parte do financiamento fica submetida ao término do projeto, delegando aos mutuários a seleção de projetos (projeto industrial, pesca, agropecuária ou turismo) até o final do exercício seguinte da contratação do financiamento. (BATALHA, 2005).

O quadro a seguir apresenta as principais medidas implementadas para alavancar a economia capixaba.

Estrutura	Criação	Objetivos
EMCATUR (Empresa Capixaba de Turismo)	1967	Empresa de economia mista com objetivo de promover o potencial turístico do Estado, através da captação de recursos financeiros provenientes dos incentivos fiscais federais
COPESA (Companhia de Pesca do Espírito Santo S/A)		Criada com o objetivo de promover a exploração do potencial da costa capixaba para a pesca industrial. Vinculada a SEIC, foi liquidada em 1976 sem atingir seus objetivos.
CODES (Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo)	1967	Empresa de economia mista responsável pelo planejamento e coordenação das políticas de desenvolvimento local e fomento de atividades produtivas com base em recursos de fundos públicos estadual extra-estadual.
CODES-CRED (Crédito Financiamento e Investimento S/A)	1967	Subsidiária da CODES com objetivo de captar recursos junto ao público, tinha ainda a função de financiamento para indústrias novas e reaparelhamento e modernização de indústrias pré-existentes. No ano de 1968 é criada a corretora de títulos e valores, no ano de 1971 é criada a corretora de seguros, e no ano seguinte a corretora, fechando assim "o sistema financeiro estadual" ²⁰ .
BANESTES (Banco do Estado do Espírito Santo S/A)	1969	Surge da transformação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Passaria a atuar como banco comercial em empréstimos de curto prazo, inclusive com capital de giro para as empresas. Como banco oficial do Estado poderia exercer transações com o próprio Estado e suas empresas
BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo)	1969	A lei estadual 2.413/69 transformaria o CODES no BANDES que assumiria a função de ser a principal agência de fomento no Estado
FUNDAP (Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias)	1970	Promover o incremento das exportações e importações do porto de Vitória através de incentivos fiscais. Os exportadores e importadores recebem um financiamento (com base no valor de suas transações) do qual parte deve ser aplicada em projeto industrial, agropecuário, pesca ou turismo até o final do exercício seguinte da contratação do financiamento.
GERES (Grupo Executivo para a recuperação Econômica do Espírito Santo)	1969	Sua função é disciplinar a aplicação dos recursos dos incentivos fiscais depositado no BANDES, inclusive aprovando projetos, planos, pesquisas e estudos relativos à recuperação econômica do estado.
FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo)	1969	Tem por finalidade prestar assistência financeira, sob forma de participação acionária e de operações de crédito, a empreendimentos industriais e agropecuários, localizados no estado do Espírito Santo.
SUPPIN (Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial)	1971	Atuaria como agente de política industrial à medida que visava desenvolver estudos determinando a localização de indústrias; promover e executar obras de infra-estrutura; alienar e arrendar terrenos visando a atração de investimentos e prestar assistência aos empreendimentos. Da sua atuação surgiu o CIVIT (Centro Industrial de Vitória)
Bonificação do ICM	1969	"Este instrumento se constituía de uma bonificação do ICM de 50 a 80% do valor a ser recolhido, para investimento igual ou superior a 5.000 salários mínimos ou igual ou superior a 40.000 salários mínimos, respectivamente, por um prazo de até 12 anos. Esse benefício estava limitado ao valor do investimento realizado em projetos industriais e agropecuários, novos ou ampliação" (Pereira, 1998, p.157)

Fonte: Silva (1993) e Pereira (1998). Elaboração própria.

Quadro 2: Medidas implementadas

O ambiente de uma política industrial estava formado e foi favorecido pelo fato das políticas regionais encontraram espaço suficiente e apoio suficiente para serem implementados pelos governos estaduais (Mota, 2002).

Por outro aspecto, a proximidade com maiores mercados nacionais (RJ, SP e MG) e a formação de incentivos fiscais possibilitou o financiamento de várias

pequenas e médias empresas no segmento de bens de consumo leve. As produções dessas empresas escoaram para o mercado nacional, aproveitando a maior integração do mercado nacional promovida pós-50 e aliado a isso o aumento da urbanização ampliou o mercado para seus produtos.

Percebe-se que desde o final da década de 1960, como resultado da conjuntura econômica nacional e estadual, começava a ser viabilizada a instalação dos projetos industriais no Espírito Santo – em especial nos setores siderúrgico e petroquímico, destacados como prioritários no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – 1975-79). Essa estratégia estava articulada ao plano de integração nacional – priorizava regiões demográficas menos desenvolvidas e periféricas – o que apontava o Estado como local atrativo para investimentos estrangeiros.

Com a implantação dos Grandes Projetos Industriais ligados a investimentos estatais e estrangeiros, inicia-se uma nova etapa da economia capixaba. O Estado passou a integrar-se ao restante da nação, e se destacar como pólo industrial de importância nacional. A perspectiva da implantação dos novos projetos deu margem para expansão de outros setores da economia, como pode ser observada na Tabela 1:

**Tabela 1- CENSO DEMOGRÁFICO (1970)
População por Sexo e setor de Atividade**

ATIVIDADE	Homem	%	Mulher	%
Agricultura, Pecuária e Extração	6.887	8,77	8.053	26,39
Indústria	24.654	31,41	1.413	4,63
Comércio	11.670	14,87	2.138	7,01
Prestação de Serviço	7.435	9,47	9.183	30,1
Transporte, Comunicação, Armazenagem	10.781	13,74	552	1,81
Atividades Sociais	4.065	5,18	7.032	23,05
Administração Pública	7.054	8,99	1.487	4,87
Outras Atividades	5.944	7,57	654	2,14
TOTAL GV	78.490	100	30.512	100

FONTE: Censo Demográfico - VIII Recenseamento Geral - 1970. In: Anuário Estatístico 1973. Ano XIX. Nº 19. IJSN – ES

"População segundo o setor de atividade das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e municípios."

Na década de 70, a indústria já assumia um importante papel na economia, sendo responsável pela empregabilidade de 26.067 empregos, o que equivale

a aproximadamente 24,0% dos empregos na região da Grande Vitória; seguido da prestação de serviços, aproximadamente 15%.

Acerca do crescimento do setor de serviços, acompanhando o desenvolvimento industrial, Rocha e Morandi afirmam (1991, p.22):

Esse crescimento do comércio e do setor de serviços, excetuando-se os de monopólio estatal e os industriais, experimentou um processo simultâneo de concentração de capital e modernização e foi reproduzido pelo capital local, que encontrou condições favoráveis para sua expansão. Os grupos econômicos locais investiam principalmente no setor terciário, pelo fato de esse setor não exigir grande volume de dinheiro e por render lucros sem riscos, apesar dos constantes enfrentamentos com a concorrência de empresas nacionais que atuavam no ramo. Exemplo disso foram as grandes redes comerciais brasileiras e multinacionais que instalaram suas filiais em Vitória, tais como lojas de departamento de dimensões da Mesbla, das Lojas Americanas e da C&A.

Para termos uma idéia da atração exercida pela Grande Vitória, já em 1970, verifica-se que a região concentrava 23,95% da mão de obra empregada no total das atividades do ES, principalmente nos setores de: Transporte, Comunicação e Armazenagem (50,43%), na Administração pública (61,16%), na indústria (41,87), no comércio (46,51%) e Atividades sociais (43,57%)³⁵.

Conforme aponta Tabela 2:

Tabela 2- CENSO DEMOGRÁFICO (1970)

Distribuição da população por setor de atividade nos municípios

Atividade	Cariacica		Serra		Viana		Vila Velha		Vitória		TOTAL
	H E M	%	H E M	%	H E M	%	H E M	%	H E M	%	
Agricultura, Pecuária e Extração	9.648	29,61	1.819	39,42	1.746	59,27	1.019	3,18	708	1,89	14.940
Indústria	8.263	25,36	995	21,56	533	18,09	7.840	24,5	8.436	22,49	26.067
Comércio	3.119	9,57	271	5,87	137	4,65	4.735	14,8	5.546	14,78	13.808
Prest. Serviço	3.767	11,56	293	6,35	237	8,04	6.424	20,07	5.897	15,72	16.618

³⁵ No setor denominado "Outras Atividades" pelo censo, a GV emprega aproximadamente 50% da mão de obra do Estado.

Transporte, Comunic. Armaz.	3.324	10,2	245	5,31	147	4,99	4.471	13,97	3.146	8,39	11.333
Atividades Sociais	1.937	5,94	306	6,63	81	2,75	2.882	9,01	5.891	15,7	11.097
Adm. Pública	1.201	3,69	223	4,83	44	1,49	2.788	8,71	4.285	11,42	8.541
Outras Atividades	1.327	4,07	462	10,01	21	0,71	1.842	5,76	3.605	9,61	7.257
TOTAL	32.586	100	4.614	100	2.946	100	32.001	100	37.514	100	109.661

FONTE: Censo Demográfico - VIII Recenseamento Geral – 1970. In: Anuário Estatístico 1973. Ano XIX. Nº 19. IPES

"População segundo o setor de atividade das pessoas de 10 anos e mais, por sexo e municípios."

Entretanto, assim como no plano nacional, a questão social que acompanha o projeto desenvolvimentista - a ausência de infraestrutura urbana, desorganização e desigualdade social - aqui apresentou o agravante da vocação agrícola da maioria da população. Conforme Siqueira (2010, p.86):

Em síntese, a economia urbana, embora se tenha expandido, não conseguiu amparar o êxodo rural, que se intensificou com as modificações ocorridas na estrutura agrária, colocando em evidência o problema da miséria e do desemprego rural. Esse processo, apoiado na expansão industrial, transmutou-se na miséria e no desemprego urbano, ampliando ainda mais o chamado 'caos urbano', verificado na Grande Vitória a partir de 1970.

Além disso, a autora reforça que a desorganização social percebida na época dá-se também em função da infraestrutura carente da Grande Vitória, acompanhada da inexistência de políticas urbanas voltadas a enfrentar os problemas sociais que acompanhavam o processo de industrialização.

2.2. URBANIZAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA: FRAGMENTAÇÃO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL

As mudanças estruturais na economia capixaba acarretaram uma série de distorções: aumento do fluxo de migração campo e cidade, alto nível de subemprego, em função da baixa qualificação da população local, vocação

agrícola, e em função disso, níveis de renda baixo para uma parcela ampla da população e, padrões de vida baixos para estratos inferiores, menos favorecidos.

Para garantir a implantação destes “Grandes Projetos”, o governo do Estado concentrou suas ações e recursos na promoção de infraestrutura, dando prioridade às demandas por comunicação e transporte³⁶, e desta forma aumentando o acesso de entrada e saída do Estado, ligando-o ao resto do país. Tal medida deu resultado, entre os anos de “70 a 77 foram aprovados 123 projetos, que incentivavam a indústria de transformação e 4000 indústrias implantadas em 1983” (Bittencourt, 1987, p.210, 235). Um enorme contingente de pessoas vindas de outros municípios e de outros Estados, atraídas pela esperança de emprego e de melhoria de vida, aglomerando-se nas periferias e nos morros, principalmente em Bairros como: São Pedro I, II, III e IV, Itanhenga, Santa Rita, Rio Marinho.

Esse contingente populacional que migrou para a Região da Grande Vitória não foi totalmente absorvido à implantação dos projetos industriais. A mão de obra que foi absorvida inicialmente veio do interior e possuía baixa qualificação, e foi apenas utilizada em parte na primeira etapa, na fase inicial de construção. Nas etapas seguintes, a demanda por pessoal foi ainda menor, e priorizou uma mão de obra especializada, praticamente inexistente no Estado.

Além disso, a erradicação de aproximadamente 15 milhões de pés de café ocasionou a eliminação de 60 mil empregos, e conseqüentemente um processo de esvaziamento do interior – 180 mil pessoas saíram do interior. Desse contingente parte se deslocou para Rondônia e para o norte do Paraná, e cerca de 30 mil pessoas migraram para a região da Grande Vitória, não tendo nenhuma infraestrutura adequada para acolher estas pessoas.

³⁶ Algumas realizações: construção das estradas que ligam ao Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador (1965,1969,1973); início das atividades no Porto de Tubarão (1966); duplicação da estrada de Ferro Vitória-Minas; construção do ramal litorâneo da estrada de Ferro Leopoldina; Nova Escelsa em 1968 e interligação com Furnas e Cemig; Construção da Hidroelétrica de Mascarenhas em Baixo Guandu; expansão urbana e interurbana da Telest; ampliou o saneamento básico com os Programas PLANASA/PAEG.

Aqui vale resgatar o levantamento realizado por Siqueira (2001) sobre a evolução da população urbana no Espírito Santo, que sugere a tônica da velocidade do processo de urbanização entre 1950 e 1991, conforme Tabela 3:

Tabela 3- Evolução População rural e urbana do Espírito Santo

Ano	Urbana	Rural	Total
1950	199.186	758.052	957.238
1960	403.461	1.014.887	1.418.348
1970	734.756	883.101	1.617.857
1980	1.324.701	738.978	2.063.679
1991	1.922.828	675.677	2.598.505
2000	2.460.621	633.769	3.094.390
2010	2.931.472	583.480	3.514.952

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo. 1950 a 2000.

Essa mesma percepção pode ser identificada nos trabalhos de Nader (2007). Para a autora, apesar do intenso investimento que ocorreu na década de 1970, proveniente da implantação de grandes plantas indústrias, a concentração de migrantes oriundos da área rural do estado e de outras localidades do país (sul da Bahia, norte do estado do Rio de Janeiro e Zona da Mata), agravou ainda mais o quadro caótico que se instalou na Grande Vitória, como pode ser vista na Tabela 4:

Tabela 4- Distribuição dos migrantes nas unidades da Grande Vitória – 1970-1980

Unidades Urbanas	1970				1980			
	População Total		Migrantes		População Total		Migrantes	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Grande Vitória	252.979	65,53	116.247	66,18	498.516	70,58	336.756	73,47
Vitória	133.019	34,47	59.385	33,82	207.736	29,42	121.553	26,53
Total	385.998	100	175.632	100	706.263	100	458.309	100

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo (1970-1980); Siqueira, 2001.

Na região da Grande Vitória na década de 70, habitavam aproximadamente 253 mil moradores, o que corresponde a 65% da população do estado; na década de 80 este número duplicou alcançando 498 mil, cerca de 70% da população.

A elevada concentração de migrantes na Região da Grande Vitória, em função da desestruturação agrária, e em busca de melhores condições de vida e trabalho na cidade, que se industrializava de forma acelerada, vai influenciar diretamente o novo modelo de ocupação do espaço urbano, que se caracterizou pela intensa concentração demográfica em Vitória e seus municípios vizinhos, promovendo o processo de metropolização da região, inerente ao novo modelo econômico adotado pelo estado. Nesse sentido, na década de 1970, estabeleceu-se uma rede urbana já diferenciada daquela existente na década anterior. A modernização da economia estadual, sob a hegemonia do modelo capitalista de produção, pautado no grande capital nacional e internacional, muda o perfil urbano da cidade e o de sua população. (SIQUEIRA, 2009, p.10).

O fluxo migratório intensificou a ocupação de áreas periféricas sem nenhuma infraestrutura. Esse inchaço populacional afetou diretamente a dinâmica sócio espacial da capital capixaba, que gradativamente torna-se cada vez mais urbana, e com preocupações de outra ordem. Se por um lado, houve um esforço dos governos federal e estadual para a implantação dos Grandes Projetos, por outro lado, houve pouco ou nenhum investimento nas áreas sociais. Formaram-se favelas, onde as pessoas se concentravam em condições de extrema miséria, com nível elevado de desemprego e alto índice de analfabetismo.

Esse quadro demonstra que as empresas e indústrias instaladas na Grande Vitória não teve capacidade para absorver o grande contingente de trabalhadores, e revela ainda a incapacidade do poder público em administrar o fenômeno de “inchaço”, fazendo com que a região se tornasse um reduto dos *“desassistidos, analfabetos, desempregados, estigmatizados pelas doenças, promiscuidade e criminalidade de que a pobreza é geradora”*. (Bittencourt, 1987, p. 235).

Para Nader (2007, p.6):

O caos que se estabeleceu com o processo de mudança promovido na economia tornou-se mais expressivo na capital nas décadas seguintes, não apenas na aparência desordenada do crescimento metropolitano, mas também na reprodução incontrolável da pobreza. A ausência ou ineficácia de um projeto público anterior à erradicação dos cafezais improdutivos provocou o êxodo rural, deixando Vitória vulnerável a inesperadas mudanças, pois o Estado não dispunha de recursos para prover as necessidades sociais e urbanas que haviam sido geradas, principalmente nas áreas maior concentração de pobreza.

Percebe-se assim, o surgimento contradições e desigualdades sociais no rastro do desenvolvimento. Em igual ou maior velocidade da implantação dos projetos industriais, um rápido processo de ocupação das áreas periféricas é observado, locais em sua maioria desassistidos de qualquer infraestrutura em termos de saneamento, escolas e postos de saúde.

Como observado por Siqueira (2009, p.16).

Não é difícil compreender que a desigual distribuição espacial do crescimento econômico do Espírito Santo tem fundamentos no modelo de desenvolvimento adotado, no qual o crescimento e a desigualdade caminharam juntos, promovendo desequilíbrios sociais de grande impacto, principalmente na região da Grande Vitória, lócus centralizador do processo de modernização estadual.

Contudo, percebe-se que a desigualdade na distribuição espacial, foi na verdade resultado da desigualdade no acesso as oportunidades de trabalho e renda e da precarização dos salários. Conforme dados levantados por Siqueira (2010), havia, em 1980, 532.079 pessoas economicamente ativas, dos quais 33,3% possuíam rendimento de até 2 salários mínimos, e 44,7% não possui rendimentos. Deste total, 272.110 eram mulheres, sendo que 63,1% não estavam integradas ao mercado de trabalho. Além disso, a autora reforça que,

Esse quadro leva a conclusão de que grande parte dos trabalhadores encontrava-se numa situação que pode ser classificada como de subemprego, e que as atividades formais de trabalho urbano só conseguiam absorver parte dessa população. (SIQUEIRA, 2010, p. 133).

A situação de quase miséria, em função dos baixos salários, foi agravada pela ausência de políticas públicas capazes de equacionar as demandas e carências da população, conforme a autora avalia:

Em 1980, 47,9% da Grande Vitória era considerada carente e demandava serviços urbanos de toda espécie, não acontecendo em contrapartida uma oferta equilibrada dos mesmos por parte do Estado e das prefeituras.

(...) A grande maioria da população que afluiu para a região da Grande Vitória era constituída por trabalhadores de baixos salários (assalariados da construção civil, empregadas domésticas, e trabalhadores autônomos). Leve-se em conta também que o trabalhador rural não possuía nenhuma qualificação para exercer trabalhos urbanos. (SIQUEIRA, 2010, p. 133).

Sobre o acesso à moradia, percebe-se que em levantamento realizado na década de 70, do total de 70.446 habitações existentes, 48.721 eram casas de concreto e alvenaria, sobrados etc., o restante era habitações rústicas e improvisadas, como palafitas, casebres de madeira, barracões aproveitados, cortiços, favelas. A maioria das habitações na GV era própria no total de 49.566 contra 14.494 alugadas³⁷. Destas, aproximadamente 37 e 38% do total localizavam-se nos municípios de Vila Velha e Vitória³⁸, conforme Tabela 5 a seguir:

³⁷ Já no total de habitações existentes em relação ao Estado, eram 164.461 próprias e 35.494 alugadas.

³⁸ Fonte: Censo Demográfico – VIII – Recenseamento Geral. In: Anuário Estatístico 1973. Ano XIX. Nº 19. IPES.

CENSO DEMOGRÁFICO

Tabela 5- Domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo e condição de ocupação por municípios -1970

MUNICÍPIOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES OCUPADOS						
	TOTAL	Permanentes					
		Total	TIPO		Condição de Ocupação		
			Duráveis	Rústicos	Própria	Alugada	Outros
CARIACICA	18091	18084	14056	4028	13354	3267	1463
SERRA	3057	3057	1620	1437	2011	251	795
VIANA	2022	2022	1020	1002	1237	88	697
VILA VELHA	22733	22719	15284	7435	15555	5382	1782
VITÓRIA	24575	24564	16741	7823	17409	5506	1649
TOTAL GV	70478	70446	48721	21725	49566	14494	6386
TOTAL ES	280375	280102	194122	85980	164461	35494	80147

FONTE: Censo Demográfico - VIII - Recenseamento geral. In: Anuário Estatístico 1973. Ano XIX. Nº 19. IPES

Ou seja, a formação das periferias urbanas é na verdade a alternativa encontrada pelas populações migrantes para moradia, por via da ocupação ou invasão destas áreas, suprimindo assim sua necessidade básica.

A baixa oferta de habitação para a população de baixa renda, a lei do inquilinato, aliada a inflação e à precariedade dos salários, impediam a moradia de aluguel, e juntamente com a inexistência de perspectiva de aquisição da casa própria, levavam as pessoas a ocupar os morros, as baixadas e os mangues da periferia da cidade. (SIQUEIRA, 2010, p.135).

Sobre a política de habitação da época e a situação dos mutuários é importante resgatar aqui uma entrevista³⁹ cedida em 2007 por José Fioravante Pasolini, gerente de operações comerciais, há 30 anos trabalhando na Cohab. Na

³⁹ Entrevista concedida para equipe de campo do Projeto o Diagnóstico Serra Cidade da Paz. A pesquisa foi realizada em 2007, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Indiciárias/Ufes e Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Tal diagnóstico histórico sociológico propunha compreender o fenômeno da violência nos bairros de Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Alterosa e Nova Zelândia.

ocasião para o Diagnóstico Serra Cidade da Paz, realizado no município da Serra, mais especificamente nos bairros de Feu Rosa e Vila Nova de Colares (Rodrigues, 2007). O entrevistado apresenta um panorama de descaso:

Os procedimentos de comercialização não seguiram o que se pedia sempre na Cohab. Que era para agente seguir o banco de dados dos inscritos que a Cohab tinha. Foi numa época, um período de recessão, de imóveis estocados. Ficamos muito tempo com os imóveis estocados. Então, quer dizer, as pessoas não queriam os imóveis. Não queriam pagar as prestações. Então ficou praticamente sem comercializar. Os imóveis ficaram sem serem vendidos, sem comercializar. Porque as pessoas eram até convocadas, mas por ser longe, sem infra-estrutura, sem condições de se morar lá, porque na época não se tinha os equipamentos necessários, se construía uma cidade e os equipamentos chegavam depois. Isso tudo dificultava a situação. E nesse período, quer dizer, as pessoas... o que aconteceu (em Feu Rosa): - houve aquelas ocupações irregulares, as ocupações de certos imóveis por lá. Quem foi morando e comprando, foi ocupando. Teve essas ocupações antecipadas, as ocupações irregulares. E aí depois a Cohab foi fazendo a concessão com as pessoas que tinham condições de serem compradoras desses imóveis.

Você tinha as áreas determinadas para os equipamentos. Existe uma grande diferença daquela época, de uma avaliação que a gente faz, os conjuntos eram construídos sem o equipamento, só com área definida, depois, o que a gente fazia, a gente se unia aos moradores, com aqueles moradores se organizava e juntos íamos aos poderes públicos para estar reivindicado isso.

(Quando havia inadimplência) O oficial de justiça ia lá e fazia a negociação. O objetivo não era esse, o objetivo era dar a casa. O oficial de justiça chegava lá encontrava a família na miséria, não ia tomar. Via a condição da família, depois ela ia ser remanejada para outro imóvel, que ia dar recurso para ela. (Entrevista representante COHAB, 2006).

Ainda sobre a questão da habitação, e o perfil dessa população Rodrigues (2007) identifica que aos projetos habitacionais, surgidos à época, não foram fruto de uma demanda por habitação, mas de um planejamento do Estado, no sentido de atender a um perfil específico de trabalhador – o urbano, ou conforme:

A desproporcionalidade entre a necessidade de empregos para construir uma fábrica e operá-la, agrega-se, a um excedente de mão de obra e a continuidade de atração da cidade sobre o campo, retro-alimentando tal processo. Neste contexto de continuidade de fluxos migratórios, o déficit de renda gera um déficit habitacional. A construção de conjuntos habitacionais não se voltou à resolução desta carência e sim para atender a demanda de um operariado industrial necessário às indústrias ali implantadas.

(...) Neste contexto (final da década de 70 e década de 1980), as ocupações de conjuntos habitacionais, espaços vazios entre bairros e loteamentos vêm a ocorrer como produto desta inflexão que ao mesmo tempo gera oportunidade, criada pelo Estado com a construção dos conjuntos habitacionais, e por outro lado, não gera condições empregatícias para a mão de obra local e nem lhes permitem acesso ao mercado de trabalho por falta de qualificação. Entretanto, é ilusão pensar que há uma piora das condições de vida destas populações, apenas a pobreza rural desloca-se para o meio urbano, tornando-se visível. (RODRIGUES, 2007, p.23).

Pela fala acima, percebe-se que ao ocupar as periferias, essas populações já fragilizadas, foram excluídas também do acesso à bens e serviços que lhe garantisse qualidade de vida e oportunidades de crescimento econômico e social, por meio da educação de qualidade.

Nesse cenário, não apenas essas famílias se encontravam em situação de pobreza, como, pelo descaso do poder público, predestinavam às gerações futuras num cenário de exclusão e fragmentação, impossibilitando não apenas uma ascensão social, mas a construção de projetos de vida. Tornando essas populações currais eleitorais, onde a população passa a ser manipulada em funções de suas carências.

Não é a toa que a maioria dos bairros formados à época, com características semelhantes, encontra-se atualmente num novo cenário de exclusão e estigmatização, bairros tidos como vulneráveis socialmente e focos de altos índices de criminalidade e homicídio, sobretudo, o juvenil. Essa percepção foi verificada por Rodrigues (2007), e conforme identifica o estudo,

Na medida em que cresce o grau de incerteza em prover a si mesmo e filhos, ocorre a percepção real do distanciamento do Estado, no sentido de políticas públicas e emprego. Em um

contexto rural tradicional, tal ausência, mediada pelo trabalho, outras estruturas sociais e do poder paternalista, não teria maiores efeitos dada a menor complexidade das formações sociais e da subjetividade dos indivíduos. Entretanto, o contexto da década de 80 no Brasil e particularmente no ES, é marcadamente diverso, onde a fragilidade econômica convive bombardeada com a emergência do mercado enquanto símbolo de mobilidade social e os meios de comunicação anunciando toda uma demanda de consumo e promessas, ambos insatisfeitos. É neste momento que podemos verificar uma quebra dos laços sociais. Esta quebra é traumática, mas ainda dentro de um código moral com diversas mediações e contextualizações.

Ocorre então uma adaptação à nova ordem urbana e em função das fragilidades sociais destas camadas sociais frente ao Estado, criam-se condições propícias para o aumento significativo e crescente da corrupção e atores criminais, advindos ou não de seus meios. São exemplos os agenciamentos de votos, o favoritismo, toda uma série de articulações entre as demandas e a mediação dos atores políticos e também, do conflito com os aparelhos de controle social (polícia e judiciário). Esse processo deflagra a fragmentação, desorganização sócio-espacial e a concentração populacional com graves efeitos dentre os quais o aumento da violência e criminalidade urbana nesse aglomerado industrial. (RODRIGUES, 2007, p. 24).

Assim sendo, o processo de expansão pelo qual passou a região da Grande Vitória, sobretudo a partir de 1970, resultou no surgimento de bairros periféricos no qual a maior parte da população encontrava-se em situação de desemprego ou subemprego (Siqueira, 2010). Uma população em sua maioria oriunda de atividades agrárias e de migrantes, constituída de trabalhadores com baixa ou nenhuma qualificação, que de forma freqüente e gradativa se instalaram na região, em busca de melhores condições de vida e de oportunidades de emprego.

Conclui-se a partir desses estudos que tal situação perpetuou-se no tempo, impondo as gerações seguintes uma condição de fragilidade e exclusão social. Jovens moradores desta região, agora compõem os quadros das taxas de criminalidade e homicídio. Além disso, contribuiu para o fenômeno a ausência de políticas públicas ao longo do tempo direcionadas a essa geração, capaz de reverter o quadro de exclusão a qual foi sucessivamente submetida.

CAPITULO 3

INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO: A LÓGICA DA OCUPAÇÃO DESORDENADA

Saudades do interior
Cidade onde me criei
Saudade da Joaquina
Onde ela anda não sei.

Foi num dia um sonho e eu sonhei
Demais seu doutor
Na cidade grande eu vim
Tentar vencer
Joaquina coitadinha tão
sozinha ficou
e o que aconteceu foi
triste de doer.

Passei fome e sede vendo água,
arroz e feijão
Fome aqui eu digo é bem mais doída
E é bem diferente da fome de lá
do meu sertão
A barriga ronca e os óio vê comida.

Cartola

O processo de industrialização no Espírito Santo proporcionou um crescimento populacional urbano, sobretudo na região da Grande Vitória. Tal fenômeno apoiou-se tanto no êxodo rural promovido pela política de erradicação dos cafezais, quanto pelo aumento na oferta de emprego que intensificou as migrações. Esse processo de metropolização afetou diretamente a dinâmica social da Grande Vitória, e imprimiu uma reorganização do espaço a partir de uma diferenciação social. Ou como aponta Siqueira (2006, p.16):

Historicamente, um país onde o crescimento econômico sempre foi predominante, negligenciando a modernização social, subestimando a sua importância até mesmo como condicionamento básico ao processo de desenvolvimento, é natural que a fragmentação se coloque perceptível em sua totalidade. É possível perceber a fragmentação na dimensão do espaço, do indivíduo, das formas de apropriação para o trabalho, da cultura, etc.

Contudo, não foi apenas a Grande Vitória que se expandiu ao longo das décadas de 60 e 70, o mesmo fenômeno pode ser identificado nos municípios de Anchieta e Guarapari.

Isso porque o modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil, sua forma heterogênea, que teve como base a industrialização concentrada em alguns centros urbanos, condicionou a distribuição espacial da população, impelindo o fluxo migratório do rural para o urbano. E de modo geral, as transformações econômicas decorrentes desse crescimento acelerado e concentrado, proporcionaram uma expansão urbana também acelerada e fragmentada.

Além disso, estudos posteriores sugerem que esse modelo de ordenamento social, marcado pela ocupação desordenada de áreas periféricas, na sua maioria não assistidas em termos de infraestrutura e demais serviços públicos, são de fato indicadores de um padrão de urbanização excludente e desigual, que afetou não apenas a Região da Grande Vitória, mas a maior parte das metrópoles, ou nos dizeres de Mattos (2010),

A expansão das periferias e o processo de favelização da região, a partir da década de 1970, resultado das transformações sociais que acompanharam o padrão de industrialização do Estado, se tornaram uma das expressões do padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu na região.

Nesse cenário, evidencia-se que a RMGV, como a maior parte das metrópoles brasileiras, reproduz o processo de segregação social e espacial, resultado da dinâmica interna de formação do seu espaço metropolitano no contexto da modernização econômica. (Mattos, 2010, p. 257).

Fica evidente, no histórico das experiências das cidades brasileiras que esse desequilíbrio decorre, sobretudo em função da ausência de um planejamento em termos de investimentos públicos a fim de antever os grandes e constantes deslocamentos da população sobre o espaço em busca de oportunidades de trabalho. Em outras palavras, pensam-se no crescimento econômico, criam-se incentivos fiscais, mas não há a mesma preocupação no que diz respeito à acomodação deste contingente populacional, nem um incremento no sistema de atendimento e serviços públicos.

Dentro deste contexto de crescimento demográfico, podemos perceber a partir de uma leitura dos estudos de Siqueira (2010) sobre os municípios que compõem a região da Grande Vitória, que o maior ou menor impacto do processo de industrialização apresenta-se diretamente relacionado à: proximidade com centro econômico e industrial, capacidade em termos de recursos financeiros para gerenciar a expansão urbana, a configuração geográfica e disponibilidade de espaços para ocupação, em suma, a estrutura política financeira dos municípios.

No caso do Espírito Santo, podemos distinguir três períodos econômicos que marcam a economia capixaba e sua configuração espacial. A primeira até a década de 60, marca a predominância do modelo agrário-exportador baseada na monocultura do café, tendo como centros econômicos as cidades de Colatina (1920-40) e Cachoeiro de Itapemirim (1940-50). Períodos que demarcam um avanço na ocupação do Norte, e considerável crescimento da população dessas regiões (Siqueira, 2010).

De 1960 até início dos anos 70, ocorre mudança na estrutura produtiva, marcando a decadência das atividades tradicionais – consolidação do sistema capitalista no Brasil - e o crescimento acelerado de modernização, no campo o incremento da atividade agrícola e pecuária, e na cidade a intensificação do processo de industrialização, transferindo o centro econômico para região da Grande Vitória, impulsionando a urbanização.

No caso dos municípios, foco do estudo Anchieta, Guarapari o processo de industrialização pode ser situado na terceira etapa do processo econômico estadual, a partir da construção Samarco Mineração S.A e seu respectivo porto, a partir de em 1977 (Siqueira, 2010).

Esse período caracteriza-se como um novo perfil produtivo, diretamente relacionado ao crescimento de investimentos de outros segmentos, responsáveis pela prestação de serviços e suporte aos Grandes Projetos Industriais.

É importante destacar que esta terceira etapa é fruto dos efeitos das mudanças desencadeadas no primeiro ciclo como o crescimento e urbanização da Grande

Vitória e a importância das exportações do Espírito Santo no cenário nacional, esses fatores estabeleceram amplas perspectivas econômicas para o Estado, e consolidaram um novo padrão de produção industrial, em que os produtos não encontram-se mais vinculados aos recursos naturais locais.

A fim de compreendermos o impacto nos municípios, no que diz respeito urbanização e a ocupação das zonas periféricas desencadeada pela oferta de emprego e seus reflexos na tradição e economia local é primordial retroceder, numa breve exposição, a formação dos municípios.

Para tanto, torna-se necessário pontuar que houve dificuldade de levantar dados estatísticos e documentos sobre os municípios. Apenas o Arquivo Público Estadual demonstra um acervo um pouco maior que o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Nos anuários dos IJSN, percebemos que os dados não seguem uma regularidade na coleta, e são sistematizados em categorias diferentes no decorrer do tempo. Por essa razão, os depoimentos e relatos dos moradores locais se tornam fontes inestimáveis e fundamentais para a compreensão do fenômeno na região.

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO: HISTÓRIA DE ANCHIETA

Atualmente, Anchieta pertence a Microrregião Administrativa 3, ou Metrópole Expandida Sul, juntamente com os municípios de Alfredo Chaves, Iconha, Itapemirim, Piúma e Marataízes e possui uma área territorial de aproximadamente 405 km² e densidade demográfica de 49,96 habitantes por km². O município faz divisa com os municípios de Guarapari, Alfredo Chaves, Piúma e Iconha.

Anchieta é uma das ocupações mais antigas do Espírito Santo, sua história compreende a época colonial, e tem seu desenvolvimento mais expressivo durante ao período de permanência dos jesuítas. Primeiramente denominada Aldeia de Iritiba ou Reritiba é a mais antiga das três cidades foco do estudo. Teve sua fundação entre 1561 e 1567, com a construção da Igreja pelo Padre

José de Anchieta. Povoada por tribos indígenas, a região foi inserida na atuação da catequese católica quando da chegada dos padres jesuítas.

Em 15 de agosto de 1569 o padre José de Anchieta fundou a povoação de Reritiba, que em tupi significa “lugar de muitas ostras”. As tribos da localidade dedicavam-se à caça, à pesca e ao cultivo de milho e mandioca. O contato entre jesuítas e indígenas era amistoso e produtivo. Com o trabalho dos índios, os jesuítas construíram a igreja de Nossa Senhora da Assunção, uma das mais antigas do Brasil.

A Aldeia de Reritiba passou a se chamar Benevente, na ocasião em que tornou-se vila em 1º de janeiro de 1759. No mesmo ano, o marquês de Pombal, então ministro do rei de Portugal, determinou a expulsão da ordem jesuíta do solo brasileiro.

Os habitantes de Benevente viviam em sua maioria da agricultura, e como reflexo da expansão da lavoura cafeeira muitos imigrantes chegaram ao Estado através do rio Benevente, e por suas terras fincaram raízes. Contudo, a comunicação com Vitória era difícil. E em 1837, por meio da Lei Provincial número 6, Benevente foi elevada à categoria de cidade e recebeu o nome de Anchieta, uma homenagem ao fundador da localidade.

Ao longo dos séculos XIX e XX, o município viveu intensas transformações econômicas. Um primeiro fator foi a posição geográfica que possibilitou o escoamento das safras de café dos municípios da zona montanhosa, em especial Alfredo Chaves. A atividade portuária expandiu-se acompanhando a expansão da produção de café pelo interior do estado.

A ligação comercial entre Anchieta e Alfredo Chaves, em função da atividade portuária e a ferrovia que ligava os municípios possibilitou o desenvolvimento do comércio na região. Contudo, com a alteração da rota do café, pela estrada de ferro Vitória-Rio de Janeiro, impactou diretamente no ritmo de crescimento econômico da região, ocasionando grandes perdas à cidade.

Esse evento marcou profundamente o município, do ponto de vista socioeconômico. Tendo apenas uma ilha de desenvolvimento em Jabaquara,

até a segunda metade do século do século XX, o município ficou isolado. Este isolamento pode ser percebido na distribuição espacial da população, que se concentrou na faixa de litoral, caracterizando a dependência dos recursos naturais encontrados neste local, e refletindo nos “vazios territoriais” no interior do município hoje.

Devido a pouca representatividade do município, a região do litoral sul não teve uma participação maciça dos principais projetos de industrialização do Espírito Santo, no início da década de 1960, ficando a margem do desenvolvimento econômico e social do estado. Segundo Alvarenga (2010, p.41):

Até a década de 1970 a economia do município era basicamente do setor primário prevalecendo a agricultura e a pecuária no interior, e a pesca na área costeira. Pela sua localização à foz do rio Benevente, fez com que Anchieta, por longos anos, tivesse a pesca, não só como a atividade de maior importância econômica para município, mas também, que esta atividade representasse (ainda representa) a identidade coletiva da população anchietense.

A concentração da atividade industrial na região da Grande Vitória na década de 1970 e a perda de dinamismo na economia cafeeira beneficiou o município de Anchieta com a instalação da indústria de pellets da Samarco Mineração SA, em 1977.

Para Alvarenga (2010, p.42):

Com a implantação da Samarco Mineradora e a construção do Porto de Ubú, a distribuição setorial da população ocupada começou a se modificar. A implantação destas indústrias no território municipal trouxe um grande volume de migrantes que aportam no município em busca de trabalho, assim como aqueles trabalhadores da construção civil que participaram da execução das obras e passam a residir na cidade. A cidade cresce, criam-se novos bairros e loteamentos. O município vive uma nova realidade econômica que influencia fortemente na estrutura urbana.

A instalação da Samarco Mineração S.A. e a construção do píer no município promoveu impactos de diferentes proporções no social, com a fragmentação do espaço e ocupação das periferias, ambiental, com o aumento da poluição

sonora, das águas, do ar e do mar, impactos econômicos, com a imposição de uma tecnologia na indústria, na pesca, nos novos postos de trabalho – enfim, transformando a cidade em um novo pólo industrial. Conforme sinaliza, Alvarenga (2010, p.86):

Na década de 1970, próxima à Vila de Ubú foram construídos, a empresa Samarco Mineração e o Porto de Ubú e mudam a dinâmica da cidade. Estes dois empreendimentos colocaram Anchieta na categoria de município industrial e portuário, o que faz hoje, que o município seja um candidato potencial para a implantação de diversos projetos propostos pelo plano de desenvolvimento do estado.

Além disso, Anchieta elevou-se para um posto de importância dentro do cenário econômico do estado, já que passou a possuir uma das maiores participações no setor secundário do PIB estadual. Todavia, esse crescimento econômico não resultou em melhorias para estrutura urbana e social e nem mesmo contribuiu para uma distribuição de renda mais qualitativa.

Atualmente, as atividades agrícolas empenhadas são, sobretudo, a banana e o café. Já no ramo industrial, a cidade abriga usina de minério de ferro da Samarco Mineração S.A., além do Porto de Ubú, que exporta o material advindo do estado de Minas Gerais, também há na região a Petrobrás e, previsões para instalação da Companhia Siderúrgica de Ubú – CSU, com previsão de instalação até 2014.

3.2. IMPACTOS SOCIAIS: FORMAÇÃO DOS BAIRROS MÃE-BÁ E RECANTO DO SOL

Até a década de 60, Anchieta manteve certo isolamento do contexto estadual. Tal quadro de isolamento caracterizou-se em razão das vias de transporte e comunicação, circunscritas entre o mar e o rio. Entretanto, quando da construção das rodovias federais, BR 262 2 BR 101, e a estadual ES 060, a dinâmica local alterou-se, favorecendo a acessibilidade aos municípios

litorâneos, impactando diretamente na economia local, que obteve um incremento da atividade do turismo, e estimulando o processo de urbanização.

A construção destas rodovias revelou-se fundamental a expansão urbana, conforme aponta estudo de Barbosa (2010, p.199):

A expansão urbana se deu ao longo da estrada, por loteamento ou por ocupação espontânea, no sentido de Anchieta para Guarapari, especialmente em direção aos balneários de Iriri e Ubú, Parati e Castelhanos: primeiramente nas áreas de restinga e, em seguida, pela expansão, nas enseadas e nos terrenos de tabuleiros.

Como efeito desse processo de industrialização, Anchieta recebeu um grande contingente populacional proveniente de outros municípios e estados da Federação, atraído pelas oportunidades de emprego, sobretudo, a partir da construção do Porto de Ubú pela mineradora.



Figura 1: Canteiro de Obras Samarco-1978
Foto Arquivo Público Estadual

Esse grande contingente populacional estabeleceu-se em algumas áreas periféricas da cidade, mudando sua paisagem, sua história e sua população. Entre 1970 e 1980, Anchieta passou por profundas mudanças em suas estruturas sócio-espaciais, triplicando a população urbana e ao mesmo tempo reduzindo sua população rural.

Tabela 6								
Crescimento populacional do município de Anchieta de 1940-2010								
População absoluta	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
	9.841	9.539	10.347	11.361	11.427	14.934	19.176	23.894

Fonte: IBGE. (Censos Demográficos de 1940-2010)

Como podemos verificar na Tabela 6, o município de Anchieta tem apresentado um crescimento populacional regular a partir de 1960, sendo, contudo, mais significativo entre as décadas de 1980 e 1990. Neste mesmo período a população urbana se apresenta maior que a rural, passando a representar aproximadamente 59% do total da população do município, conforme Tabela 7:

Tabela 7 - Populacional residente segundo situação do domicílio do município de Anchieta - 1940-2010

Distribuição da População	1970		1980		1991		2000	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Rural	9.097	80,07	5.282	46,28	6.141	41,12	5.965	31,1
Urbano	2.264	19,93	6.131	53,72	8.793	58,88	13.211	68,9
Total	11.361	100	11.413	100	14.934	100	19.176	100

Fonte: IBGE. Censos Demográficos - 1940-2000

A concentração da faixa urbana ao longo do litoral, conforme Mapa 1:

Neste sentido, tal como identificado por Siqueira (2010) em relação à região da Grande Vitória, em Anchieta também percebemos que é a partir da década de 80 que se verifica um esvaziamento da zona rural. O total da população sofre poucas alterações neste período, o que reforça a tese de deslocamento do campo para a cidade. Tal reflexo é resultado do desenvolvimento industrial, iniciado pela instalação da mineradora por volta de 1977. Nesse sentido, tal como ocorrido na Grande Vitória, também em Anchieta, percebe-se que a população migrou em direção à região onde se concentrava a atividade econômica dinâmica, e assim, onde havia também concentração de oferta de emprego.

Alvarenga (2010) reforça a importância da obra da Samarco e do Porto de Ubú na década de 1970 em relação descaracterização da paisagem local, afetando o cotidiano e a qualidade de vida das pessoas.



Figura 2
Praia de Ubú, década de 1970

Fonte: IJSN



Figura 3
Praia de Ubú – 2009

Fonte: IJSN

De acordo com a autora, *historicamente as propostas de desenvolvimento econômico para os municípios trazem a fragmentação, a desterritorialização, a substituição de um novo, sem respeito à história de vida do lugar. São impostos na comunidade* (Alvarenga, 2010, p.144)

Como efeito desta urbanização, a formação de novos bairros, tidos bairros operários, sinalizam um impacto de outra ordem: a desterritorialização. Nisso, Alvarenga (2010, p.145) afirma:

A desterritorialização é um movimento constante na formação das sociedades, e historicamente as ações de intervenção no espaço urbano muitas vezes estão voltadas para a dominação e o poder político pelas elites, causando segregação sócio-espacial, transformando as cidades em palcos vivos da exclusão e a discriminação sócio-econômica e cultural.

A desterritorialização leva a perda de identidade e fragiliza as populações, como indica Mattos (2006):

Anchieta vive hoje novas relações sócias, e sua cultura perde seu significado, pois é —uma cidade marcada por sucessivos processos de apagamento, esquecimento, ocultamento, destruição e de silêncio da pluralidade de culturas, identidades, memórias e tradições que nela estão presente. (Mattos, 2006, p.33).

Essa desterritorialização é verificada nos relatos dos moradores e dos gestores locais. Através destes relatos fica evidenciado que a implantação da mineradora no município contribuiu e tem contribuído com o crescimento populacional da região, sobretudo em função da atração de um contingente contínuo de trabalhadores que migram a maior parte vinda do interior da Bahia, em busca de oportunidades de emprego, um volume maior de pessoas provenientes de áreas rurais e, portanto, com mão de obra de menor qualificação profissional, nas indústrias.

Recanto do Sol foi um bairro que surgiu no contexto da industrialização. Sua população é majoritariamente composta por migrantes de outros estados, atraídos à localidade pela oportunidade de emprego nos grandes empreendimentos. O bairro Recanto do Sol, hoje área ocupada por edificações era, até a década de 1980, um sítio, propriedade privada de família. Quando houve o anúncio da construção da segunda usina mineradora da Samarco Mineração S.A., uma grande quantidade de trabalhadores, em especial advindos do estado da Bahia. Diante da procura por habitação, os donos de terras lotearam algumas áreas, inicialmente de modo informal, sem comunicação à Prefeitura de Anchieta. Aqueles que possuíam condições adquiriram seus lotes. Os que não podiam comprar invadiram alguns terrenos.

Ali é uma área de pouquíssimas pessoas que nasceram aqui. Ai tá! Da 2ª Usina tem o Recanto do Sol que foi originado dela. Essa aqui é da 3ª. Vamos mapear: da 3ª foi essa invasão; da 2ª foi o Recanto do Sol; da 1ª acho que foi Mãe-Bá. Tem bairros...! (risos!) denominados geração usina. (Representante poder público de Anchieta)

A associação de moradores de Recanto do Sol estima que cerca de 80% da população residente no bairro é composta migrantes baianos. De acordo com relatos, no início da década de 1990. Os relatos informam que naquela época as lavouras de cacau do estado da Bahia sofreram uma praga conhecida como

vassoura-de-bruxa⁴⁰. A praga foi fatal para a produção baiana, gerando desemprego e êxodo rural.

Neste contexto, muitos baianos, foram atraídos pelas oportunidades de emprego, em especial no Espírito Santo, que há época avançava em seu setor industrial, não apenas na Região da Metropolitana, mas também no litoral sul com as usinas de pelotização. Nisso, Anchieta, atraiu, então, milhares de trabalhadores, dentre eles os advindos da crise do campo baiano.

Concluída a obra em 1997⁴¹, os operários então contratados ficaram, novamente, carentes de serviço, o que agravou a condição de pobreza na região.

Em Mãe-bá a história não é muito diferente. Talvez a única diferença encontra-se no fato de que Mãe-bá é uma das ocupações mais antigas de Anchieta. Em seu início região habitada por índios da tribo Negros-Galinhas. O nome do bairro provém da lagoa Mãe-bá, cujo nome tem origem em lenda local⁴².

O povoamento ao redor das águas de Mãe-Bá teve início por volta de 1930. A abundância de peixes, tanto na lagoa quanto na extensão litorânea próxima, atraiu pequenas famílias de pescadores que se estabeleceram ali.

⁴⁰ Informação obtida por meio de entrevista com José Carvalho, líder comunitário do bairro, em 28/02/2012.

⁴¹ Histórico da empresa contido no site www.samarco.com.br.

⁴² Segundo a tradição, a líder da tribo Negros-Galinhas era uma senhora idosa chamada Bá. Por ser curandeira, protetora e conselheira, era conhecida como mãe de todos, Mãe-Bá. Em dada ocasião, um menino da tribo adoeceu e, mesmo com os tratamentos de Bá, a criança não curava. Numa última tentativa, a anciã recorreu a uma espécie de mandinga a ser realizada na lagoa. Conta a lenda que, ao pegar a canoa e iniciar a travessia, Mãe-Bá teria gritado aterrorizada. Quando os demais índios conseguiram chegar à pequena embarcação, esta encontrava-se virada e marcada de sangue. Após uma semana, o corpo de Bá foi encontrado e cremado pela tribo. Em seguida, as cinzas foram lançadas sobre a lagoa, que ganhou seu nome.

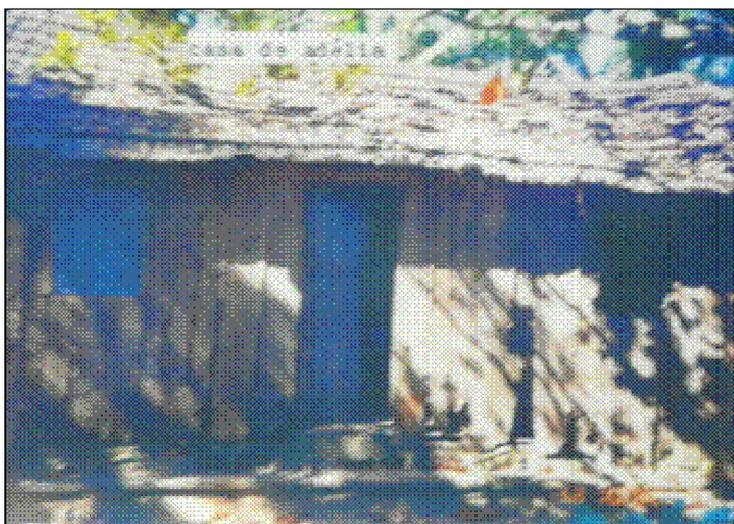


Figura 4.

Uma das seis primeiras casas do bairro, preservada até a atualidade. Construção de estique, foto de 2002.

Foto cedida por morador.

Conforme nos mostra a foto, as primeiras construções eram simples, de estique e com poucos cômodos. O bairro surgiu com seis moradias, erguidas pelos próprios moradores, formando, assim, uma pequena vila de pescadores. Na década de 1940, iniciou-se a construção de estradas próximas à localidade. Na época, a pequena população sobrevivia da pesca e da agricultura, mas foi impactada pela extração de areia monazítica. Dessa época até a década de 1960, o bairro cresceu lentamente, cercado as terras próximas à lagoa e, posteriormente, ocupando áreas até então cobertas por vegetação.

No decorrer da década de 1960, Mãe-Bá já havia se estendido para além da lagoa e sua população ocupava áreas mais altas. O número de casas já havia se multiplicado, sendo aproximadamente quarenta residências.

Foi em meados de 1970, com a proposta desenvolvimentista que inseriu o Espírito Santo no roteiro da industrialização e a implantação das grandes indústrias, em especial da Samarco Mineração S.A., nos arredores de Mãe-bá que a região teve um crescimento expressivo.

Naquele período, alguns moradores de Mãe-Bá, sobretudo os mais antigos, deram início ao processo de venda de terras. À época, o senhor Silas Medeiro adquiriu terrenos desocupados que antes estavam em posse dos primeiros habitantes e operou o loteamento no bairro.

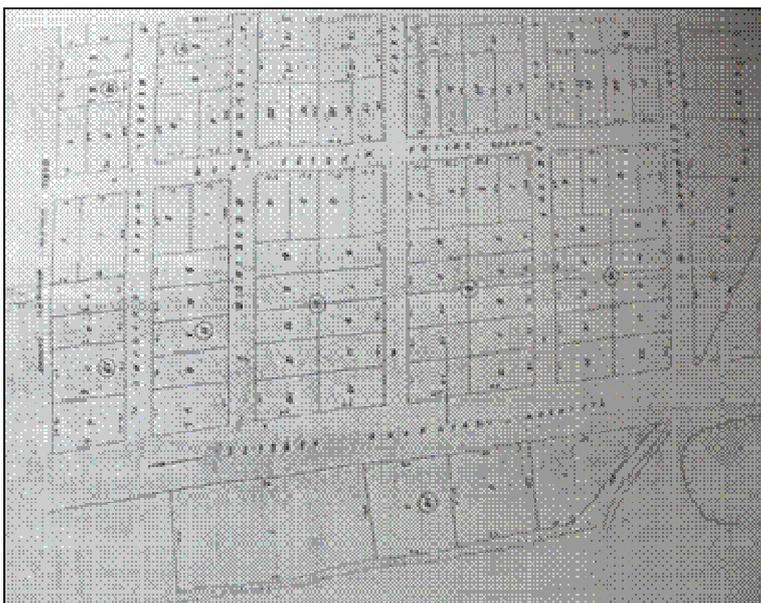


Figura 5.

Mapa do loteamento de Mãe-Bá, década de 1970, imagem cedida por morador local.

Em 1969, as primeiras porções de terra começaram a ser loteadas. Com as movimentações em torno da instalação da usina da Samarco S/A, começaram a chegar os primeiros trabalhadores para a obra. Entre 1974 e 1976, verificou-se intensas vendas de terrenos na região. Aproximadamente quinhentas pessoas residiam no bairro, número que logo aumentou.

3.3. CONTEXTUALIZAÇÃO: HISTÓRIA DE GUARAPARI

Atualmente, Guarapari pertence a Região Metropolitana, juntamente com os municípios de Vitória, Serra, Viana e Cariacica. Guarapari possui uma área territorial de aproximadamente 592,0 km², com uma população 104.534 habitantes em 2009. O município faz divisa com os municípios de Vila Velha, Viana, Marechal Floriano e Anchieta.

Tal qual sua vizinha Anchieta, Guarapari é uma das ocupações mais antigas do Estado, situa-se em local onde estava assentada uma taba dos Goitacás. Sua história remete ao período de permanência dos jesuítas.

Inicialmente Guarapari fora uma aldeia indígena, sendo denominada Aldeia do Campo. Em 1569, quando o Padre Jose de Anchieta percorria terras capixabas, como visitador dos jesuítas, no qual foi encarregado de fundar quatro aldeias para catequese dos índios Goytacazes, Purus Tupiniquins e Aimorés. Somente em 1585 foi oficialmente fundada a aldeia de Guarapari.

A aldeia teve vários nomes no decorrer do tempo: Rio Verde / Santa Maria de Guaraparim (1585), logo após Vila de Guaraparim (1679) e finalmente Guarapari (1891). Ainda em 1585, o Padre José de Anchieta fundou no alto da colina, uma capela que servia de residência para padres que se encontravam em missão.

Por volta de 1677, o donatário da capitania, Francisco Gil de Araújo, edificou na aldeia de Guaraparim uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Em 1679, a aldeia de Guaraparim é elevada à categoria de vila. Em 1835 foi criada a comarca de Guarapari, compreendendo as áreas de Vila de Guarapari, Rio Itapemirim e Beneventes. Em 24 de dezembro de 1878, Guarapari passou a ser considerado município, mas durante alguns anos estava atrelada a Anchieta. Em 1888 foi inaugurado o serviço telegráfico, sendo de grande valia para sua emancipação política.

A lei estadual de 19 de setembro de 1891, sancionada pelo Juiz de direito e Presidente da província, Coronel Manoel da Silva Mafra, deu a Guarapari foros de cidade. Em 1911, o município detinha três distritos: Guarapari, Todos os Santos e Sagrada Família. Porém em 1943, a lei estadual n. 15.1777 transferia o distrito de Sagrada Família para o município de Alfredo Chaves. No ano de 1948, foi instaurada a câmara municipal. Em dezembro de 1953, com a vigência da lei n.779, o município ganhou contornos que permanecem até hoje, composto por três distritos: Guarapari, Todos os Santos e Rio Calcado.

Em relação aos aspectos econômicos, até meados do século XIX Guarapari estava abandonada. Apesar de concentrar grande parcela da população da região sul, não estava numa situação melhor se comparada às demais províncias. Detinha alguns poucos engenhos e engenhocas (engenho de pequenas proporções) que eram incapazes de dinamizar a economia local.

Nos séculos XVIII, XIX e início do século XX a atividade portuária foi de extrema importância para o município. Pelo Porto de Guarapari eram desembarcados os escravos contrabandeados⁴³. A atividade de tráfico de escravos refletiu na constituição da população local, contribuindo para a fixação de uma parcela de negros. De acordo com Graeser (1998) o desinteresse de compradores resultava muitas vezes na permanência de negros na vila.

Apesar deste quadro, Guarapari até meados do século XIX vivia numa situação de pobreza e abandono. Não havia nenhuma atividade econômica capaz de gerar um processo contínuo de desenvolvimento.

Porém o marasmo econômico tende a se modificar com a inserção do plantio do café no final do século XIX e início do século XX. Em contrapartida, o surto desenvolvimentista do café não foi distribuído na mesma proporção para toda a província, o que acarretou em grandes desigualdades regionais. Segundo Almeida (1981, p.20) "ao ocupar de maneira desigual as diversas áreas da província, o surto cafeeiro concorre para acentuar os contrastes inter-regionais quanto às relações de produção". Neste sentido, a cultura cafeeira impactou veemente nas regiões interioranas, e com isso, as regiões litorâneas sofreram um forte impacto, sendo que Guarapari não obteve nenhum benefício econômico.

Com o fim do tráfico de escravos, o porto de Guarapari entrou em decadência, pois não havia alternativas econômicas para seu uso. Uma vez que as atividades de exportação centralizavam-se no porto de Vitória, levando ao esvaziamento do porto de Guarapari.

Graeser (1988, p.40) comenta, "no início do século XX até a década de 1950, a economia de Guarapari girava em torno da pesca e exploração de areia monazítica, realizada pela MIBRA (Monazita Ilmenita do Brasil)". A Mibra iniciou suas atividades no município em 1906, no qual exportava para França.

⁴³ Devido às características de povoamento do Espírito Santo e seu abandono, Guarapari foi uma das principais portas de entrada do contrabando do Brasil. Neste aspecto, a atividade de contrabando de escravos era intensa até a abolição da escravatura.

A fabrica "funcionava dia e noite, sem parar, tendo três turnos de operários, pessimamente mal pagos" (Melo, 1971, p.134).

Um fato importante foi a nomeação de Guarapari em 1940 como cidade saúde, devido ao poder medicinal da areia monazítica. Tal fato atraiu um número maior de turistas para região.

A MIBRA explorou as areias em Guarapari até meados da década de 1970, quando o governo brasileiro passou a taxar com mais veemência a exploração e exportação das areias monazíticas (Graeser, 1998). Com o fim das atividades da MIBRA, a NUCLEBRAS (empresa estatal responsável pelo programa nuclear brasileiro) assumiu a atividade, sendo finalizada em abril de 1983, uma vez que o prefeito eleito da época proibiu a retirada de areia, devido ao impacto negativo gerado nas praias da cidade.

Em 1951, iniciou as obras de construção da ponte, sendo inaugurado em 1952. Além da ponte, foram realizadas diversas melhorias, tais como o asfaltamento da BR 101 e a construção do aeroporto de Guarapari, que recebia voos diretos do Rio de Janeiro e São Paulo. Outra obra importante, foi a construção do Radium Hotel, cuja obra iniciou em 1952, sendo inaugurado em 8 de dezembro de 1953, sendo custeado pelo governo estadual na gestão do governador Jones dos Santos Neves, sendo arrendado ao Sr. Alberto Bianchi (Hoffman, 2005).

O turismo é outra atividade de extrema importância para a região, devido ao poder medicinal da areia monazítica, no qual o município de Guarapari ganhou notoriedade internacional a partir da década de 1960. Com isso, a população do município cresceu acima da média estadual. Apesar do desenvolvimento econômico, o crescimento ocorreu de forma desordenada gerando impactos negativos. Os principais impactos foram: crescimento de bairros sem infraestrutura; verticalização das áreas nobres, principalmente na orla; falta de planejamento para grandes fluxos turísticos; sazonalidade da atividade turística. O crescimento populacional pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 8 Crescimento populacional do município de Guarapari de 1940-2010								
População absoluta	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
	10.797	12.350	15.184	24.105	38.601	61.719	88.400	105.227

Fonte: IBGE. (Censos Demográficos de 1940-2010)

Surgida a partir da especulação imobiliária desencadeada a partir do desenvolvimento da atividade turística, a construção civil foi de extrema importância para diversificação econômica do município. E a ela é atribuído o grande crescimento populacional do município.

Durante o decorrer da década de 1970 a atividade passou por um processo de valorização de áreas e crescimento acentuado da construção civil (prevalecendo a construção de prédios residências), sendo o auge entre 1973 a 1983. Atribui-se esse crescimento a instalação dos Grandes Projetos na região da Grande Vitória.

Na década de 70, 80, surgiu loteamento e logo o movimento explodiu. A década de 90 foi a década da derrubada de Guarapari na questão da baderna e da bandalheira em relação a questão de desenvolvimento. (Representante Poder Público Guarapari).

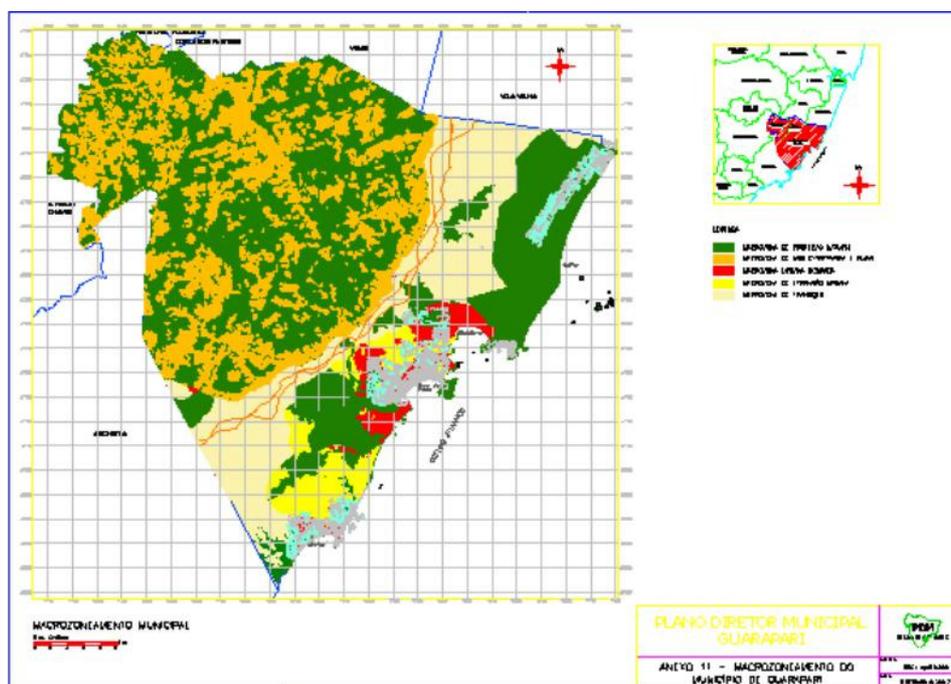
Apesar de não abrigar nenhuma indústria no município à época, estes Grandes Projetos foram responsáveis em grande parte pelo crescimento populacional e, conseqüentemente, a urbanização de Guarapari. A concentração econômica na Grande Vitória acarretou em oportunidades de desenvolvimento de Guarapari por meio do desenvolvimento da atividade turística. Os Grandes Projetos apresentarem o Estado no plano nacional possibilitou de certa forma a divulgação e o acesso à Guarapari, que já era conhecida pela área monazítica.

Além do aumento do fluxo de turistas que promoveu a valorização imobiliária e impulsionou a construção de residências de veranistas, outro grande impulsionador na década de 1970, foi a construção da Samarco Mineração SA. A empresa instalou-se no município de Anchieta, que fica a pouco mais de 20

km de Guarapari. Fato este que promoveu a atração de um novo contingente populacional, não mais característico do turismo de veraneio, e um novo perfil de migrantes, de *bahianos* que vieram para as obras da mineradora.

Vale destacar que a construção desordenada gerou uma serie de transtornos, tais como: expulsão, por meio da coerção econômica, dos pescadores do centro da cidade, sendo empurrados para fora do centro, ocupando suas intermediações; a decadência da região central e Praia do Morro, devido ao esgotamento de áreas para construção, transferindo para fronteira sul do município (considerada a área mais nobre), destacando o bairro Enseada Azul (Hoffman, 2005). Mapa abaixo, podemos identificar a faixa de maior expansão urbana:

MAPA 02 – Macrozoneamento do Município de Guarapari



Fonte: Plano Diretor Municipal de Guarapari. Anexo 11. Disponível em <http://www.guarapari.es.gov.br/v3/index.php/legislacao/plano-diretor-municipal-pdm.html>. Acesso em 22-abr-2012.

Aliado a estes problemas, ressalta-se o processo de *favelização* iniciado na década de 1960, devido ao crescimento desordenado. As periferias eram

ocupadas por migrantes do sul da Bahia e norte de Minas Gerais. Os principais fatores para migração foram: a expansão das atividades turísticas, já que muitas pessoas vinham do Sul da Bahia e Norte de Minas Gerais fugindo da seca e pobreza, em busca de trabalho temporário, nas atividades ligadas ao turismo; a expansão da atividade da construção civil, que no seu auge não possuía mão de obra suficiente na região.

Agora a questão da segurança também que você falou por causa dessa questão, dos impactos sofridos na área judicial, causados pela construção civil, aí Santa Monica tomou outro foco como você falou. Foram construídos prédios lá que ficaram em torno de Meaípe, Nova Guarapari e praia do morro e centro, e esse pessoal que veio atrás de emprego como já não tinha mais, a pessoa vem, não consegue mais emprego, não pode mais voltar para sua cidade de origem, fica ali vulnerável e a mercê do tráfico de drogas, foi aí que foi surgindo o tráfico com tanta intensidade no Brasil como um todo, aí chegou no município de Guarapari, aí o que acontece, as pessoas que tinham que sair de suas casas expulsas pelo tráfico começaram a vir para a região norte onde o turismo não tava mais com aquela qualidade e foi aí que foi surgindo. (Representante da Polícia Militar).

Aqui é importante ressaltar que o perfil econômico de Guarapari, em particular sua qualidade turística, apresenta diferentes fluxos migratórios. Há fluxos sazonais, que são demarcados pelo período de alta temporada, do verão. E há fluxos migratórios decorrentes da atração das indústrias e da construção civil. Essa característica imprimiu um tipo de diferenciação social, uma espécie de segregação espacial e cultural que persiste até os dias de hoje. Fica evidente nas falas dos entrevistados a existência de uma divisão social entre tipos de migrantes, mais especificamente em função de sua origem e naturalidade. Esta divisão está tão fortemente demarcada que um gestor chegou a expressar, sem nenhum constrangimento, a seguinte frase: - Aqui temos: "Mineiros para passear, e Baianos para trabalhar".

É. Os mineiros vêm quando eles aposentam. Os do Rio de Janeiro vem na expectativa de melhoria de vida, e os baianos vêm a procura de emprego. Até pela falta de médicos também lá. Falta de hospitais na Bahia eles vêm pra cá porque fica mais fácil a vida. (Representante da Poder Público).

Com o declínio do turismo, houve um aumento no nível de desemprego, e a produção de grandes espaços vazios na cidade. A isso se atribui o aumento dos índices de violência. Os entrevistados identificam na ausência de uma política pública para o turismo o principal fator para seu enfraquecimento e para o *empobrecimento*, e *favelização* da cidade.

E pra minha área o principal ponto negativo: a desfocalização do que é turismo, por exemplo, você vê que pousadas e hotéis enfrentam uma sazonalidade turística muito grande durante a baixa temporada que a gente considera entre fevereiro e novembro e quando chega uma grande empresa oferecendo serviços de contratação. Lógico que o proprietário, por questão econômica acaba alugando o ano inteiro. E isso desconfigura o turismo, porque uma família chega e não fica hospedada num lugar que, por exemplo, está cheio de operários. Enfim, porque eles não se sentem à vontade nessa mesma hospedagem. (Morador C de Guarapari)

Cidade turística? Aqui o ônibus funciona só até a meia noite. Mesmo no verão. Então a Pedreira abre, a Multiplace Mais abre, a Lua Azul....E não sei o que, não sei o que, não sei o que... E é propaganda do Governo do Estado, dizendo para não beber se for dirigir. É blitz de madrugada. Toda a polícia militar fazendo bafômetro...Aquela coisa toda. E não tem ônibus. A cidade recebe 400, 500 mil pessoas. E não tem ônibus. Então, ainda é aquela coisa de que ônibus é para pobre... Há 20 anos atrás foram tirados os ônibus da Orla da praia de Guarapari. Na praia não passa ônibus, porque ônibus é coisa de pobre... (Morador D de Guarapari)

Atualmente atividade do turismo não apresenta uma capacidade de proferir renda aos comerciantes e vendedores ambulantes. Durante o trabalho de campo e na fala de muitos entrevistados identificamos que essa situação decorre do fato de que a maioria dos “turistas” na verdade são proprietários de apartamentos que permanecem fechados durante a invernada e abertos no verão.

Na opinião dos entrevistados o perfil do turista modificou. Hoje muitos já trazem de seu local de origem todo o suprimento necessário para a temporada, gastando, portanto, pouco dinheiro fora de casa.

Nisso, identifica-se a existência de duas Guaraparis: uma no verão. Movimentada e com elevada população; e outra, na internada, com sua população reduzida, casas fechadas. Uma cidade fantasma, que propicia a sensação de insegurança.

3.4. IMPACTOS SOCIAIS: FORMAÇÃO DOS BAIRROS ADALBERTO SIMÃO NADER E KUBISTCHEK

Adalberto Simão Nader tal qual Recanto do Sol foi um bairro cuja formação está relacionada ao contexto da industrialização. Sua população é composta por migrantes de outros estados, em sua maioria bahianos que vieram em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Muitos atraídos pela oportunidade de emprego nos grandes empreendimentos.

Meu marido veio e me trouxe por causa do boca-a-boca, das oportunidades que aqui tinham. Já tem 30 anos. Era muito bom pra trabalhar. Eu aluguei uma casa. Aqui (em Adalberto Simão Nader) não tinha escola. Não tinha nada... Baiano é enxerido mesmo...(risos!). Chegamos e invadimos. (Morador do bairro A)

Eu cheguei e peguei uma empreitada grande, ficamos impressionados com a esquisitice do povo e do lugar; esposo queria voltar. (Morador do bairro B)

Aqui (Guarapari) a maioria é de baiano e de cearense. A maioria vieram procurando emprego. E aqui tinha muito..Mas aí começou a faltar emprego para os capixabas (risos) porque os bahianos tomaram conta. Guarapari virou bairro da Bahia agora. (Morador do bairro C)

A história original do bairro se perdeu ao longo do tempo. Acredita-se que assim como outros bairros próximos, Adalberto Simão Nader era, até a década de 1960, 70, uma grande fazenda. As ocupações se deram em função do aumento da construção civil, no auge da atividade de turismo e, um segundo fluxo de ocupação no processo de industrialização da região, com a construção da primeira usina mineradora da Samarco S/A, e do Porto de Ubú,

um terceiro e quarto fluxo, ocorreu mais tarde, já na expansão da segunda e terceiras usinas.

Eu vim de Itabuna. Meu irmão veio primeiro e eu vim atrás. Ele me chamou, estava na construção civil, e foi onde fui trabalhar. (Morador do bairro A)

Vim da Terra do Sol. E lá só dá melancia. Passava fome lá. Eu socava banana com pimenta... Nós viemos para a construção civil. Tinha muito serviço. Ganhamos muito dinheiro naquela época. (Morador do bairro B)

Os relatos denunciam a completa carência do bairro. Mesmo sendo um dos mais antigos no município. É um bairro muito carente em infraestrutura e serviços públicos. Os moradores apontam ainda a preocupação com a criminalidade. Para eles, Adalberto Simão Nader tornou-se foco de violência em função do avanço das drogas, mas o principal causador é a omissão do poder público, que não oferece oportunidades iguais para todos, e falha muito na oferta de lazer para os jovens. Além disso, queixam-se quanto a atuação da polícia militar que criminaliza todos que lá residem.

Eu tenho muitos ofícios com diferentes projetos para o bairro. Mas não tem como fazer nada...muita burocracia. E meu filho acaba jogando bola na rua. E é só isso que tem pra ele fazer! (Morador D do bairro)

(Assistência social) Eles fazem visitas lá em casa, mas não dão retorno nenhum. Até hoje só são promessas de melhorias. Não tem outro caminho. (morador A do bairro)

Um camarada meu pegou doença no esgoto da Cesan, que estava a céu aberto e ninguém fez nada para ajudar. (morador C do bairro)

A polícia invadiu minha casa e acabaram com tudo lá. (moradora B do bairro)

Aqui (Adalberto Simão Nader) não tem espaço de diversão adequado para os jovens, nem para as crianças. (moradora C do bairro)

Uma política (mulher) tentou ajudar a comunidade. Mas houve dificuldade de levar os projetos de capacitação para frente. Por diversos motivos, como por exemplo, quem iria tomar conta de nossas crianças, não tem creche, nem escolas suficientes...(morador A do bairro)

A história de Kubistchek é um pouco diferente. De ocupação mais antiga. Os moradores relatam que a região pertencia a uma família, era na verdade uma Grande Fazenda, que se estendia na área que hoje encontram-se os bairros Kubistchek, Coroado, Santa Margarida, Ipiranga e Olaria. A ocupação tem origem no período antecedente ao Governo Kubistchek. Contam os moradores mais antigos que o dono da fazenda doou terras em troca do voto para Kubistchek. Acredita-se que uma grande quantidade de pessoas, em especial advindos do interior do estado e da Bahia, vieram em comboios assediados pela troca de votos.

A formação do bairro foi por volta de 1950, 1951, mais ou menos. (Morador C do Bairro)

Era uma fazenda antes. E o dono da fazenda, falou pra população que já morava pela região. Espalhado o boato, que se todos votassem no presidente Juscelino Kubistchek, ele doaria terreno pra moradia. (Morador B do Bairro)

Dizem que o dono da fazenda queria proibir as pessoas fazerem casa na orla da praia, pra não atrapalhar as pessoas. Quando a mulher dele morreu, botaram o nome do bairro de Santa Margarida em homenagem a ela. (Morador A do Bairro)

A Marinha queria tomar as terras dele. E ele dizia: - Eu dou pros pobres, mas não dou pra Marinha. Aqueles terrenos que ficavam perto do mar, do mangue. (Morador C do Bairro)

É válido ressaltar que não foi encontrado nenhum documento oficial que comprovasse essas práticas.

As primeiras construções eram simples, de estuque e com poucos cômodos. Não havia estradas, o transporte era feito a cavalo ou em carro de boi. As residências eram distantes uma das outras e não havia energia elétrica. Isso garantia uma atmosfera de isolamento e solidão.

As casas eram de estuque. As pessoas andavam a cavalo. Aqui tinha até índio aqui. Era uma escuridão de noite. Não tinha energia elétrica. (Morador A do bairro)

Antigamente as casas ficavam abertas sem perigo nenhum. (Moradora B do bairro)

O bairro surgiu com pouquíssimas moradias, erguidas pelos próprios moradores. Contam os moradores mais antigos, que o dono das terras, era um senhor muito autoritário e sádico, cruel com seus desafetos.

Os moradores mais antigos, nativos do interior de Guarapari, relembram a época áurea do município, por volta da década de 1940. Rememoram os grandes bailes de carnaval, e a qualidade do turista que antes vinha passar as férias no balneário.

Um Carnaval bom foi do de 45. (Morador A do bairro)

A história não pode ser demolida. O Hotel Radium era incrível. Deveria ser considerado um patrimônio histórico. (Morador B do bairro)

O bom era quando alugavam casas baixas. (moradora do bairro A)

Naquela época o turista de Guarapari vinha para ficar 3 meses de férias. Eles vinham com um caminhão de mudança. O turismo, há 50 anos, era uma beleza! Só tinha casa, não tinha esses prédios. (Morador C do bairro)

No decorrer das décadas seguintes, com o aumento do turismo, a urbanização impulsionou a construção civil das edificações da Orla do município e impactou na atividade de muitos dos moradores antigos da região – o turismo. Muitos viviam da venda de produtos na praia, e ainda vivem, mas sentem que isso diminuiu muito com a construção dos prédios na Orla. De acordo com os relatos, isso modificou o perfil do turista, que agora trás as coisas de casa, e não consome mais tanto na praia. Além disso, o aumento da atividade da construção civil atraiu um número expressivo de trabalhadores, que migraram para a região de Kubistchek, nesse período o número de residências já era bastante expressivo.

Eu fiquei sem trabalho. Trabalhei muito na praia, vendendo cerveja e muita coisa. Já fiz muito dinheiro assim, por causa disso hoje eu tenho minha casa. (Moradora A do bairro)

Em meados de 1970, novo fluxo migratório para o bairro, agora em função da implantação das grandes indústrias, em especial da Samarco Mineração S.A. e o Porto de Ubú. Mesmo sendo localizada no município vizinho, afetou o bairro, em função da oferta de emprego. Percebe-se que muitos moradores avisam parentes de outras localidades sobre a oferta de emprego.

Atualmente, conforme relatos dos moradores, aproximadamente 4 mil pessoas residem no bairro. E este permanece num cenário de carências e abandono, onde prevalece a lei do silêncio em função do medo imposto pelos traficantes locais. Denunciam a rivalidade entre grupos de bairros vizinhos, como Olaria, Coroado e Adalberto Simão Nader.

Esse período de tranqüilidade acabou depois da construção destes prédios, por volta de 70. (Moradora D do bairro)

4 mil pessoas tem em nossos bairros, mas não construíram obras pra todos e nem pensam em fazer nada especializado pra atender o pessoal. (Morador E do bairro)

Ninguém quer falar. Eu sei que na Concha De Ostra tem cara armado. Mas se você falar, você é um cara morto. (Morador E do bairro)

Kubitschek, Coroado, Olaria e Adalberto Simão Nader, quando se encontravam, saía faísca. Quando os daqui iam pra lá davam pancada e de lá pra cá também. (Morador D do Bairro)

Uma vez eu trouxe um colega da Praia do Morro. Quase o pegaram. Isto tem três anos. (Morador C do bairro)

3.5. FRAGMENTAÇÃO SOCIAL E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

A partir dos relatos de formação dos bairros é possível perceber que é nos momentos do aumento da atividade de construção civil ou de expansão das usinas e indústrias locais, que os operários instalaram-se nas periferias dos municípios, sobretudo àquelas próximas ao canteiro de obras, a exemplo de Recanto do Sol, e Mãe-bá em Anchieta, que foi destino de muitos. Contudo, outras parcelas alojaram-se nos municípios de Piúma e Guarapari, esta última especificamente fruto da expansão imobiliária que afetou o município no período.

É a partir da década de 1970 com a chegada dos empreendimentos em nosso município começou esse desenvolvimento industrial com mais ênfase.... Depois, a partir de 90 – 95 mais ou menos, houve outro crescimento industrial. E o perfil da sociedade começou a mudar também com a presença de novos bairros... Em áreas invadidas. (Representante poder público de Anchieta)

Eu vejo assim na realidade eu sou muito franco, os maiores impactos que nós começamos a receber, eu sou nascido e criado aqui, começou tudo com a segunda planta da Samarco, quando foi expandido criou o primeiro bolsão de pobreza que foi Recanto do sol, a gente pode falar porque trabalha dia-a-dia diretamente com a comunidade, então o que é que acontece? A gente sabe que não é por culpa da empresa, mas a mídia ela divulga demais que vai ter não sei quantos mil empregos, aquela coisa toda. Como as pessoas são carentes, tem necessidade de trabalhar então ele muda pro nosso município em busca deste emprego e chega aqui a realidade é outra. (Morador de Recanto do Sol)

Naquela época, esse processo de ocupação dessas comunidades como um todo se deu praticamente simultaneamente. O povo foi expandindo... Você pega outra região, por exemplo, aquela região próxima à ponte já em Anchieta, também tem a mesma característica as pessoas tinham o centro das cidades, tinha as pessoas que moravam nas periferias desses centros. (Representante poder público Guarapari)

Quem não vivia da pesca lá, migrou para cá para principalmente trabalhar na área da construção civil por conta da característica da explosão no município de Guarapari como um todo. Tanto é que por exemplo, o bairro de Condados, Kubistchek surgiu por conta da nova Guarapari , os bairros de Adalberto Simon Nader em Guarapari , hoje São Gabriel, São Jose, todos esses bairros surgiram por conta da explosão imobiliária pra praia do Morro. As novas praias ali do Centro contribuíram para esse povoamento desordenado aqui no município. Principalmente nessas regiões mais periféricas. (Representante poder público Guarapari)

Ainda de acordo com os relatos e testemunhos de moradores locais e gestores públicos dos dois municípios, esses bairros, muitos dos quais surgidos de ocupações irregulares, como foi o caso dos bairros de Recanto do Sol e Mãe-bá, Adalberto Simão Nader e Kubistchek carecem de infraestrutura, em termos de saneamento e pavimentação, serviços e públicos em geral, como segurança, saúde, educação, lazer e atendimentos públicos de primeira ordem.

Investimentos hoje do município para os bairros de Guarapari é um pouco precário, isso se não tiver o dedo do governo do estado ou alguma empresa que queira ajudar o bairro existem investimentos. (Representante da polícia militar de Guarapari)

O mesmo fenômeno foi observado por Siqueira (2006) a respeito da urbanização da Grande Vitória, conforme recorda a autora:

O processo de diferenciação espacial e social, aliado à inexistência de uma política habitacional eficiente e voltada para a população de baixa renda, constituiu-se em instrumento propulsor do rápido alargamento da periferia na Grande Vitória, que, sem infra-estrutura ou condições mínimas de habitação, passou a abrigar considerável parcela da população do Estado. Neste quadro, o crescimento urbano foi marcado pela expansão da periferia, principalmente por meio de invasões e loteamentos clandestinos em morros, baixadas e mangues, posteriormente aliado à construção em massa de habitações populares de baixo padrão. (SIQUEIRA, 2006, p. 20).

A infraestrutura destes bairros se desenvolveu lentamente ao longo dos anos, fruto dos poucos investimentos, tanto da administração municipal, quanto das empresas à sua volta. Um exemplo desta precariedade é a ausência de drenagem e pavimentação, que no bairro Recanto do Sol permaneceu inalterada por cerca de 15 anos. As ruas de Recanto do Sol foram até recentemente de terra batida e ausentes de drenagem. Em épocas de chuva, as vias de acesso eram tomadas por lama e, nos tempos de sol, pela poeira. Tal quadro começou a ser modificado em anos recentes, tendo o bairro sido todo pavimentado e drenado apenas em abril de 2012. Essa paisagem se repete em Mãe-bá, Adalberto Simão Nader e Kubistichek.

Esses mesmos bairros são apresentados como sendo os de maiores índices de homicídios e criminalidade. Para os gestores públicos municipais, de Anchieta e de Guarapari, a criminalidade tem nome e endereço. A origem da criminalidade em Anchieta tem relação com a chamada “geração usina”, em Guarapari a “geração construção civil”. Em ambas as situações a naturalidade

imputada nestas populações são de “baianos”, de populações migrantes que vieram ou para a construção civil ou para a expansão da segunda e da terceira usinas da Samarco Mineração (Anchieta). Esses eventos, ainda que em diferentes contextos, são apresentados como responsáveis pela formação de periferias. Regiões nomeadas como “novas bahias”, “bairro dos baianos”, “morro dos baianos”.

A maior questão que nos temos hoje foi o impacto causado pela construção civil, os maiores bairros que nos temos hoje de população, vamos dizer assim, eles foram construídos pela construção civil. Eles vieram, pegaram a Mão de obra de gabaria, vieram na expectativa de emprego, vieram e construíram aqui e depois não tinham como retornar para sua cidade de origem, aí foram formando bairros, loteamentos, o maior impacto hoje que nos temos foi causado sim pela construção civil, impacto social. (Representante polícia militar de Guarapari)

Então ali teve um impacto forte de pessoas. Com a notícia dos empreendimentos, essas pessoas buscaram fixar residência no município e acabaram invadindo algumas áreas. Especialmente na data da 3ª.usina. Temos, por exemplo, a própria comunidade de Mãe-bá. na 2ª.usina teve o bairro Recanto do Sol. Então, quer dizer, você vê que em dois momentos de expansão de usina nós tivemos problemas. (Representante do poder público Anchieta)

Mas é bom deixar também uma coisa, que essas comunidades que tem bolsões de pobreza, eles foram criados juntos talvez com a criação de algumas áreas das empresas, mas acontece que nem todos que estão ali foram operários (...), ficaram sem trabalho e ficaram por ali (trecho inaudível), isso tem que ficar claro também, porque de repente você pode pensar que todos que estão ali estavam trabalhando e agora ficaram desempregados, não é isso! Eles vieram na expectativa do emprego e não conseguiram se colocar no trabalho e aí ficaram por aí. (Representante do poder público de Anchieta)

Nestas localidades, especificamente, Recanto do Sol e Mãe-Bá em Anchieta, Adalberto Simão Nader e Kubistchek em Guarapari, são as localidades onde, na percepção dos gestores públicos municipais, está concentrada uma série de problemas sociais como gravidez precoce, prostituição, tráfico de drogas e homicídio.

Em Mãe-bá especificamente, persiste o rótulo de local de prostituição, conforme relato por gestor público municipal:

Mas Mãe-bá também tinha um *night-club*, na entrada. Então Mãe-bá sempre ficou com esse rótulo de prostituição. Mesmo que as mulheres de Mãe-bá não sejam prostitutas. Mas por quê? Porque nós temos um porto. E o Porto tem essas características. Então nós temos os benéficos (por causa do porto), mas também temos essa questão. Pelo Porto entram-se bebidas, entram-se homens... (Representante poder público de Anchieta)

Em ambos os municípios, Anchieta e Guarapari, há, por parte da população mais antiga e tradicional, e nisso incluída das elites políticas locais, um discurso de caráter preconceituoso que identifica nestes bairros a prevalência de um perfil cultural que caracteriza essas populações como preguiçosas, acomodadas e dependentes do poder público: "que preferem pedir". Comportamento que diferiria muito da população nativa, especificamente das regiões mais antigas dos municípios.

Anchieta é uma cidade pacata. Mas a gente observa que a droga chegou mais apurada de uns 5 anos pra cá. A gente nota também... Percebe-se também que as pessoas vêm também já com os seus hábitos, seus costumes, então eu acredito também que sempre são dos mesmos locais do entorno que a gente tem problema, que você pode confirmar depois, que é Mãe-Bá que era um grande problema, que a gente sabe que a gente trabalhando aqui lida no dia-a-dia, o Recanto do sol que é vizinho que é mais impactante. (Representante Poder Público Anchieta)

Tal discurso reforça a idéia de que há uma fragmentação social, territorial e cultural entre grupos de nativos, e migrantes e entre tipos de migrantes. Isso de uma forma mais ou menos acentuada se apresenta nos dois municípios. Parece existir um rótulo para cada perfil migrante, aquele que vem gastar no município (através do turismo) e aquele que vem para ficar (transformando-se em um transtorno). Parafraseando a fala de um gestor local: - Aqui temos: "Mineiros para passear, e Baianos para trabalhar".

Assim sendo, a delinqüência tem origem cultural, estaria nos hábitos adquiridos ou apreendidos ao longo do tempo por parte dos moradores dos bairros, e estaria relacionado às suas carências sociais, culturais, econômicas e biológicas. As falas, sobretudo dos gestores, expressam um olhar peculiar estabelecendo uma forte ligação entre pobreza, exclusão social e a criminalidade.

Da mesma forma, assemelha-se a este discurso a idéia de que os jovens (moradores destas regiões) são vítimas do descaso, refém do álcool, do tabagismo, do craque. Nesta perspectiva se apresentam como coisa, não possuidor de uma subjetividade, nulos de ideais, de projetos próprios que preferem assim o caminho mais fácil e lucrativo do crime, principalmente o tráfico de drogas.

O aumento da violência e do tráfico de drogas é uma preocupação constante tanto por parte dos gestores públicos municipais quanto por parte da população em geral. Há um temor de que este cenário se aprofunde em função dos novos projetos para a região⁴⁴ - afetando essas áreas, ampliando suas carências tanto em termos de garantia de acesso à serviços públicos e impactando diretamente no cenário de segurança pública.

⁴⁴ Relatos de moradores ouvidos em entrevista no dia 28/02/2012.

CAPÍTULO 4

ENTRE CONFIANÇA E MEDO: OS JOVENS NO CONTEXTO DE SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL E GERACIONAL

Nasci num lugar que virou favela
Cresci num lugar que já era
Mas cresci a vera
fiquei gigante, valente, inteligente
por um triz não sou bandido
Sempre quis tudo o que desmente esse país
encardido
Descobri cedo que o caminho
não era subir num pódio mundial
e virar um rico olímpico e sozinho
Mas fomentar aqui o ódio racial
a separação nítida entre as raças
um olho na bíblia, outro na pistola
(...) eu sou o herói
só deus e eu sabemos como dói

Caetano Veloso

A letra de Caetano revela as siluetas e os tons da periferia e dos morros da cidade do Rio de Janeiro, mas bem poderia ser a realidade de Recanto do Sol, de Mãe-bá, ou de Adalberto Simão Nader e Kubistchek. A semelhança é reveladora e ao mesmo tempo perturbadora.

Fato é que o inchaço populacional, a partir da parcela de caos que acompanha o processo de urbanização e desenvolvimento nestas localidades, insere na dinâmica social, elementos de instabilidade, tais como aumento no volume de pessoas, de veículos, formação de novos bairros, novas fisionomias – os estrangeiros - proporcionando um cenário propício à instalação do medo como interlocutor da trama social.

E isso, não representa um caso isolado de Anchieta e Guarapari, mas está intimamente relacionado à substituição da solidariedade pela competição e da

corrosão e dissolução dos laços comunitários nas sociedades modernas, que produzem indivíduos *inadequados*⁴⁵, conforme Bauman (2009, p. 46)

Todos sabem que viver numa cidade é uma experiência ambivalente. Ela atrai e afasta; mas a situação do cidadão torna-se mais complexa porque são exatamente os mesmos aspectos da vida na cidade que atraem e, ao mesmo tempo ou alternadamente, repelem. A desorientada variedade do ambiente urbano é fonte de medo, em especial entre aqueles de nós que perderam seus modos de vida habituais e foram jogados num estado de grave incerteza pelos processos desestabilizadores da globalização.

Nesse sentido, ainda que o foco de nosso estudo encontre-se geograficamente limitado à região sul capixaba, mais especificamente aos bairros formados no rastro do processo de industrialização dos municípios de Anchieta e Guarapari, acreditamos que as considerações pontuadas neste capítulo podem – sem nenhum prejuízo – ser estendidas aos bairros de Feu Rosa, Vila Nova de Colares, São Pedro e demais localidades situadas na região da Grande Vitória, que tiveram como marco fundador o movimento de ocupação das regiões *periféricas*, resultado da atração de grande contingente de trabalhadores para à indústria, nas décadas de 1970 e 1980.

De forma que, é interessante resgatar a percepção de Marc Auge sobre a urbanização e a relação centro-periferia. Para o autor, o emprego da palavra jamais é inocente, e neste sentido, identifica que a palavra periferia só tem sentido em relação ao seu oposto: o centro. Devendo, contudo, ser entendida não apenas num sentido geográfico, mas também político e social. E assim, a periferia não é subúrbio, não é um mero afastamento geográfico em relação a um centro comercial. Mas um afastamento do tipo político e social.

As periferias podem ser entendidas enquanto bairros entregues à precariedade e à pobreza, zonas desqualificadas, desclassificadas, onde encontram-se as

⁴⁵ No cenário da globalização, conforme suscita o autor, a xenofobia que pode ser caracterizada como uma suspeita crescente de um complô estrangeiro e o sentimento de rancor pelos estrangeiros, deve ser entendida enquanto uma tentativa desesperada de salvar o que resta da solidariedade local, de garantir um lugar no sistema e na sociedade. Nesse sentido, a produção de indivíduos inadequados está diretamente relacionada à populações carentes, incapazes de adquirir habilidades e instrumentos para manter-se assimiláveis ou úteis à sociedade. (BAUMAN, 2009, p. 22).

classes pobres, ou os indivíduos de personalidades opacas, marcados pela miséria e exclusão, portadores de uma ameaça intrínseca a coletividade.

Então o divisor da violência foi esta vinda de muita gente fala que gente de fora. O estranho gera insegurança, pelo menos na gente... Não conheço. Não sei quem é. E começou a surgir algumas coisinhas e todo mundo começou a colocar a culpa não no meu vizinho, no meu filho e. Mas acabam colocando a culpa em quem chegou. Então ficou por um tempo achando que aquele grupo que chegou em Anchieta era o que estava roubando, o que estava assaltando. O povo foi embora. E a gente percebeu que talvez incorporou um novo hábito no cidadão anchietense. Um hábito que não tinha. E de lá para cá a violência não parou. Daquele tempo para cá a violência não parou. (Morador de Anchieta).

Assim considerados, verificamos nas localidades foco do estudo, uma realidade cerceada. Seus moradores encontram-se simbolicamente confinados nestes espaços. Em outras palavras, ainda que circulem pela cidade, o estigma os acompanha, marcando a partir de seu local de residência, o lugar que ocupa na sociedade. Uma problemática típica das cidades do século XX, conforme Bauman (2009, p.40):

Para aqueles que vivem num gueto voluntário, os outros guetos são espaços "nos quais não entrarão jamais". Para aqueles que estão nos guetos "involuntários", à área que estão confinados (excluídos de qualquer outro lugar) é um espaço "do qual não lhes é permitido sair".

A realidade de muitos jovens, em especial da geração de filhos de trabalhadores que vieram para a construção das indústrias por volta de 1970, encontra-se permeada destes descompassos que podem ser observados no espaço urbano, mas que se replicam na fissura do tecido social. Em outras palavras, tal como um efeito perverso, a fragmentação perceptível no espaço, pode ser replicada no tempo e na condição política, cultural e social destes jovens.

O que eu percebi e o que está escritos em nossos relatórios é que houve um choque cultural muito acentuado, o que contribuiu para que estes trabalhadores não se misturassem

com a população local. Nas festas, até mesmo na praia, ocorreu quase que uma segregação destes trabalhadores. (Representante poder público A de Guarapari)

São questões culturais, né! Querendo ou não a gente!!! Olha, há algumas tendências como Guanabara. Ali tem uma área de grande desenvolvimento de pessoas de fora. Ali têm desde as Bahias da vida a região da Grande Vitória. (Representante poder público B de Anchieta)

Muitas destas pessoas vêm do norte do país, do Nordeste. Estas pessoas têm perfil epidemiológico diferente. Houve aumento de algumas doenças, principalmente, da tuberculose. (Representante poder público C de Anchieta)

Essa fragmentação, claro, é uma das contradições do mundo contemporâneo, no qual a distância social se replica e se intensifica no desenho espacial, segregando e encerrando populações em territórios simbolicamente demarcados e comumente estigmatizados. E neste sentido, as fronteiras simbolicamente traçadas são constantemente reforçadas pelo discurso do medo que permeia nas falas dos entrevistados, na demarcação de estigmas sociais.

A polícia aqui bate forte, aqui não tem essa não, aqui hoje em dia para a pessoa comprar as pedinhas da um trabalho danado, eles pegam as bicicletinhas deles aqui e vão lá para Anchieta lá para o fundo de Anchieta, de vez em quando a polícia vem aqui e mete o pau neles, mete o pau, né brincadeira não. (Morador local – Recanto do Sol)

Então Mãe-bá sempre ficou com esse rótulo de prostituição. Mesmo que as mulheres de Mãe-bá não sejam prostitutas. Mas por quê? Porque nós temos um porto. E o porto tem essas características. Então nós temos os benéficos, mas também temos essa questão. Pelo porto entram-se bebidas, entram-se homens. (Representante poder público de Anchieta)

E, ainda, o mecanismo de preservação destes espaços está relacionado diretamente a ausência de investimentos em termos de políticas públicas ao longo de décadas, que fizeram tais populações permanecerem tal como em um limbo temporal. A ausência mesmo de políticas públicas representa em

verdade a objetivação destas populações como fadadas ao fracasso, e a permanente exclusão.

Nós não temos empregos para todos e então começa a gerar esta demanda para a secretaria de assistência social. E com isso vai acarretando vários tipos de, a gravidez na adolescência...Muitas dessas pessoas vêm pra cá com seus esposos e continuam. Ou senão vem sem a família. Ai o que é que acontece? Às vezes num relacionamento com a jovem dessa nossa aqui, essa menina engravida, ai ele vai embora e deixa os problemas sociais aqui pra gente, muitos também se misturam... (Representante poder público C)

Isso significa pensar que a despeito do desenvolvimento apregoado, muitos jovens encontram-se numa condição permanente de exclusão social, pois enquanto *classes perigosas*, não representam nenhuma utilidade para o sistema. Conforme apresenta Bauman (2009, p.22)

As classes perigosas originais eram constituídas por gente em excesso, temporariamente excluída e ainda não reintegrada, que a aceleração do progresso econômico havia privado de utilidade funcional, e de quem a rápida pulverização das redes de vínculos retirava, ao mesmo tempo, qualquer proteção. As novas classes perigosas são, ao contrário, aquelas consideradas incapacitadas para a reintegração e classificadas como não assimiláveis, porque não saberiam se tornar úteis nem depois de uma reabilitação. Não é correto dizer que estejam em excesso: são supérfluas e excluídas de modo permanente.

A categoria classes perigosas apresenta-se de forma sutil durante as entrevistas com moradores locais, e com gestores públicos dos municípios na correlação que estes traçam entre juventude e criminalidade, em especial com relação aos jovens moradores dos bairros da periferia, caracterizados como: *geração usina ou novas bahias*.

Ali é uma área de pouquíssimas pessoas que nasceram aqui. Ai tá! Da 2ª Usina tem o Recanto do Sol que foi originado dela. Essa aqui é da 3ª. Vamos mapear: da 3ª foi essa invasão; da 2ª foi o Recanto do S.; da 1ª acho que foi Mãe-Bá. Tem

bairros! (risos!) denominados geração usina... (Representante poder público A)

A gente percebeu que logo depois que o bairro começou a se formar ali né, com pessoas vindo, se instalando, as vezes sem condições nenhuma, a gente começou a saber que vinham também traficantes, por exemplo que vinha pessoas da Serra, de Guarapari, que foram se instalando...(Representante poder público C)

Principalmente de Guarapari pra cá um monte de homem que entra no ônibus, a gente vai ouvindo as conversas, eles tão vindo tudo atrás de emprego, a gente vê muita gente que chegou da Bahia, do nordeste. (Morador A)

Ainda com relação ao processo de estigmatização destas regiões e de sua população, os relatos e testemunhos prestados pelos moradores e gestores locais revelam indícios empíricos de uma relação estabelecidos-outsiders - tal qual identificada por Nibert Elias e John Scotson sobre a comunidade de Winston Parva -, tanto lá quanto aqui podemos perceber a existência de uma sociodinâmica de estigmatização, onde um grupo consegue lançar um estigma sobre o outro, garantindo sua permanência a partir de mecanismos de controle das necessidades e construção e circulação de fatos.

No caso das localidades estudadas, Adalberto Simão Nader, Kubistchek em Guarapari e Recanto do Sol e Mãe-bá em Anchieta, a carência de tudo, de infraestrutura, a completa precariedade dos serviços, forçam as populações destas localidades à um cenário de objetivação da condição de inferioridade à qual lhes são atribuídos.

A violência contra os adolescentes envolvidos com o tráfico, inclusive nós temos um há pouco tempo... uma das mortes mais chocantes que nós tivemos aqui. Então a gente não tem nada para amparar esses jovens. Hoje nos temos o CRAS, mas a gente não vê o trabalho no CRAS, eu como trabalhei 12 anos na assistência social eu não vejo um trabalho de estar nos bairros chamando esses jovens, um trabalho efetivo das psicólogas, assistentes sociais, pedagogos. Eu trabalhei na escola de ensino médio e eu não vi esse entrosamento: escola e assistência social e comunidade, não existe isso. (Morador de Guarapari)

E isso, impossibilita a desconstrução destes estigmas, como nos apresenta Elias (2000, p.33):

Quando os grupos outsiders têm de viver no nível da subsistência, o montante de sua receita prepondera sobre todas as suas outras necessidades. Quanto mais eles se colocam acima do nível de subsistência, mais a sua própria renda – seus recursos econômicos – serve de meio para atender a outras aspirações humanas que não a satisfação das necessidades animais ou materiais mais elementares, e mais agudamente os grupos nessa situação tendem a sentir a inferioridade social – a inferioridade de poder e de status de que sofrem. E é nessa situação que a luta entre estabelecidos e os outsiders deixa de ser, por parte destes últimos, uma simples luta para aplacar a fome, para obter os meios de subsistência física, e se transforma numa luta para satisfazer também outras aspirações humanas.

Sendo assim, considerando, esta relação não apenas um mecanismo de diferenciação social, mas uma relação de poder. Percebe-se que o grupo dos *estabelecidos*, tidos o restante da população, os nativos dos municípios, moradores dos bairros tradicionais, as pessoas de bens, incluídas nestas categorias os próprios gestores, afirma sua superioridade perante os *outsiders*, os migrantes – em sua maioria operários que vieram trabalhar na construção civil, ou na expansão das indústrias locais e, ocuparam as periferias, bairros foco do estudo - circunscrevendo tal população a espaços territoriais, firmemente demarcados no tempo e rotulados como população carente, culturalmente inferior, dependente de “toda ajuda”, propensa e exposta a “toda violência”:

Então eles vêm mesmo, ai acabam vindo essas pessoas sem pensar em nada, por mais que até mesmo a divulgação que vai contratar, então até mesmo sem ter experiência, sem ter nada, eu já vi pessoas dizendo que era vendedor ambulante, já vi dentro do ônibus os comentários de uma pessoa assim: eu era vendedor ambulante lá de não sei aonde, tipo um nordeste, um estado qualquer e meu primo me ligou dizendo que eles estavam contratando ai eu vim porque aqui é bom e não sei o que, entendeu?! E veio e ficou, é comentários que eles, enfim. (Morador B)

Constava entre outros né, constava o seguinte, como nós tínhamos muita preocupação dessa população vir pra Anchieta e depois não ter como voltar, aqui dentro do raio de 100 km se

contratasse essas pessoas dentro desse raio e que tivesse condução pra que essas pessoas pudessem tá vindo e voltando pra casa todos os dias, porque com isso ia amenizar a questão de estar se instalando pessoas no município (...) então isso seria de certa maneira, ela iria estar amenizando bastante esse impacto. (Representante poder público A)

Isso gerou um grande problema para o município, inclusive por nós termos um município turístico, chegou uma época de que eu tava na secretaria de turismo, que foram feitas várias reuniões, e ficou complicado, porque (...) momento do nosso turista chegar ao nosso município e os hotéis estarem totalmente ocupados pelos operários (...) o peão, que a população dá apelidos né, então nós tivemos grandes problemas com os proprietários mesmo, com a sociedade civil que veio nos cobrar que não era isso que eles queriam para o município, porque a gente tem um planejamento, a gente quer que o município cresça, crescer todos nós queremos, mas nós queremos que ele cresça de maneira (...), nós não queremos que o município de Anchieta seja uma Macaé da vida. (Representante poder público B)

Foi feita uma intervenção nesse bairro que nós estamos falando, que era invasão e que entrou todo mundo: Ministério Público, Prefeitura Municipal de Anchieta, e Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Ambiental e etc. O prefeito com muita preocupação, com muito respeito com as pessoas que se encontravam nesse local e pediu que nós acompanhasse todo o movimento e que elas foram, nós colocamos para as famílias, para todas as casas, explicamos o que estava acontecendo. No final, depois que fizemos o levantamento sócio-econômico, verificamos que 99% eram famílias que não eram no município e eram pessoas que já tinham casa em outras cidades, eram pessoas que às vezes estavam sendo usadas por terceiro para estar pegando lotes. (Representante poder público C)

Esse mesmo pensamento, apresentado por moradores de outras localidades e pelos gestores locais, direcionados a população destes bairros, é percebido, dentro da própria comunidade em relação à geração dos mais novos. Em outras palavras, na cadeia de relações sociais, os jovens destas localidades, são estigmatizados tanto pelo grupo de estabelecidos, quanto, para pelos outsiders. E, comumente são rotulados enquanto desprovidos de capacidade de ação, e de valores morais, revelando a segregação geracional a qual se encontra os jovens destas comunidades, duplamente excluídos.

O fato é que o poder público não tem pernas para transformar culturalmente a população e para formar uma mão de obra diversificada e voltada para a prestação de serviços. A população está mentalmente presa, acomodada ou simplesmente não quer voltar-se para uma formação moderna. (Liderança A)

Dentro desse território foi identificado por esta equipe que precisa de se trabalhar, que tem um número grande de jovens, as vezes jovens ociosos. (Coordenador Cras)

Então as construtoras estão investindo e o setor religioso, as igrejas evangélicas e católicas que tem um número grande, são eles que estão tentando resgatar esse jovem que está perdido que é o nosso futuro e que tem causado a insegurança aqui. (Representante poder público)

Essa clivagem geracional revela de fato outro nível da relação “estabelecidos-outsiders”. Neste caso, a dimensão temporal, ou o passado comum, as certezas de uma geração, não se faz presente na relação com os jovens. Entre os moradores antigos prevalece o sentimento saudosista e o distanciamento e choque de realidade com os mais jovens, assume papel decisivo na inflexão do poder.

Sobre esse distanciamento geracional, vale a pena resgatar algumas palavras de Augé (2010, p.59):

A posição simbólica dos pais diante de seus filhos fragiliza-se, quando eles aparecem aos olhos desses como completamente estrangeiros ao mundo da comunicação e do consumo que os fascina. Isso é particularmente verdadeiro nos países em que os filhos da segunda geração de imigrantes vão à escola e vivem uma experiência radicalmente diferente daquela de seus pais, mesmo quando estão em dificuldade escolar.

Ainda que o autor refira-se a populações de imigrantes, esse estranhamento pode ser transferido, sem nenhuma perda de sentido, à relação que hoje se estabelece entre o adulto em geral e os mais jovens. O contato com os mais jovens revela um completo estranhamento entre as gerações. Estranhamento cujas bases encontram-se na cadeia de valores, nas crenças e nas

concepções de mundo e de verdade que partilham enquanto grupo, que são fundamentalmente diferentes entre as gerações.

Além disso, a concepção de local é diferenciada. Percebe-se que a primeira geração representada pelos operários que vieram ocupar os postos de trabalho seja na construção civil, caso de Guarapari, seja na expansão da usina, no caso de Anchieta, partilhou de um período de desenvolvimento na história dos municípios, a experiência da ocupação dos bairros é relatada como um marco na vida destas pessoas, mais como exemplo de luta e conquista, do que de carências.

À segunda geração, os jovens restaram crescer sob fortes críticas, e estigmas de pobreza, de criminalidade, de desordem. Nesse sentido à eles foi destinado um tratamento de controle das virtualidades, tal qual o mesmo modelo presentes nas teorias racistas e eugênicas da Europa do século XIX.

Sobre isto, é importante resgatar a relação que Coimbra e Nascimento (2003) traçam entre tais teorias e os ideais liberais do século XIX,

(...) ao mesmo tempo em que despontava a figura do trabalhador livre – segundo os interesses econômicos do capitalismo liberal da época -, produz-se uma essência para esse mesmo trabalhador. Definindo formas consideradas corretas e verdadeiras de ser e de existir, forjam-se subjetividades sobre a pobreza; diz-se o que ela é. (COIMBRA, NASCIMENTO, 2003, p. 21)

Neste sentido, e sobre essa mesma ótica, a miséria passa a ser percebida como advinda da ociosidade, da indolência e dos vícios inerentes aos pobres. (Coimbra; Nascimento, 2003). Em outras palavras, a ideologia de que para todos os trabalhadores há iguais condições de acumulação e riqueza, por meio da venda de sua força de trabalho, reforça o estigma de que impera entre os pobres um problema de conduta moral e de características biológicas que os fazem propensos a ociosidade e a vida fácil.

A partir dessa concepção dos pobres surgia-se uma grande preocupação com a infância e juventude, pois a eles estavam destinado um futuro obscuro junto

as classes perigosas. Neste sentido, crianças e jovens representavam um perigo iminente, e deveriam ter suas virtualidades sob controle permanente.

Essas teorias persistem no imaginário social, estabelecendo e fortalecendo a relação pobreza e periculosidade/violência/criminalidade e, por conseguinte legitimam as práticas de exclusão, e de cerceamento real ou simbólico destas populações, em especial os jovens.

Diferentes dispositivos sociais continuam produzindo subjetividades, como o emprego fixo, família organizada, local de moradia, ainda continuam a estabelecer padrões de reconhecimento, aceitação e legitimação social. Ainda hoje, àqueles que se encontram fora dos padrões modelares são considerados desajustados e perigosos, sujeitos ao extermínio.

E sob a ótica da sóciodinâmica dos *estabelecidos* e *outsiders*, somado ao contexto atual, de neoliberalismo que impõe uma nova forma de controle social, podemos perceber que o grupo de estabelecidos (nativos, moradores de bairros nobres, pessoas comuns) lança mão de modelos disciplinares de modos de ser, viver e existir, a partir da produção pelos meios de comunicação em massa, o ambiente da cultura do consumo, onde não há lugar para a pobreza.

Nisso, não é por acaso que se verifica o alto índice de jovens pobres exterminados. Ou conforme identifica Fraga (2003),

Os jovens são suas vítimas preferenciais porque nos últimos anos foram objetivados, tratados como meros consumidores, e para aqueles que não podem integrar-se nesse domínio de relações sociais resta a via ilícita ou a eliminação, quando não as duas“. (FRAGA, 2003, p. 146).

Rejeitados como são e relegados a uma subcategoria de indivíduos, aos jovens pobres, das periferias resta à criminalidade, seja por meio de uma opção cujos fatores motivacionais encontram-se na trajetória de exclusão ao qual foram submetidos, ou através do mecanismo de sugestão, pelo qual o ambiente de opressão e estigmatização termina por influenciar profundamente os afetos e a conduta destes jovens. Em outras palavras, como resultado da sóciodinâmica

da estigmatização, a autoimagem destes grupos deteriora-se, fragmenta-se restando vivenciar o papel ao qual foram freqüentemente subjugados. Num cenário dramático, onde a profecia se cumpre, retroalimentando o sistema de estigmatização, por meio de exemplos de sua concreticidade, garantindo um falso teor de racionalidade.

Nas falas dos gestores públicos e de lideranças formais, a relação entre juventude e tráfico de drogas apresenta-se pautada em fatores subjetivos: como ganhos simbólicos em termos de poder e respeito, como a atração para a entrada no mundo do consumo, mas pouco ou nada se fala a respeito do papel de exploração do trabalho como elemento precarizador das relações sociais.

Mesmo sem ter experiências no mundo do trabalho, muitos jovens vêem que as condições de emprego a que seus pais se submetem não possibilitam o acesso ao mercado de consumo desejado.

(...) muitos que enveredaram pelas vias do narcotráfico não crêem no papel social dessas instituições, notadamente o trabalho, em sua prática de vida. Assim, submeter-se ao trabalho indigno, mas honesto, ou dedicar-se ao trabalho desonesto, perigoso, porém rendoso, parecem ser lados distintos de uma mesma realidade, produtora de subjetividades assujeitadas. (FRAGA, 2003, p.136).

Em outras palavras, pensam na necessidade de cursos de qualificação, de geração de emprego. Mas não aprofundam a análise para quais condições de emprego. Falam da necessidade de projeto de vida, mas um projeto que relegue esses grupos espaços secundários, ou atividades secundárias no sistema capitalista.

Hoje é fácil você chegar em qualquer bar comprar um cigarro, uma bebida, qualquer um chega com documento falso e bebe, fuma, cheira faz qualquer coisa. Hoje infelizmente poucos são aqueles jovens que tem interesse em trabalhar, por quê? Por que acha que vai ficar preso a alguma coisa. (Fala de morador local)

E neste sentido, ainda que por meio da adoção de uma conduta delituosa, uma vez sendo negada a inserção no mercado de trabalho, numa posição não de

inferioridade, o tráfico de drogas sobressai-se enquanto mecanismos de sobrevivência ou sujeição de subjetividades.

Zaluar (1985) reflete sobre isso e reforça que o mercado de consumo é apenas um dos elementos de atratividade, há os ganhos simbólicos, como a identificação de pertencimento com um grupo, o prestígio, respeito pelo grupo e pela comunidade. A autora aponta que as experiências pessoais e familiares destes com o trabalho tido formal, apresentam um cenário indigno, de baixos salários, ausência de perspectivas de crescimento e humilhações, o que faz com que muitos destes jovens não identifiquem um componente de valor.

Assim, considerando o peso do estigma destas populações, as carências estruturais, o isolamento e toda a instabilidade vivenciada pelas famílias no período de formação destes bairros, e no decorrer de todo o processo de ocupação, revela-se a condição à qual estavam encerrados seus horizontes, e percebe-se o impacto destas carências na afetividade, na autoimagem destes jovens.

Aqui vale a pena apontar o papel da escola nesse processo. Anterior ao trabalho, e talvez, um dos principais componentes dessa (des)identificação com o trabalho formal, a relação destes jovens com a escola, antes de ser um mecanismo de inserção e ascensão social, serve de reforço a condição de exclusão e reproduz o contexto de degradação social. Nos dizeres de Peregrino (2003), as escolas públicas destinadas a jovens pobres, não educa e nem ensina: contém. E reforça,

A equação se completa, o círculo se fecha: à entrada prematura dos jovens pobres no mundo do trabalho (relação permanentemente descontínua, em que o trabalho consiste em buscar emprego) corresponde uma relação igualmente episódica e descontínua com a escola.

(...) Instados por suas condições de vida, estes alunos experimentam a injustiça do fracasso sistemático de suas aspirações, percebendo, mais claramente do que outros, as impossibilidades e interdições que se escondem por trás de projetos, produzidas e alimentadas pela escola e seus agentes. (PEREGRINO, 2003, p. 226, 227).

No caso dos municípios foco do estudo, chamou-nos a atenção o fato de que não havia projetos de implantação de faculdades, universidades. Àqueles que queriam concluir seus estudos, restava à alternativa de o fazerem fora do município, o que por si só, é fator de exclusão para uma grande maioria, em especial os mais pobres.

Faculdade em Anchieta somente à distância e uma que só tem curso de pedagogia, neste momento os alunos continuam saindo de Anchieta, não temos um curso técnico, temos qualificação, mas habilitação profissional não temos, então tem que sair de Anchieta tanto para cursos técnicos quanto superior, não temos. (Representante Poder Público).

Nisso, ressalta Peregrino (2003) que, desde o início da década de 90, as escolas públicas vivenciam uma crise de legitimidade, e vêm se configurando como espaços degradados, abandonados de não exclusão objetiva (por reprovação ou evasão), mas, destinados aqueles para os quais estariam destinadas formas mais degradadas de inclusão econômica. A ausência de alternativas de formação posterior é por si só, elemento de desestímulo para os carentes, que vêm-se em situação de aceitar apenas o que lhe é destinado.

Nessa questão da educação, nos temos colégio que inclusive na parte da tarde parece até que estão saindo animais de lá. Ai vem àquela questão... Há grupinhos rivais que vão ali para a porta do colégio. Por exemplo, eu já fui fazer palestra que a diretora não deixou fazer. Ela ficou com medo porque tinha gente pulando o muro do colégio. Lá eu vejo gente fumando maconha, cheirando pó ai eu falei: - não tem segurança? E ela – nem vigia tem porque tem medo de lá. (Liderança de um dos bairros de Guarapari)

Esse cenário replica o abismo entre padrões culturais socialmente aceitos (consumo) e a estrutura de oportunidades realmente existentes para a maioria dos indivíduos (representação do trabalho).

O que nos leva a questionar a possibilidade de alguns jovens fazer uso do tráfico como fonte de recursos para atingirem as posições socialmente aceitas,

ou seja, utilizam do crime enquanto caminho ilegítimo para se atingir metas legítimas, e legitimadas em sociedade.

Não podemos deixar de considerar a constituição da subjetividade, a partir da explicação psicanalítica da interiorização no sujeito do imperativo da Lei. Segundo alguns autores, a identificação desempenha um papel muito importante na história primitiva do sujeito. Neste sentido, a figura paterna, sua ausência, ou mesmo uma relação conflituosa ou violenta com o pai, é o fundamento para um conflito interno do sujeito, onde o imperativo de lei não estaria presente, favorecendo a constituição de uma subjetividade fragmentada, podendo levar a sentimentos de impotência, ou uma postura de exacerbada crítica a si mesmo. O que explicaria a completa abnegação com relação a própria vida, e a freqüente exposição ao perigo. (Cerqueira, 1993)

Na perspectiva de Cerqueira (1993), a delinqüência é sintoma do abandono e que se traduz nas práticas de violência, cujo centro da explicação estaria na ignorância simbólica da Lei, conforme nos indica o autor:

A ignorância simbólica da lei não é apenas uma questão inscrita no imaginário social. A internalização da dissolução da lei resulta de uma complexa operação psicológica, a nível inconsciente, onde incidem a carência da figura paterna ou a presença de uma figura degradada. (CERQUEIRA, 1993, p.36).

Ainda de acordo com o autor, a ordem simbólica, proveniente da instância da lei (figura paterna) é fundamental para a constituição do indivíduo, é deste princípio de lei que se é possível organizar a totalidade e compreender a noção de limite. Da mesma forma, este princípio totaliza e organiza o próprio corpo, o mantém íntegro e, portanto, merecedor de cuidados.

Uma correção entre figura paterna e função parental do Estado pode e deve ser traçada. Tal como em muitos estudos já realizados (Siqueira, Rosana). Percebe-se a completa ausência do Estado, a partir da ausência de políticas habitacionais, e projetos ou programas de reinserção no mercado de trabalho destas populações de desempregados – logo após a fase de construção das indústrias, seja na Grande Vitória ou na região sul capixaba –, e na ausência

de oferta de atendimento e serviços públicos à população em quantidade e qualidade necessária, conforme destaca Siqueira (2006, p.28)

Esses pobres, que se concentram nas periferias e nas favelas das cidades, são àqueles que, além da renda insuficiente, vivem em condições de grande precariedade de vida, devido à densidade da ocupação e à ampla carência no que concerne ao acesso à infraestrutura urbana e, especialmente, a serviços públicos básicos.

(...) as situações de pobreza não se expressam apenas pela incapacidade de suprir as condições mínimas de sobrevivência, mas também pela falta de expectativa de acesso a benefícios sociais que se reproduzem nas sociedades modernas. Ou seja, além do pobre não ter condições mínimas de sobrevivência, carrega uma intensa fragilidade diante da contínua degradação da própria vida.

Neste sentido, o estado não cumpre sua função parental deixando fendas enormes onde se dá o afrouxamento dos laços sociais dificultando o estabelecimento de redes sociais de proteção social, que é seu dever. Dessa forma, a população se sente abandonada e entregue a própria sorte. Desenvolve uma vulnerabilidade principalmente relacionada à fragilidade política, ficando à mercê de políticos oportunistas e de projetos sociais cujos propósitos são a manutenção de sua condição e não vinculados à uma proposta séria e concreta de restabelecimento das identidades e ampliação da cidadania. Projetos e programas completamente desvinculados de uma política pública com foco específico nestas populações.

Neste cenário de abandonos e carências prevalece falta de confiança e temor face à insegurança que acompanha o processo de ocupação. Esse temor, como vimos, alimenta a relação “*estabelecidos-outsiders*” e ainda promovendo uma fragmentação espacial, demarcando territórios neutros, e territórios violentos.

Mas acima de tudo, revela a existência de uma fragmentação de outra ordem. Uma fragmentação do tipo temporal, na medida em que encerra estas populações num presente contínuo.

Em outras palavras, a ausência de planejamento, de políticas habitacionais para a população destes bairros, a falta de investimentos sociais por décadas, isolam estes indivíduos não apenas geograficamente, mas congelam estes territórios no tempo. A paisagem não se altera, e o tempo parece congelar nestes lugares.

Concluindo, percebe-se que o alto índice de homicídio juvenil nestas localidades representa o ato final de um drama social. É, portanto, sintoma de um processo anterior, onde o jovem é o protagonista. Bem sabemos que nem todos os jovens de periferia, que vivem em comunidades comandadas pelo tráfico de drogas são soldados do tráfico, o que sugere que a escolha pelo tráfico de drogas e por uma vida de curta duração é resultado de processos de exclusão, abandono e incompreensão em sua trajetória de vida - por consequência uma sucessão de eventos de negação e sujeição -, e no modo pelo qual alguns jovens internalizam esses processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metrópoles brasileiras estão concentrando hoje a problemática social, cujo lado mais evidente e dramático é a exacerbação da violência. Neste cenário, os homicídios, em especial o juvenil, têm merecido crescente interesse tanto pela mídia, quanto pelo poder público e academia.

Esse fenômeno guarda relações fortes com os processos de segregação sócio-espacial, cujas fronteiras simbólicas e ambientais, distinguem classes e grupos sociais, em particular, àqueles moradores de áreas centrais ou tradicionais, bem atendidos em termos de serviços públicos e sociais, que convivem em relativa integração, os *estabelecidos*; e de outro, àqueles moradores, comumente estrangeiros, imigrantes, os representantes das classes perigosas, que convivem e sobrevivem em espaços periféricos, vivendo simultâneos processos de exclusão social, os *outsiders*.

Este quadro de total fragmentação advém da adoção de um modelo de desenvolvimento, cujo princípio norteador está na dissociação entre economia, sociedade e território. Tal modelo de desenvolvimento, cunhado na esteira da transição do modo de produção agrário-exportador para o urbano-industrial, pós-1930 privilegiou a acumulação do capital, negligenciando e submetendo o social.

Em resumo, o cenário de desigualdade social e violência, e de constituição de regiões criminalizadas, presenciado em muitas metrópoles brasileiras – e nos municípios objeto deste estudo - ocupam hoje posição central nos dilemas políticos sociais e econômicos de nossa sociedade, expressam os efeitos mais dramáticos da nossa condição histórica de periferia da expansão capitalista, da imposição de um padrão de urbanização, fruto das conseqüências de uma acelerada industrialização, modernização e desenvolvimento.

É válido destacar que esse modelo de urbanização está em comum acordo com as necessidades de reprodução da força de trabalho, ou do trabalho excedente. Em outras palavras o modelo de urbanização reflete o

descompasso entre custo da reprodução da força de trabalho e os salários reais. Para resgatar Oliveira (2008), podemos apontar que a contradição brasileira esta na manutenção de relações de produção arcaicas, que se mantém num cenário de transformação para urbano. De forma, que não é inocente a condição de assalariamento e porque não dizer, empobrecimento da maioria da população, isso reflete sobremaneira a manutenção de um controle social, preservação de estruturas de poder.

Assim sendo, deixados a própria sorte, dentro dos proventos que possuía a população, em particular de operários, constituídos em sua maioria de migrantes das áreas rurais, utilizavam da própria força de trabalho para ocupar em sua maioria por meio de invasão as áreas periféricas das cidades de Guarapari e Anchieta, cenário não diferente do verificado por Siqueira (2006) em relação à Grande Vitória.

Percebeu-se ao longo das visitas de campo e dos relatos dos moradores dos bairros, o completo abandono destas comunidades. Nisso, percebe-se que a ausência do Estado, demarcada pela completa carência em termos de infraestrutura e da oferta de serviços públicos de qualidade e quantidade necessários, como saúde, educação, transporte, saneamento, segurança pública, esporte, lazer e cultura, favorece um condicionamento dessas populações a mecanismos de reprodução da desigualdade e pobreza, reiterando a condição de exclusão e impulsionando segregação sócio-espacial.

O que se verifica é que essa concentração de populações pobres em regiões comumente estigmatizadas promove ao longo do tempo, um tipo de sociabilidade marcada pela fragilidade e instabilidade – reflexo das condições de isolamento e instabilidade econômica. E como consequência observa-se nestes bairros: a) a existência de práticas clientelísticas, de cooptação e compra de voto; b) o predomínio de uma concepção de que a violência, em particular o homicídio são resultado de destinos individuais; c) baixo nível de associativismo e cooperação, fruto do medo, e da perda de referenciais em função do baixo compartilhamento de experiências.

A fragilidade e isolamento destas comunidades propiciam a presença do tráfico de drogas, e isso, por si só é fator estimulante para a construção de percepções coletivas estigmatizadoras, que terminam por fortalecer a orientação de segregação social. Fortalecendo em última instância as práticas discriminatórias em relação aos bairros, Adalberto Simão Nader, Kubistchek em Guarapari e Recanto do Sol e Mãe-bá em Anchieta. Sendo que neste último, o passado das Casas de prostituição penetrou de tal forma no tecido social que o estigma permanece.

Por fim, tal cenário de exclusão, fragilidade e isolamento promove uma fragmentação da própria identidade destas populações. A principal vítima neste fenômeno são as crianças e jovens que tendo tido formadas suas subjetividades sob a influência dessa atmosfera – aliado a ausência de políticas públicas de juventude - absorvem posições sociais pautadas e estigmatizadas como sendo verdadeiros destinos. E, desta forma sofre ao longo do tempo um processo de objetivação, que os anula em sua subjetividade e identidade. Os jovens pobres, moradores destas comunidades sofrem de uma estigmatização e, conseqüentemente de uma dupla exclusão: a primeira por parte dos moradores mais antigos da comunidade a qual pertencem, e que deveriam acolhê-los, apontando assim para uma segregação geracional; por outro lado, são considerados enquanto classe perigosa, que devem ser evitados e contidos.

Em últimas palavras, o estudo revela que estamos diante de um desafio histórico – de construção de mecanismos de re-significação dos espaços e de re-significação da cidade. O cenário de pobreza, exclusão e criminalização destes espaços deve ser compreendido enquanto dentro de um contexto histórico que marcou o final do século XX, que além dos impactos na esfera econômica e no mundo do trabalho, enfraqueceu, por assim dizer, as relações dos indivíduos com a sociedade e entre os indivíduos, portanto, a necessidade de transformação por meio do restabelecimento destas relações que somente pode ocorrer por meio da afetividade e por meio da instituição de uma política pública de caráter integrador.

Da instituição de um novo modelo de gestão, que não mais privilegie o desenvolvimento econômico, mas uma nova proposta de cidade e de sociedade, onde cooperação e compaixão restabeleçam o que há de mais humano nas cidades.

Ver a realidade em fragmentos, e conviver numa cidade em fragmentos nos faz míopes e impotentes frente a problemática da criminalidade e da vitimização. Tal como um artesão frente aos pedaços disformes, que isolados não passam de objetos descartáveis, mas que juntos nos fornecem um mosaico de cores e de vida. Assim estão nossas cidades, fragmentadas em regiões e bairros. E assim, nossa sociedade, que não pensa e sente como coletividade, mas como indivíduos em convivência forçada. Devemos mudar a forma de ver, as nossas percepções. E, sobretudo, devemos deixar de ver a cidade através de números, mas sim, percebê-la naquilo que de mais humano possui, suas pessoas, suas histórias e assim, reescrever nosso destino.

REFERÊNCIAS

Documentação Primária

ESPÍRITO SANTO (estado). Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IJSN). Perfil Básico de Anchieta. Vitória: IJSN, 2008.

_____. Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IJSN). Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória, 2006.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Anuário Estatístico 1980/85, Vitória, 1987.

_____. Anuário Estatístico 1975/76. Vitória, 1979.

_____. Anuário Estatístico 1965, Vitória, 1966.

_____. Migrações Internas do Espírito Santo, Vitória, 1979.

_____. Microrregião Metropolitana Expandida Sul, Vitória, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA. Plano Diretor Municipal de Anchieta. Anchieta, 2006. ISSN 01046098.

RODRIGUES, M.B.F. e CRUZ, D.S. [et. alii]. Plano de Segurança Local. Diagnóstico Histórico-sociológico. Relatório Técnico. Vitória: Secretaria de Defesa Social da Prefeitura Municipal de Serra\ES, 2007.

RODRIGUES, Marcia B.F. [et. alii]. **Diagnóstico Serra Cidade da Paz**. Vitória: FCAA/NEI/SDS Serra, 2007.

Bibliografia específica

ALMEIDA, Rita de Cássia Barcellos. **Formação Metropolitana: A Grande Vitória (1995-2005)**. 2009. Dissertação (mestrado em história das relações políticas), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

ALVARENGA, Andréa Curtiss. **Reflexões sobre as consequências da implantação de grandes empreendimentos no município de Anchieta-ES.** 2010. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

BARBOSA, Isabella Batalha Muniz. **O lugar no contexto das redes globais: o pólo industrial e de serviços de Anchieta, ES** - uma paisagem em transformação. 2010. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BATALHA, Ricardo Soneghet. **INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS-FISCAIS: UMA ANÁLISE JURÍDICA SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O Caso FUNDAP (Brasil 1988 – 2005).**2005. Dissertação (mestrado em direito)- Faculdade de direito de Campo, Campos dos Goytacazes, 2005.

BITTENCOURT, Gabriel. **A Formação Econômica do Espírito Santo.** (Roteiro da Industrialização). Rio de Janeiro: Liv. Ed. Cátedra, 1987.

BUFFON, José Antônio [*et. all*]. **Uso e Ocupação do Solo Urbano.** Vitória: CDV/Projeto Vitória do Futuro, mimeo, 1996, p. 8-9.

_____. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar.** 1992. Dissertação (Mestrado em economia)-Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) **Brasil em perspectiva.** 19^a. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990, p. 227-253.

GOMES, Ângela de Castro. Cap. 5: O redescobrimento do Brasil.. Rio de Janeiro: IUPERJ-Vértice, 1988. In: **A invenção do trabalhismo**, p. 205-228.

GRAESER, B. B. **Guarapari, de suas mais remotas lembranças aos dias de hoje.** 2005. Entrevista concedida a Tyago Ribeiro Hoffmann, Guarapari, 20 de maio de 2005. In: HOFFMAN, Tyago Ribeiro. **Guarapari Cidade Saúde: Um estudo da relação existente entre capital social e desenvolvimento local.**

2005. Dissertação (mestrado em economia), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

HABERT, Nadine. A Década de 70. **Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

HOFFMAN, Tyago Ribeiro. **Guarapari Cidade Saúde**: Um estudo da relação existente entre capital social e desenvolvimento local. 2005. Dissertação (mestrado em economia), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Segregação sócio-espacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória**. In: Ver. Dimensões, v.25, 2010, p. 249-265.

NADER, Maria Beatriz. **Mudanças Econômicas e relações conjugais**: os novos paradigmas na relação mulher casamento. Vitória (ES) 1970-2000. 2003. Tese (doutorado em História) Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MAGALHÃES, Macedo; MACEDO, Fernando Cesar. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional**, Vol. 16, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2421>. Acesso em: 02 jun.2012.

ROCHA, Haroldo Correa. A crise do Café gera a expansão da indústria. In: **Revista do Instituto Jones dos Santos Neves**, Ano IV, nº 01, Jan/Mar., 1986.

ROCHA, Haroldo Correa e MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955/1985**. Vitória: FCAA, 1991.

SILVA, Marta Zorzal e. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro**. Vitória: EDUFES, 2004.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

_____. **A crise do milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 168 p.

SIQUEIRA, M. da P. S. Crescimento urbano: modernização e fragmentação social. In Maria da Penha Smarzaró Siqueira (org.). **Sociedade e Pobreza**. Vitória: UFES/PPGHIS, 2006.

_____. **Industrialização e empobrecimento urbano**. O caso da Grande Vitória (1950-1980). Vitória: Grafitusa editora, 2010.

SOUZA FILHO, Hildo Medeiros de. **A Modernização Violenta: Principais Transformações na Agricultura Capixaba**. Campinas, Unicamp, 1990. (pp. 130-181).

Bibliografia de apoio

AUGÉ, MARC. **POR UMA ANTROPOLOGIA DA MOBILIDADE**. Maceió: Edufal: UNESP, 2010

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Da escolha do tema ao quadro teórico. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BAUMAN, Zigmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

BAUER, Martin W; GASKELL, Geroge. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A ideologia do favor & A ignorância simbólica da lei**. Rio de Janeiro: CEUEP, 1993.

COIMBRA, Ceccilia M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Org.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p.19-37.

ELIAS, Norbert, 1897-1990. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RODRIGUES, Márcia Barros F. (Org.). **Exercícios de Indiciarismo**. Vitória: UFES/PPGHIS, 2006.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Da favela ao sertão: juventude, narcotráfico e institucionalidade. In: FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Org.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do tempo presente. In: PÔRTO, Gilson Junior (Org.). **História do Tempo Presente**. São Paulo: Edusc, 2007, p. 31 a 45.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1990.

PEREGRINO, Mônica. E o bonde abalou! Contenção, juventude e embate nas escolas do Rio. In: FRAGA, Paulo C. Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio S. (Org.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 221-236.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Marcia B.F. e REIS, Leonardo Marchezi dos." Industrialização, urbanização e os impactos: a violência urbana no município da Serra no Espírito Santo Brasil" (2005-2008). In **Revista Preleção**, nº9 abril de 2011, Vitória: PMES/DEIP, 2011.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não Matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SOUZA, Clementino de (org.). **Autobiografias, histórias de vida e formação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Da Revolta ao Crime S.A.** São Paulo: Ed. Moderna, 1996.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros.** Brasília: Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Instituto Sangari. RITLA, 2008

Sites

ARQUIVO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. In: <http://www.ape.es.gov.br/>
Acesso: set/2011 a mar/2012.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA. In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>
Acesso: mai/2012.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. In: <http://www.ijsn.es.gov.br/>
Acesso: set/2011 a mar/2012.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. In: www.samarco.com.br . Acesso: out/2011.

GAZETA ONLINE. In: <http://gazetaonline.globo.com> . Acesso: abr/2011

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. In: <http://www.vale.com> . Acesso: out/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA. In: <http://www.anchieta.es.gov.br/>
Acesso: set/2011 a mar/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI. In: <http://www.guarapari.es.gov.br/> . Acesso: set/2011 a mar/2012.

ANEXOS

ROTEIRO

Bloco 1 - Cenário atual

- 1 - Conte um pouco sobre a história do município (Anchieta ou Guarapari)
- 2 - Quais são os principais problemas no município? Os principais desafios (Infraestrutura / Saneamento, Lazer/esportes/cultura, Segurança, Saúde, Educação)
- 3 - E quais são os principais desafios e entraves no enfrentamento dos problemas?
- 4 - O que você poderia dizer sobre os investimentos privados que estão sendo implantados em seu município? Quais pontos positivos e negativos.
- 5 - Num aspecto geral, como percebem a questão da violência e da criminalidade no município (Anchieta, Guarapari)?
- 6 - Dentro deste quadro geral, quais são as principais causas da violência?
- 7 - Quais são as saídas? E quais são as ações necessárias?
- 8 - Em relação aos jovens de seu município (Anchieta, Guarapari), o que poderia dizer a respeito?
- 9 - Como é o cenário atual para os jovens do município? Em linhas gerais com relação: Acesso a educação; Acesso à saúde; Emprego; Áreas de lazer e atividades culturais, etc.;
- 10 - Existem programas ou projetos sociais voltados ao jovem? O que poderia dizer sobre esses programas?
- 11 - Como percebem as ações do poder público? Há um envolvimento integrado com relação ao tema? O que precisa melhorar?

Bloco 2 - Avaliação das políticas públicas de segurança local

1 - Fale um pouco da relação entre Polícias, Governo do Estado e as Secretarias Municipais?

2 - Sobre a atuação do poder público municipal, o que está sendo feito para enfrentar o problema da violência?

3 - Quais são as políticas preventivas de segurança pública que você tem conhecimento? Fale um pouco sobre elas: como funcionam e qual os resultados atingidos?

4 - Qual o papel da administração pública nestes programas e/ou no enfrentamento da violência de uma forma geral?

5 - Qual a avaliação que se tem dos programas? Há avaliação e de que forma é feita?

6 - Há alguma que você considera bem-sucedida e por quê?